

ANNAIS

da

BIBLIOTECA

NACIONAL

Vol. 142 • 2022



Rio de Janeiro, 2023



ANAI S

da

BIBLIOTECA NACIONAL

Vol. 142 • 2022



Rio de Janeiro
2023

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura
Margareth Menezes da Purificação Costa

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Presidência
Marco Americo Lucchesi

Centro de Coleções e Serviços aos Leitores
Maria José da Silva Fernandes

Centro de Processamento e Preservação
Suely Dias

Centro de Cooperação e Difusão
Fernando Santos Berçot

Centro de Pesquisa e Editoração
Iuri A. Lapa e Silva (substituto)

Coordenação de Editoração
Claudio Cesar Ramalho Giolito

Serviço de Editoração
Paula Rocha Machado

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 142, 2022

Editores
Hudson de Lima Rabelo
Daniel André Pacheco Fernandes

Produção Editorial
Paula Rocha Machado
Simone Muniz

Preparação de Originais
MC&G Design - Kdu Sena
Carlos Santa Rosa
Francisco Madureira
Hudson de Lima Rabelo
Paula Rocha Machado
Simone Muniz

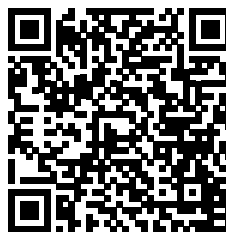
Revisão de Provas
Carlos Santa Rosa

Projeto Gráfico
Glenda Rubinstein

*Projeto Gráfico Adaptado, Diagramação e
Tratamento de Imagem*
Eliane Alves

Coordenação de Editoração
Av. Rio Branco, 219, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ | 20040-008
editoracao@bn.gov.br | www.gov.br/bn

Confira outras publicações da
Fundação Biblioteca Nacional



Biblioteca Nacional (Brasil)

Anais da Biblioteca Nacional. – Vol. 1 (1876). – Rio de Janeiro : A Biblioteca, 1876-
v. : il. ; 17,5 x 26 cm.

Continuação de: Anais da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro.

Vols. 1-50 publicados com o título: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

ISSN 0100-1922

1. Biblioteca Nacional (Brasil) – Periódicos. 2. Brasil – História – Fontes. I. Título.

CDD- 027.581

22 ed.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo preliminar.....	9
<i>Thais de Oliveira Sant'Anna Campanhã</i>	
<i>Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda</i>	
<i>Mariângela Spotti Lopes Fujita</i>	
A organização do conhecimento no universo dos livros antigos: a classificação bibliográfica na Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional	23
<i>Valéria Alves de Freitas Werneck</i>	
<i>Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda</i>	
As ações de difusão da Biblioteca Nacional e os paradigmas da Administração Pública	37
<i>Simone Vaisman Muniz</i>	
Marcas de proveniência na Biblioteca Nacional: estudos das coleções Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça.....	51
<i>Jandira Flaeschen</i>	
<i>Thais Helena de Almeida</i>	
<i>Nathália Amorim</i>	
BN vista de dentro: o acervo de História Oral da FBN em produção	71
<i>Rafaella Bettamio</i>	
Um olhar através do tempo: Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)	81
<i>Elen Cristina de Aguiar Gomes</i>	
Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela	101
<i>Nielson Rosa Bezerra</i>	

(Sobre)Vivendo nos trópicos: percepções sobre saúde e doença nas cartas do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1811-1821)	143
<i>Lia Ramos Jordão</i>	
Preciosidades do Acervo	171
Projeto Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória.....	173
<i>Rosângela Rocha Von Helde</i>	
<i>Silvia Fernandes Pereira</i>	

APRESENTAÇÃO

É com prazer que apresentamos mais um volume dos *Anais da Fundação Biblioteca Nacional*. Passado o convoluto período eleitoral, retomamos o ritmo de registro e publicação das atividades de pesquisa realizadas na instituição cultural mais antiga do Brasil. No presente volume, concluiremos o dossiê com os artigos apresentados pelos pesquisadores residentes durante a 6ª Jornada de Pesquisadores da Biblioteca Nacional, realizada no auditório Machado de Assis entre os dias 17 e 19 de novembro de 2020, com transmissão pela internet. O evento marca a difusão de pesquisas realizadas no acervo da Biblioteca Nacional, e conta com convidados conferencistas, pesquisadores do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP), pesquisadores internos da FBN e membros de Grupos de Pesquisa inscritos na instituição. Neste dossiê, há artigos de pesquisadores internos e externos; os últimos foram selecionados no Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, e exerceram suas atividades ao longo de 2020 e contribuíram para a difusão do conhecimento gerado por seus projetos de pesquisa na FBN, com ativa participação em eventos presenciais e *online* nas redes sociais da FBN. Ao longo do ano de 2020 foram concedidas dez bolsas de pesquisa.

A Jornada de Pesquisadores é parte da missão institucional da Fundação Biblioteca Nacional no que tange à pesquisa, à interação entre os centros e ao envolvimento com a comunidade acadêmica e científica. Trata-se de um momento de diálogo, exposição e aperfeiçoamento da pesquisa desde as primeiras etapas no acervo da Biblioteca Nacional. Esta 6ª edição da Jornada trouxe temas fundamentais sobre a biblioteconomia, a memória social e a ciência da informação, além de importantes estudos sobre a FBN. Todas as apresentações encontram-se disponíveis no canal de *Youtube* da Fundação Biblioteca Nacional (<https://www.youtube.com/c/fundacaobibliotecanacional>).

Nos seis artigos publicados no dossiê, os autores investigam procedimentos de indexação, catalogação bibliográfica e difusão encampados pelas bibliotecas, bem como retomam a história da Biblioteca Euclides da Cunha, temporariamente instalada na Av. Presidente Vargas, 3.131, sala 704, do Edifício Teleporto, na Cidade Nova, Rio de Janeiro.

Na seção seguinte, concluímos o dossiê dedicado ao bicentenário da Independência do Brasil, iniciado no volume anterior dos *Anais*. No primeiro artigo dessa seção, os autores investigam a importância econômica e social da farinha de mandioca no sistema comercial da sociedade brasileira colonial e imperial, com ênfase na relação entre Rio de Janeiro e Benguela. No segundo artigo, a autora explora as percepções sobre saúde e doença presentes no acervo epistolar do bibliotecário luso Luís Joaquim dos Santos Marrocos, datado do

período entre 1811 e 1821 e armazenados na corte do Rio de Janeiro. Com isso, buscou-se compreender como foi sua adaptação à vida nesta cidade a partir de uma abordagem sociocultural da história das doenças.

Fechando o atual volume, temos a seção Preciosidades do Acervo, que traz o “Projeto Glossário Ilustrado de Terminologia Aplicada a Livros Raros e Coleções de Memória”, organizado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor). Ele resultou da necessidade de padronização de informações para elaborar notas bibliográficas na catalogação e na descrição de livros raros e coleções de memória. O objetivo é que a publicação se torne referência útil não apenas para a utilização das seções da Fundação Biblioteca Nacional, mas para todos os que pretenderem adentrar esse universo dos livros raros e coleções, além das instituições e profissionais que administram estes acervos especiais, e que necessitam da ajuda de técnicas editoriais consolidadas para compreender, valorizar, preservar e descrever os documentos e obras sob suas guarda, verdadeiros pilares da memória documental brasileira.

Ao manter vivo o compromisso republicano da preservação da memória e do fomento à pesquisa, com a democracia por base e o desenvolvimento do país por horizonte, a Fundação Biblioteca Nacional deseja a todos uma boa leitura.

Hudson Rabelo e Daniel Fernandes
Editores

Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero- americanos: um estudo preliminar

Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã

Mestranda em Biblioteconomia (Unirio), bibliotecária e
chefe do Setor de Classificação/FBN

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Doutor em Ciência da Informação (MCT/Ibict-UFRJ/ECO) e professor permanente
do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Unirio

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Doutora em Ciências da Comunicação (USP), professora do Programa
de Pós-graduação em Ciências da Informação da Unesp





Resumo

As bibliotecas nacionais são as guardiãs da memória de um povo e devem se preocupar com a indexação dos itens de seu acervo, considerando que seu catálogo remete ao patrimônio de sua nação. Uma biblioteca nacional é referência para as bibliotecas de seu país, o que amplia sua responsabilidade na função da indexação. Essa atividade faz parte do processamento temático da informação e os termos atribuídos aos documentos são fundamentais para sua recuperação. Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa acerca das políticas de indexação em bibliotecas nacionais ibero-americanas com o objetivo de evidenciar a importância da política de indexação na tomada de decisão para a representação dos conteúdos dos documentos com base em pesquisa bibliográfica, empírica e documental nas bibliotecas da Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-americanas (Abinia). A pesquisa bibliográfica realizou busca em bases de dados especializadas da área: Brapci, BDTD e Lisa. A pesquisa empírica pretende aplicar questionário em 11 bibliotecas nacionais da Abinia, enquanto a pesquisa documental pretende analisar os documentos enviados pelas bibliotecas nacionais da Abinia.

Palavras-chave: Política de indexação. Bibliotecas nacionais. Abinia.

Abstract

National libraries are the guardians of the memory of a people and must be concerned with indexing the items in their collection, considering that their catalog refers to the heritage of their nation. A national library is a reference for libraries in its country, which increases its responsibility for indexing. This activity is part of the thematic processing of information and the terms attributed to the documents are fundamental for its recovery. This paper presents the partial results of the research on indexing policies in Ibero-American national libraries in order to highlight the importance of indexing policy in decision making for the representation of document content based on bibliographic, empirical and documentary research in Association of Ibero-American National Libraries (Abinia) libraries. The bibliographical research carried out a search in specialized databases in the area: Brapci, BDTD and Lisa. The empirical research intends to apply a questionnaire in 11 national libraries of Abinia whilst the documentary research intends to analyze the documents sent by the national libraries of Abinia.

Keywords: Indexing policy. National libraries. Abinia.



Introdução

Este trabalho é fruto de comunicação na VI Jornada de Pesquisadores da FBN, promovida em novembro de 2020, sobre a pesquisa de mestrado profissional em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/Unirio), com objetivo de evidenciar a importância da política de indexação na tomada de decisão para a representação dos conteúdos dos documentos. Apresentaremos parte da pesquisa bibliográfica já realizada, assim como os resultados parciais obtidos na pesquisa empírica e documental.

A necessidade de armazenar registros, de fazer viva a memória, vem desde os primórdios dos tempos. Desde que o homem passou a dominar a escrita, as coleções já eram feitas, de forma consciente ou não. A informação contida nas coleções é a base do conhecimento no futuro, o elo entre o passado e o presente. Os documentos dessas coleções contam sua história e formam sua memória. Esta memória registrada em documentos escritos requer padrão e controle. Aqui entram as tão importantes instituições que são as bibliotecas.

Os mais de 6000 (seis mil) anos de história das bibliotecas lhes conferem o status de espaços privilegiados do saber, nos quais o *patrimônio*, a *memória coletiva* e a *herança cultural* dos homens encontram solo fértil para edificarem as bases onde seus *vínculos identitários* se constituem, se nutrem e se valorizam. Ou seja, captar, conservar, preservar e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que as bibliotecas nos oferecem. (SILVEIRA, 2010, p. 69, grifo nosso).

As bibliotecas têm como função primordial guardar, organizar e difundir o conhecimento produzido pelo homem. Elas têm papel importantíssimo na preservação da memória para posteridade, logo, ajudam na construção da identidade e na continuidade da história.

No caso das bibliotecas nacionais, suas funções estão diretamente ligadas à preservação do patrimônio e cultura de sua nação, e por isso essas instituições são nosso principal objeto de estudo. Devido à sua importância, devem se preocupar ainda mais com a atividade de indexação, que dará acesso aos patrimônios bibliográficos nacionais. Por isso, a política de indexação deve ser considerada como guia para auxiliar os indexadores nesse processo.

Assim, algumas questões nos norteiam: Qual a importância da política de indexação no processo de indexação em bibliotecas nacionais? Existem políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? Quais as semelhanças/diferenças entre as políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos?

A pesquisa de mestrado tem como referência o trabalho dos professores Mariângela Spotti Lopes Fujita e Isidoro Gil Leiva, que realizaram pesquisa semelhante em bibliotecas e arquivos nacionais da América Latina registrada em capítulo de livro editado pelos mesmos (FUJITA; GIL LEIVA, 2012). Os autores traçaram um panorama das políticas de indexação em países da América Latina, e nossa intenção, portanto, é dar continuidade à pesquisa já iniciada e abarcar outros países não contemplados por eles, porém com foco somente em bibliotecas nacionais. Para tanto, como campo empírico de observação escolhemos as bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos que integram a Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-americanas (Abinia).

A Ibero-América compreende os países ou territórios onde o português ou o espanhol são as línguas predominantes. Desse modo, vamos incluir a América Latina, assim como o estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), e também abranger outros países.

Indexação e política de indexação em bibliotecas nacionais

As bibliotecas fazem parte de um conjunto chamado “lugares de memória”. Essa expressão surgiu com os estudos de Pierre Nora. Para o autor (1993), eles nascem do sentimento de que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, organizar celebrações, existe uma necessidade de continuidade. Silveira (2010, p. 68, grifo nosso) os definiu como “instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de *representação coletiva*”. O autor acredita que a memória não é capaz de preservar as experiências vividas pelo homem em sua totalidade. O medo do esquecimento torna necessária a criação desses lugares para manter viva a cultura de um grupo social.

Segundo McGarry (1999, p. 62), a cultura inclui “crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade”. Num sentido mais amplo, o autor afirma que a cultura incluiria “as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática” (MCGARRY, 1999, p. 62). As bibliotecas estão entre estas instituições responsáveis pela propagação da cultura.

Conforme Le Coadic (1996, p. 6), o advento da escrita teve como consequência, “multiplicar a informação (cópia de manuscritos, imprensa, fotocópia) e memorizá-la, permitindo assim exteriorizar, primeiro nas bibliotecas, uma das funções do cérebro humano, que é a memória”. Nesse sentido, Silveira (2010) lembra que a biblioteca, guardiã desses registros, é uma forma de memória coletiva.

À memória biológica, que pertence à espécie e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, *acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere*. Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua *reunião, organização e meios específicos para sua disseminação*, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua formação. (SILVEIRA, 2010, p. 69, grifo nosso).

As primeiras bibliotecas eram mais voltadas para a função de armazenamento, de depósito. Mas essas instituições evoluem e se adaptam aos contextos, e assim logo foram adquirindo novas funções. Mueller (1984) reforça que suas atividades básicas de preservar, organizar e disseminar a informação não mudam, mas sim a forma de desempenhá-las.

Rodrigues (2015) considera que,

Independentemente da sua tipologia, bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições onde se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares onde a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber. (RODRIGUES, 2015, p. 243).

As bibliotecas sempre tiveram um papel social, conforme pondera Mueller (1984). Em seu artigo “Bibliotecas e sociedade” (1984), a autora preparou uma revisão de literatura sobre a função das bibliotecas na sociedade e a responsabilidade social dos bibliotecários. Como resultado de seu levantamento e resumindo as ideias levantadas, entre suas conclusões está o uso da biblioteca na preservação da identidade e a biblioteca vista como instituição social, que influencia e é influenciada pelo ambiente. O serviço prestado ao indivíduo pode refletir em um bem para a sociedade, e o serviço prestado ao grupo pode alcançar um bem ao indivíduo.

A função social da biblioteca também é vista por Silveira (2010) como atrelada à sua missão principal de preservação, organização e disseminação. Nessas circunstâncias, o autor ressalta a ligação da biblioteca na reafirmação da identidade.

Enquanto “lugares de memória”, as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, tentam dar sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da “identidade” individual ou coletiva humana. (SILVEIRA, 2010, p. 69).

A memória atua na constituição da identidade e essa memória registrada em documentos é preservada pelas bibliotecas, que são “lugares de memória”. O registro, bem como sua preservação, é importante para a continuidade da cultura e tradição de um povo. A noção de memória está diretamente ligada à identidade, assim como à noção de cultura e patrimônio. O patrimônio herdado e repassado ajuda a manter vivas as práticas e referenciais simbólicos que o caracterizam. Tudo isso diz respeito às representações que identificam o ser humano. E as bibliotecas atuam na perpetuação da memória, pois têm papel primordial na preservação e difusão do saber registrado nos documentos sob sua custódia. Documentos aqui no sentido amplo, independentemente do suporte, que armazenam e servem como testemunhas da história.

As bibliotecas são compostas por diversos processos e todas as suas atividades devem estar voltadas para satisfazer as demandas do usuário. Para atendê-los e oferecer um serviço eficiente de busca e recuperação da informação, é preciso organização, pois “não há acesso sem organização, e uma organização que não vise ao acesso não se justifica” (SMIT, 2013, p. 14).

Maciel e Mendonça (2000) consideram que a biblioteca deve ser vista como uma organização, pois acredita que isso facilita seu gerenciamento, melhora a qualidade de seus produtos e serviços e ainda salienta seu papel social junto às comunidades.

A palavra organização pode ser aplicada em dois sentidos. Um deles é o ato de organizar ligado à função administrativa, ao qual Smit (2013) se referia. O segundo é aquele a que Maciel e Mendonça (2000) aludiam, e “refere-se a uma entidade que reúne pessoas que desenvolvem um trabalho coordenado, estruturado em torno de metas definidas, consistindo de vários grupos ou subsistemas inter-relacionados” (CAMPELLO, 2000, p. 35). Maciel explica que

Embora não se caracterize exatamente como uma empresa, pois seu objetivo maior não é o lucro financeiro, a biblioteca é uma organização formalmente estruturada para fornecer aos indivíduos o maior e mais impalpável dos bens: a leitura, a informação, o conhecimento acumulado nos registros bibliográficos e multimeios. Para atingir este objetivo a biblioteca conta com uma estrutura algo complexa, onde se incluem as coleções (acervo) de que dispõe, os serviços, recursos e critérios que ela adota para traduzi-las e levá-las aos usuários (catálogos, serviços de alerta, referência, etc.), o pessoal interno que aciona o sistema, o espaço físico que a abriga, etc. (MACIEL, 1995, p. 12).

As principais funções biblioteconômicas são divididas em três grandes blocos: formação, desenvolvimento e organização das coleções; dinamização do uso de coleções; e funções gerenciais – o primeiro bloco está ligado às funções operacionais, de seleção, aquisição, desenvolvimento e organização. Dentro do processo de organização das coleções está o processamento técnico, que

é considerado por Maciel e Mendonça (2000, p. 27) de maior importância, “pois do seu bom desempenho vai depender a recuperação das informações e das próprias fontes”.

O processamento técnico é um dos principais pilares da biblioteconomia e sempre fez parte da rotina da biblioteca. Sua função é dar acesso ao documento para que o usuário possa encontrar o que procura.

Nos tempos mais atuais, o avanço tecnológico trouxe visibilidade e facilitou o compartilhamento de informações, o que tornou cada vez mais necessária a padronização do tratamento técnico de documentos. Essa atividade envolve a descrição dos dados físicos extraídos do documento, e a descrição do conteúdo do documento. Esta inclui as atividades de classificação, catalogação de assuntos, indexação e redação de resumos, mas vamos nos ater à atividade de indexação de assuntos, embora muitas vezes neste trabalho seja chamada apenas de indexação. E, especialmente, sobre as políticas de indexação, que serão nosso objeto de estudo.

Segundo Chaumier (1988, p. 63), “[...] a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente, é ela que condiciona o valor de um sistema documentário”. Por isso, uma boa indexação reflete diretamente na recuperação da informação e permite que o usuário encontre o que precisa. Lancaster (2004) afirma que um dos fatores que influenciam no desempenho de um sistema de recuperação da informação é a política de indexação.

Rubi (2012, p. 107) ressalta a importância da política de indexação na biblioteca, pois “torna-se uma importante aliada para que o bibliotecário realize seu trabalho de maneira mais racional e objetiva, servindo como elemento norteador para a realização de sua tarefa, orientando-o na tomada de decisões sobre a determinação dos assuntos”.

O interesse nesse estudo surgiu em virtude de nossa experiência na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Setor de Classificação do Centro de Processamento e Preservação (CPP) desta instituição. Tratando de bibliotecas nacionais e suas características tão importantes para a memória de seu país, é imprescindível o empenho na atividade de indexação de assuntos, pois isso refletirá diretamente na recuperação do patrimônio bibliográfico nacional. Seu acervo é valiosíssimo para sua nação, pois espelha sua história e identidade. Os bibliotecários que nela atuam têm a tarefa, entre outras, de indexar cada item desse patrimônio. Assim, nesse universo, a representação temática é essencial, pois tem a função de uni-los e de facilitar seu acesso e localização.

Entre as principais atribuições de uma biblioteca nacional está a de reunir o conhecimento produzido em seu país. São as atividades técnicas que permitirão a recuperação e disponibilização desses documentos para o público. Segundo Fonseca,

Embora circunstâncias históricas e nacionais possam diferenciar esta categoria de uma nação para outra, pode-se estabelecer como objetivos básicos de uma biblioteca nacional: a) reunir, preservar e difundir a documentação bibliográfica e audiovisual produzida no território nacional (ela se vale, para reunir, do chamado *depósito legal* e para difundir da *bibliografia nacional corrente*); b) reunir o que em qualquer parte se publica a respeito da nação; c) coordenar a permuta nacional e internacional de publicações; d) coordenar programas nacionais de aquisição de publicações estrangeiras; e) coordenar a rede nacional de bibliotecas; f) manter catálogo coletivo nacional de livros e periódicos. (FONSECA, 2007, p. 54, grifo do autor).

As bibliotecas nacionais têm função ímpar em seu país. O depósito legal, por exemplo, que prevê que um exemplar de toda publicação do país seja depositado para salvaguarda da memória, normalmente fica sob responsabilidade da biblioteca nacional, apesar de não ser uma regra. Com isso, essas instituições colaboram para a preservação da memória nacional. Para a Ifla,

As bibliotecas nacionais têm responsabilidades particulares, frequentemente definidas por lei, dentro do sistema bibliotecário e de informação da nação. Suas responsabilidades variam de país para país, mas geralmente incluem: a coleta, via depósito legal, das publicações nacionais (quer se trate de material impresso ou eletrônico) e sua catalogação e preservação; a provisão de serviços centrais (isto é, referência, bibliografia, preservação, empréstimo) aos usuários, tanto diretamente como através de outras unidades de informação; a preservação e promoção do patrimônio cultural nacional; a aquisição de uma coleção pelo menos expressiva de publicações estrangeiras; a promoção da política cultural nacional; e a liderança em campanhas nacionais de alfabetização. (IFLA, 2020, tradução nossa).

O processamento técnico também é uma atividade que deve ser tratada com cuidado nessas instituições. O êxito na representação do documento torna eficiente o caminho entre o usuário e a informação e, no âmbito das bibliotecas nacionais, facilita o acesso aos catálogos do patrimônio nacional. Esse patrimônio reflete a identidade de seu povo, logo o processo de indexação, especialmente, deve ser acompanhado de muito cuidado, de forma a representar toda a diversidade que compõe sua nação.

Segundo Pinheiro (1978, p. 109), “na recuperação da informação, a indexação é um processo fundamental e deve ser, tanto quanto possível, consistente”. Para a autora (1978), esta consistência depende de alguns instrumentos de ajuda à indexação como regras em manuais, por exemplo.

Almeida (2005, p. 6) observa que “as políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização”. A autora traz esse conceito como um dos instrumentos do planejamento de bibliotecas e, com isso, nota-se que

o equilíbrio nos serviços biblioteconômicos pode ser alcançado por meio de políticas sólidas e parâmetros documentados.

Nesse contexto, a política de indexação, segundo Carneiro (1985, p. 221), é uma ferramenta muito útil aos indexadores, pois serve “como um guia para tomada de decisões”. A autora (1985) ainda orienta que as decisões tomadas sejam registradas para tornar o serviço mais eficiente e orientar na verificação de falhas futuras. Assim, as políticas de indexação influenciam diretamente na representação dos registros armazenados nos catálogos das bibliotecas.

Medeiros e Lucas (2016, p. 204) observam que “hoje as bibliotecas nacionais fazem mais do que apenas zelar pelo patrimônio bibliográfico de seu país: elas também se preocupam com o acesso e a divulgação da informação”. Além disso, a biblioteca nacional é referência para as demais bibliotecas e instituições de informação de seu país. Por isso optamos por pesquisá-las e, assim, examinarmos a importância de se documentar as diretrizes a serem tomadas no processo de indexação em bibliotecas nacionais.

Os procedimentos metodológicos serão descritos a seguir.

Métodos propostos e resultados parciais

Com base em pesquisa bibliográfica, empírica e documental, foram utilizados alguns procedimentos para atingir os objetivos.

A pesquisa bibliográfica contou com busca nas bases Brapci, BDTD e Lisa. A busca foi realizada com os termos em português, inglês e espanhol, a saber: indexação em bibliotecas nacionais, política de indexação em bibliotecas nacionais, bibliotecas nacionais ibero-americanas, política de indexação, biblioteca nacional, Abinia, memória nacional, patrimônio bibliográfico. Foram selecionados 43 documentos úteis ao trabalho.

A pesquisa empírica pretende aplicar questionário nas bibliotecas nacionais da Abinia não contempladas em estudo de Fujita e Gil Leiva (2012). Das 22 bibliotecas da Abinia, 11 já foram pesquisadas e as outras 11 entrarão nessa fase. As etapas já realizadas foram:

- Levantamento de contatos dos responsáveis pela indexação nas bibliotecas nacionais selecionadas;
- Envio de carta de anuência para bibliotecas solicitando autorização de participação em pesquisa;
- Resultados: Foram recebidas cinco respostas, sendo quatro cartas assinadas e uma biblioteca respondeu que não realiza indexação, portanto não participará da pesquisa

Etapas a serem realizadas:

- Cadastro na Plataforma Brasil;
- Aplicação de questionário;

- Análise dos dados.

A pesquisa documental pretende explorar e analisar o conteúdo dos documentos a serem enviados pelas bibliotecas nacionais da Abinia para identificação dos indicadores definidos na pesquisa empírica, além de elaborar categorias para a fase de tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

Essa fase pretende envolver todas as 22 bibliotecas nacionais da Abinia. Os documentos foram solicitados por *e-mail* ou identificados nos *sites* das instituições. Até o momento foram recebidos oito documentos, conforme quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 - RESPOSTAS RECEBIDAS

BN A	BN B	BN C	BN D	BN E	BN F	BN G	BN H
Possuem sua Política de Catalogação, que inclui a catalogação descritiva e a catalogação temática (não publicada). Manual de indexação em formato de página <i>wiki</i> .	Enviarão seu Manual de Catalogação que orienta todos os seus processos, inclusive a indexação.	Enviarão seu <i>Manual de procedimientos de indización de colecciones actuales y antiguas de revistas, y diarios y semanarios</i> - em atualização.	Não responderam ao <i>e-mail</i> , mas possuem Manual de Indexação disponível no <i>site</i> .	Responderam que não possuem Política de Indexação, mas enviaram algumas informações sobre o processo de indexação por <i>e-mail</i> .	Enviarão um documento chamado <i>Pautas de Indización de la BN</i> .	Enviarão um documento simples chamado de Política.	Manual de Classificação para Bibliotecas Públicas disponível no <i>site</i> .

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Apresentaremos agora as considerações parciais obtidas até o momento e os próximos passos a serem dados para finalização da pesquisa.

Considerações parciais

Como relatado, a pesquisa encontra-se em andamento. Assim, seguiremos com a metodologia proposta da seguinte forma:

Pesquisa empírica: Aguardamos a resposta com as cartas de anuência assinadas para dar seguimento ao processo de registro na Plataforma Brasil e aprovação do Comitê de Ética. Até o momento, cinco respostas foram recebidas, entre as 11 bibliotecas. Será realizada mais uma tentativa de contato. O envio do questionário se dará por *e-mail* via *Google Forms*. A análise dos dados coletados permitirá conhecer os procedimentos adotados por essas bibliotecas no processo de indexação e identificar se possuem políticas específicas.

Pesquisa documental: Por enquanto foram recebidos oito documentos, que aguardam para serem analisados. Essa análise pretende identificar os elementos das políticas de indexação, baseados em Carneiro (1985). Com esse resultado, poderemos traçar um comparativo do cenário das políticas de indexação dos países ibero-americanos.

Espera-se que após a finalização da pesquisa seja possível conhecer as políticas de indexação das bibliotecas nacionais da Abinia. Isso trará um panorama dos países ibero-americanos, permitindo traçar uma análise comparativa das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da Abinia. Desse modo, se poderá evidenciar a importância das políticas de indexação na tomada de decisão para a representação dos conteúdos dos documentos nas bibliotecas nacionais.

Referências

- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- BARBOSA, Carolina de Paula. *As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político*. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BETTENCOURT, Ângela Maria Monteiro. A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 9 fev. 2020.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CÊNDON, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (org.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 35-48.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: B. Lemos, 2007.

FUENTES ROMERO, Juan José. *Las bibliotecas nacionales: un estado de la cuestion*. Madrid: Trea, 2003.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). *Política de indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro. Política de indexação latinoamericana. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). *Política de indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 121-138. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

GRINGS, Luciana. *O leigo e a especialista: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70*. 2018. 155 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

IFLA. *National Libraries Section*. [Holanda], 2020. Página html da Ifla. Disponível em: <https://www.ifla.org/national-libraries>. Acesso em: 8 ago. 2020.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MACIEL, Alba Costa. *Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas*. Niterói: EdUFF, 1995.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MCGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Deborah; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. As bibliotecas nacionais latino-americanas e o capital social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 202-224, out./dez. 2016.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 6 jul. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul./dez. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. *Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do MERCOSUL: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina*. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245212.243-262>. Acesso em: 27 out. 2020.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. In: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). *Política de indexação*. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, out. 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2013.

UNESCO. *Records of the General Conference: Sixteenth Session, Paris, 12 October to 14 November 1970. Volume I: Resolutions*. Paris: Unesco, 1971. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046E.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

A organização do conhecimento
no universo dos livros antigos:
a classificação bibliográfica
na Seção de Obras Raras da
Fundação Biblioteca Nacional

Valéria Alves de Freitas Werneck

Mestranda em Biblioteconomia (Unirio), bibliotecária e
chefe da Seção de Obras Raras/FBN

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Mestre e doutor em Ciência da Informação pelo MCT/Ibict-UFRJ/ECO, professor
permanente do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia pela Unirio





Resumo

A classificação e a indexação são atividades fundamentais do processamento técnico e essenciais para a recuperação da informação. A representação do conhecimento de livros antigos impõe certo grau de dificuldade, considerando as peculiaridades que envolvem tanto a produção intelectual quanto material dessas obras. Apresenta os resultados iniciais da pesquisa que visa a desenvolver diretrizes específicas, no âmbito da Biblioteca Nacional do Brasil, para classificação e indexação de livros produzidos entre os séculos XV e XVII. Discute o uso de sistemas de organização do conhecimento no processamento técnico da Seção de Obras Raras e como esses processos se desenvolvem em outras bibliotecas nacionais, por meio de pesquisa documentária, bibliográfica e empírica.

Palavras-chave: Classificação bibliográfica. Biblioteca Nacional. Livros antigos.

Abstract

The classification and indexing are fundamental activities of technical processing and essential for information retrieval. The knowledge representation of old books imposes a certain degree of difficulty, considering the peculiarities that involve both the intellectual and the material production of these works. We present the initial results of the research that aims to develop specific guidelines, within the scope of the Brazilian National Library, for the classification and indexing of books produced between the 15th to the 17th centuries. We will discuss the use of knowledge organization systems in the technical processing of the Rare Works Section and how these processes develop in other National Libraries, through documentary, bibliographic and empirical research.

Keywords: Bibliographic classification. National Library. Old books.



Introdução

A Fundação Biblioteca Nacional tem como missão estatutária “atuar como centro nacional de informações bibliográficas” (BRASIL, 2014, art. 2º, III). A classificação e a indexação têm se configurado como atividades fundamentais do processamento técnico e essenciais para a recuperação da informação contida no patrimônio bibliográfico nacional nela armazenado.

No contexto dessa missão, a classificação e a indexação assumem significativo grau de dificuldade quando o objeto da representação do conhecimento para gerar informações bibliográficas envolve livros antigos, que, por seu caráter histórico, assumem valor de bem patrimonial ao integrar coleções de instituições como a Biblioteca Nacional.

Segundo Monte-Mór (1987), as primeiras bibliotecas nacionais surgiram no século XVIII, na França, quando a Biblioteca Real francesa foi declarada de propriedade nacional pela Convenção Nacional. São instituições que representam por meio de seus acervos e de suas ações de difusão da memória e produção intelectual, a identidade cultural de um povo, portanto a Biblioteca Nacional brasileira é reconhecida como “guardiã da memória nacional” (GAUZ, 2015).

A missão da Biblioteca é não só salvaguardar o patrimônio bibliográfico nacional, mas democratizar o acesso a ele, estabelecendo métodos de organização e divulgação de seu acervo e coleções. Para entendimento do que representa nesse contexto, o patrimônio bibliográfico, segundo Faria e Pericão (2008), é o “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo”.

Para Palma Peña (2011), os catálogos de uma biblioteca contêm os registros das obras e documentos com a finalidade de proporcionar à sociedade uma radiografia da memória documental herdada, ou seja, devem espelhar os tesouros do conjunto documental armazenado. Para isso, é essencial que o processamento técnico das obras seja estruturado e aplicado em concordância com estudos bem fundamentados.

O propósito desse artigo é apresentar parte das pesquisas que estão em andamento para a construção da dissertação “A organização do conhecimento no universo dos livros antigos: uma análise das circunstâncias teórico-práticas da classificação e da indexação na Seção de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional”, em curso no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

O objetivo é investigar a aplicação dos sistemas de organização do conhecimento – especificamente a Classificação Decimal de Dewey – CDD (2011); e, em paralelo, a Lista de Cabeçalhos de Assuntos da *Library of Congress* (2020) – verificada no cotidiano do processamento técnico de livros antigos na Seção

de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional ao longo dos anos. Buscaremos compreender também como essas atividades se desenvolvem no âmbito de outras bibliotecas nacionais, a fim de elaborar diretrizes para subsidiar uma política de classificação de livros antigos, que seja passível de aplicação pela Biblioteca Nacional.

O conceito Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) compreende todos os tipos de instrumentos utilizados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento, incluindo os esquemas de classificação – que organizam materiais em nível geral (como livros em uma estante); cabeçalhos de assunto – que proveem o acesso mais detalhado; catálogos de autoridade – que controlam versões variantes de informação fundamental (como nomes geográficos e nomes pessoais); e outros instrumentos menos tradicionais – como redes semânticas e ontologias. Os sistemas de organização de conhecimento são mecanismos para organizar a informação e constituem o coração de todo o sistema de recuperação da informação, como biblioteca, museu e arquivo (HODGE, 2000).

A ênfase no desenvolvimento de SOC pode ser encontrada nos escritos de nossos mais antigos filósofos, muitos dos quais continuam influenciando nossa visão de mundo. Por exemplo, o esforço de Aristóteles para categorizar o conhecimento em grupos (como física, política ou metafísica) está refletido em nosso idioma, nossa educação e nossa ciência. O esquema de classificação original da Biblioteca do Congresso, usado entre 1800 e 1814, estava baseado nos trabalhos filosóficos de Francis Bacon, herdado da tradição inglesa, que, por sua vez, originou a CDD e, essa, a Classificação Decimal Universal – CDU. Começando em 1814, a influência de Thomas Jefferson pode ser vista na coleção da Biblioteca do Congresso. Foi Jefferson quem reclassificou a biblioteca, à luz de uma filosofia mais humanista (LESK, 1997).

Lesk afirma que não existe um único SOC com o qual todos concordem, mas especula que um único seria vantajoso, porém seria improvável que tal sistema fosse desenvolvido. A questão cultural pode limitar um sistema de organização do conhecimento, expondo que o que é significativo para uma cultura pode não ser necessariamente significativo para outra (LESK, 1997). Dessa forma, habitamos um mundo de múltiplas visões, com várias maneiras para organizar o conhecimento.

Apesar dessa diversidade, os SOC possuem as seguintes características comuns que são críticas em relação ao seu uso para organização do conhecimento: a) impõem uma visão particular de mundo sobre uma coleção e sobre os itens que a compõem; b) a mesma entidade pode ser caracterizada de modos diferentes, dependendo do SOC que for utilizado.

Os SOC bibliográficos surgiram para serem aplicados ao arranjo de livros nas estantes. No princípio, não havia notações, mas, devido ao crescente volume de livros e com o passar do tempo, houve a necessidade de se criar

SOC bibliográficos com notações. Durante o século XX, algumas bibliotecas adotaram alguns SOC bibliográficos (KAULA, 1984).

É preciso esclarecer que, aqui, denominamos livros antigos os livros impressos artesanalmente, desde o advento da tipografia, cerca de 1440 (LYONS, 2011, p. 55) até antes de 1801 (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 1985). Todos os livros produzidos nesse período são considerados livros raros (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), c. 2006), mas optamos por identificar essa coleção como “livros antigos” e não “livros raros” para não correr o risco de sugerir equivocadamente que estaríamos trabalhando com critérios de raridade, visto que nosso escopo não é a raridade, mas sim a antiguidade das obras.

O livro antigo possui especificidades não encontradas em publicações correntes, apresentando características únicas, que testemunham a evolução editorial do livro, tais como: títulos extensos e repetitivos; múltiplas versões de páginas de rosto (além da página de rosto, propriamente dita, a página de rosto adicional, a falsa página de rosto, a página de título); e dados de responsabilidade traduzidos para a língua culta da época de publicação (comumente, o latim). (SILVA, 2018, p. 10-11).

Essas especificidades exigem do bibliotecário de livros raros, além do domínio terminológico de sua especialidade, o conhecimento da História do Livro em suas múltiplas formas de expressão – intelectual e material (ROUYEYRE, 1899). Por isso, há evidente dificuldade em reconhecer e associar os assuntos dos livros raros, cabíveis de adequação a sistemas de organização do conhecimento como a Classificação Decimal de Dewey.

A obviedade desse problema não expressa a amplitude de seu alcance, especialmente, quando se avalia que a riqueza de conteúdo de um livro antigo, registrado muitas vezes por autores polímatas, não se traduz com a atribuição de cabeçalhos de assuntos, ordenados para acervos correntes, posto que não representam a abordagem dos autores no contexto de suas produções. (PINHEIRO, 2018, p. 67).

Essa afirmação, que fundamenta a dificuldade da classificação dos livros antigos, encontra ressonância em Cave (1976), quando este diz que, apesar de sugerir que a coleção de livros raros deve ser catalogada e classificada segundo as políticas normais da biblioteca, deve-se ponderar até que ponto uma rotina de classificação de assuntos das coleções especiais é válida, considerando a mudança nos modos de o homem pensar e organizar o conhecimento ao longo dos tempos.

É fato recorrente que “muitas vezes os organizadores das bibliotecas não sabem onde guardar alguns livros, pairando em dúvida entre dois ou três locais igualmente apropriados” (BURKE, 2016, p. 85). Esse tipo de dúvida a que

o autor se refere, evidentemente, pode ocorrer também no processamento de livros correntes. Não é uma prerrogativa do livro raro, apenas se manifesta de forma mais rotineira no processo que envolve a representação dessas obras.

Representar o conhecimento significa substituir uma entidade, nesse caso, o conteúdo de um livro, por um símbolo que o identifique, ou seja, que represente a informação que está contida nesse objeto. Essa representação é realizada pela classificação e indexação, que são atividades fundamentais do processamento técnico de uma biblioteca e essenciais para a recuperação da informação.

Segundo Barbosa (1969), “classificar é, na realidade, a tarefa mais importante de uma biblioteca, pois constitui o meio pelo qual os livros são utilizados”, ou seja, permite que o livro seja localizado facilmente tanto pelo bibliotecário quanto pelo usuário, uma vez que a classificação bibliográfica se ocupa da organização em classes de assuntos, ao mesmo tempo que se preocupa com a disposição física das obras.

Na Biblioteca Nacional, o sistema de organização do conhecimento utilizado, desde 1945, é a Classificação Decimal de Dewey – CDD (BETTENCOURT, 2014, p. 115), criada pelo bibliotecário norte-americano Melvin Dewey, que teve a sua 1ª edição publicada em 1876. É um dos esquemas de classificação mais utilizados em todo o mundo e divide o conhecimento humano em 10 classes principais. Apesar de atribuir número de classificação, a Biblioteca não o utiliza para organizar os livros nas estantes, adotando o sistema de localização fixa, no qual os livros são ordenados segundo a sua materialidade (PINHEIRO, 2007).

A Biblioteca Nacional possui um Centro de Processamento e Preservação que, entre outras atribuições, cataloga e classifica os itens que compõem o acervo geral, mas o processamento técnico da Seção de Obras Raras, onde os livros mais antigos da instituição estão localizados, é realizado na própria seção, por bibliotecários especializados nesse tipo de acervo. Sendo assim, embora seja necessário para o desenvolvimento do trabalho compreender toda a trajetória da representação da informação na instituição, esta pesquisa está restrita à análise das atividades desenvolvidas na Seção de Obras Raras.

A Divisão de Obras Raras e seus desafios no âmbito da classificação bibliográfica

A Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional abriga obras dos séculos XV ao XXI. Raridade e preciosidade foram os principais critérios para criar a coleção, proveniente de outras seções da instituição. Foi criada na administração de Rubens Borba de Moraes, por meio do Decreto 20.478, de 25 de janeiro de 1946, com a denominação de Seção de Livros Raros (GAUZ, 1991), como serviço especializado para selecionar e salvaguardar as obras raras

pertencentes ao acervo que, já naquela época, era mais extenso e valioso do que o encontrado em qualquer biblioteca latino-americana.

Ocupando uma área de mais de 2 mil metros lineares, com itens armazenados em estantes, gavetas e cofres (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]), o acervo está em constante crescimento, seja por meio de doações ou remanejamento interno, que acarreta a verificação da relevância de itens na composição da coleção, tanto para incorporação quanto para retirada, em concomitância com outras coleções da própria Biblioteca Nacional – considerando, sempre, o lugar onde o leitor procuraria aqueles itens e onde eles estariam armazenados de acordo com suas características materiais.

[...] a biblioteca é também uma arquitetura do saber: tanto sua organização interna como os critérios de constituição de suas coleções são escolhas intelectuais fortes, e a história da biblioteconomia é atravessada pela busca dos princípios de classificação ideal, capaz de conciliar a arrumação material das obras com a divisão dos saberes[...]. (JACOB, 2008, p. 13).

Para que integre a coleção é necessário que o item seja processado de acordo com as políticas, normas e padrões vigentes na seção, e é nesse momento que nos deparamos com a problemática dessa pesquisa. Há alguns anos, não se procede, rotineiramente, à classificação e indexação das obras depositadas na Seção de Obras Raras, atividades fundamentais para a organização do conhecimento, implicando diretamente no serviço de referência, na busca e recuperação da informação. Isso por si só não é um problema, mas a questão que levantamos é a ausência de uma política que fundamente essa decisão e a falta de consenso do corpo técnico sobre qual deve ser o procedimento adequado, classificar ou não os livros antigos.

Deve-se considerar que, frequentemente, os bibliotecários têm dificuldade para classificar livros antigos a partir da utilização da Classificação Decimal de Dewey (2011) e tendem a representar a informação registrada nos livros atribuindo notações genéricas, identificadas, terminologicamente, por cabeçalhos de assuntos incompatíveis com o estágio de evolução do conhecimento que é objeto da análise. A classificação precisa ser abrangente, englobar o conhecimento produzido no passado e no presente.

Com a ausência de descritores de assunto, a pesquisa depende exclusivamente da *expertise* do pesquisador e do conhecimento do bibliotecário durante a entrevista de referência, situação que pode, por vezes, dificultar o acesso a obras pouco procuradas ou até mesmo “desconhecidas” dentro determinado campo do conhecimento que está sendo objeto de busca.

Por um lado, constata-se, muitas vezes, que os números de classificação atribuídos são insuficientes para representar, atender e traduzir a diversidade e/ou multiplicidade de assuntos que podem constar de um livro raro. Por outro

lado, a ausência de atribuição de substitutos dos assuntos gera uma dificuldade de recuperação da informação contida nos itens do acervo, tanto por parte dos usuários quanto pelos bibliotecários.

Segundo Cave (1976), “tentar, por exemplo, organizar uma coleção de teologia do século XVII, de acordo com as ideias de classificação do século XIX ou XX, pode ser um exercício frustrante e amplamente inútil” (tradução nossa).¹ No entanto, o autor adverte que poderá ser útil se o esquema de classificação for utilizado para organizar a coleção nas estantes e para obter entradas de assunto para as obras nos catálogos, embora outros arranjos de livros e de entradas nos catálogos possam ser considerados superiores.

Essa afirmação corrobora a premissa de que há dificuldade na atividade de classificação, e, portanto, sua aplicação deve ser amplamente discutida e aplicada à realidade de cada biblioteca.

Diante dessas ponderações e da ausência de consenso do próprio corpo técnico da instituição, surge a motivação para a pesquisa, visto que a representatividade da Biblioteca Nacional e a importância da coleção exigem respostas a partir de uma discussão aprofundada em estudos avançados.

Estratégias e procedimentos metodológicos

Para o estabelecimento do nosso quadro de referência utilizaremos pesquisas do tipo documental e bibliográfica, discutiremos a aplicação de sistemas de organização do conhecimento no processamento técnico da Seção de Obras Raras e analisaremos como esses processos se desenvolvem em outras bibliotecas nacionais por meio de pesquisa empírica.

A pesquisa documental, até o momento, está restrita aos *Anais da Biblioteca Nacional*, cuja coleção completa está disponível para leitura na página da Biblioteca Nacional Digital. Pretende-se estender a consulta aos documentos administrativos que ficam armazenados na Seção de Manuscritos, porém esse processo não teve início devido à pandemia de Covid-19, que suspendeu as atividades presenciais da Biblioteca em março de 2020.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em três bases de dados especializadas, a saber: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação – Brapci, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e *Library and Information Science Abstracts* – Lisa.

Os termos de busca utilizados foram: biblioteca nacional; livros raros; livros antigos; classificação bibliográfica; classificação e livros raros; indexação e livros raros; organização do conhecimento. A pesquisa também foi feita pelos termos

1. To attempt, for example, the close organization of a collection of early 17th century theology according to 19th or 20th century ideas of classification will be a frustrating and largely useless exercise.

correspondentes em língua inglesa. Foi encontrado um artigo que aborda a indexação de livros raros, o restante dos selecionados diz respeito a essas questões tratadas separadamente. Reafirmamos que se trata de uma pesquisa em andamento e que, no decorrer dos estudos, pode haver necessidade de abordarmos outros aspectos, inclusive adicionar outras palavras-chave para a busca nas bases de dados.

Com a pesquisa empírica buscaremos compreender como outras bibliotecas do porte da Biblioteca Nacional lidam com a classificação de seus livros antigos, uma vez que a pesquisa bibliográfica, até o momento, não nos trouxe resultados suficientes para elucidar a questão.

Uma das etapas da pesquisa é a investigação do processo de classificação de livros antigos em bibliotecas congêneres. Em um primeiro momento, decidimos investigar as bibliotecas a partir de suas bases de dados na *web*, mas durante o andamento dessa pesquisa percebemos que seria mais produtivo entrar em contato com cada instituição para obter dados mais exatos e entender melhor as decisões tomadas por cada uma. Em seguida, iremos analisar essas respostas para verificar se existe um padrão, uma teoria que embase as decisões técnicas que dizem respeito à classificação, se há estudos aprofundados, práticas consolidadas ou apenas uma tendência a ser seguida.

Outra fase da pesquisa será uma coleta seletiva de registros no catálogo da Biblioteca Nacional que evidenciem boas práticas de classificação bibliográfica. O registro dessa coleta será complementado por estudo comparado dos produtos de classificação verificados com as bibliotecas selecionadas na etapa anterior.

A demonstração do estado da arte da classificação praticada em outras bibliotecas se desenvolverá a partir da recuperação de exemplares dos livros selecionados em suas próprias bases de dados disponíveis na *web*.

De posse dos resultados, nosso intuito é formular diretrizes que possam orientar as tomadas de decisões na Seção de Obras Raras, a fim de padronizar as atividades voltadas à classificação dos livros mais antigos do acervo.

A seguir, detalharemos a escolha do grupo de bibliotecas que foram selecionadas para a pesquisa. Partimos de uma proposta que se mostrou insuficiente após analisarmos as bases de dados de cada instituição que compunha esse grupo, o que nos obrigou a formular uma segunda opção que se mostra mais condizente com o recorte cronológico do acervo que está sendo estudado.

- Proposta 1:

Estudo comparado dos produtos de classificação de bibliotecas nacionais da América Latina, de Portugal e a *Library of Congress*. Quando optamos por bibliotecas na América do Sul, pretendíamos investigar como esses processos estão sendo conduzidos em nossos países vizinhos, com quem a BN muitas vezes coopera através de acordos de parceria para tratamento e divulgação dos acervos. Portugal, pela própria história de formação da nossa biblioteca, que tem seu acervo originário procedente do país. E a *Library of Congress*, biblioteca

que produz a lista de cabeçalhos de assuntos utilizada como base para nosso catálogo de autoridades.

- Proposta 2:

Estudo comparado dos produtos de classificação de bibliotecas nacionais de países da Europa, como França, Espanha, Inglaterra, Itália e Portugal. E mantivemos a *Library of Congress* pelos motivos já expostos. Alteramos nosso campo de estudos para bibliotecas que possuem grande volume de acervo dos séculos XV a XVIII e tradição em pesquisas na área.

Resultados parciais

Começamos pesquisando as bases de dados de todas as instituições para efetivarmos a escolha de cada uma, e em seguida entramos em contato por meio dos *e-mails* divulgados em cada página institucional, formulando uma indagação simples nesse primeiro contato: A biblioteca adota a classificação e a indexação dos livros antigos? Em caso afirmativo, qual seria? Recebemos até o momento, três respostas.

Para a proteção do nome das instituições a que recorreremos, chamaremos de A, B, C, D, E. Para que os dados sejam divulgados em seu inteiro teor, é necessário que os participantes assinem uma autorização de publicação. No quadro abaixo, apresentamos as bibliotecas identificadas por letras maiúsculas, se desenvolvem ou não as atividades de classificação e indexação e quais sistemas de organização do conhecimento (SOC) utilizam para tais fins.

QUADRO: BIBLIOTECAS CONSULTADAS E RESULTADOS ENCONTRADOS

Biblioteca	Classificação	SOC	Indexação	SOC
A	Não	-	Não	-
B	Não	-	Sim	-
C	Sim	CDD	-	-
D	-	-	-	-
E	-	-	-	-

Fonte: os autores, 2020.

Embora nossa amostra seja muito pequena – as bibliotecas D e E ainda não responderam ao primeiro contato –, porque percebemos que teremos que analisar muitas vertentes, decidimos, a partir dessa análise preliminar, aplicar um questionário para melhor compreender os processos de tomada de decisão das instituições.

– Por que os livros antigos são classificados?

- Ou por que os livros antigos não são classificados?
- Em que se embasa cada decisão?
- Existe alguma literatura, algum item que fundamente a decisão?
- É uma política da instituição ou uma decisão relacionada à atual gestão?
- Existe algum documento institucional que estabeleça a política ou ratifique a escolha adotada?

Essas são algumas questões que precisamos elucidar e, para tanto, encaminharemos às instituições escolhidas um questionário que deverá ser cadastrado na Plataforma Brasil, base que registra pesquisas envolvendo pessoas, e que em seguida deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unirio para que seja aprovado. Essas etapas são necessárias para garantir a idoneidade da pesquisa e a segurança dos atores envolvidos no processo.

A fase de escolha das obras que farão parte da coleta seletiva será implementada tão logo tenhamos a garantia de participação das bibliotecas selecionadas. É importante que sejam obras que componham o acervo da maioria delas para que possamos analisar tanto a teoria quanto a prática dos métodos de classificação adotados por cada uma, no intuito de tentar elucidar as melhores práticas.

Considerações parciais

É importante salientar que não estamos em busca de uma resposta fechada, se o correto é classificar ou não livros antigos. Nosso intuito é encontrar um caminho que seja aplicável e que possa subsidiar a tomada de decisão quanto à atribuição de números de classificação e cabeçalhos de assuntos na representação dos livros antigos da Fundação Biblioteca Nacional, contribuindo para estimular outras pesquisas na área.

Concluimos destacando que, por ser uma instituição bicentenária, a Biblioteca Nacional já adotou diversos procedimentos tanto de organização de seu acervo quanto de apresentação deste ao usuário, e, portanto, algumas políticas podem ser modificadas ao longo dos anos de acordo com a evolução dos estudos das práticas bibliotecárias. Todo o trabalho desempenhado visa, acima de tudo, à integridade do acervo e à disseminação do conhecimento ao público que dele faz uso.

Referências

BARBOSA, Alice Príncipe. *Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Obras raras*. Rio de Janeiro, [20-?]. Página *html* da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://catcrd.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=obrasraras_pr%3Aobrasraras. Acesso em: 27 abr. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras*. Critério de raridade FBN Diora Planor. Rio de Janeiro, c2006. Página *html* do Planor. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/criterioraridadedioraplanor.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). [Portal FBN]. [20--]. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 8.297, de 15 de agosto de 2014*. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional... Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm?fbclid= Acesso em: 20 jul. 2019.

BURKE, Peter. *O que é história social do conhecimento?* São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAVE, Roderick. *Rare book librarianship*. London: C. Bingley; Hamden: Linnet Books, [1976].

DEWEY, Melvil. *Dewey Decimal Classification and relative index*. 23. ed. Ohio: OCLC, 2011.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EdUsp, 2008.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (Ifla). *As bibliotecas e a implementação da agenda 2030 da ONU*. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019.

GAUZ, Valéria. *Considerações sobre o uso do catálogo principal de obras raras na Biblioteca Nacional: subsídios para viabilizar a automação do catálogo principal e otimizar o atendimento ao público local e a outras bibliotecas*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – CNPq/Ibict-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/11020/1/276746.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GAUZ, Valéria. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 71-87, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905>. Acesso em: 5 set. 2019.

HODGE, G. *Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files*. Washington, D.C.: Clir Publication, 2000.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KAULA, Prithvi N. Rethinking on the concepts in the study of classification. *Herald of Library Science*, Varanasi, v. 28, n. 1-2, p. 30-44, jan./apr. 1984.

LESK, M. *Practical digital libraries: books, bytes and bucks*. San Francisco: Morgan Kaufmann, 1997.

LIBRARY OF CONGRESS (USA). *Library of Congress Subject Headings*. Washington, DC, 2020. Disponível em: <http://id.loc.gov/authorities/subjects.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

LYONS, Martyn. A nova cultura da imprensa. In: LYONS, Martyn. *Livro: uma história viva*. São Paulo: Senac, 2011.

MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 5 ago. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.

PINHEIRO, Ana Virginia. *A ordem dos livros na biblioteca*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

PINHEIRO, Ana Virginia. Ciência, arte e técnica: todos os ângulos da paleografia na Biblioteconomia de Livros Raros. In: LOSE, Alicia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória & Arte/EdUfba, 2018. p. 60-73. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26224>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ROUVEYRE, Édouard. *Connaissances nécessaires à un bibliophile: accompagnées de notes critiques et de documents bibliographiques*. 5. ed. Paris: Ed. Rouveyre et G. Blond, 1899.

SILVA, Wanessa Oliveira da. *Proposta para entrada de dados da catalogação de livros antigos na Base Minerva do sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2018. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

As ações de difusão da Biblioteca Nacional e os paradigmas da Administração Pública

Simone Vaisman Muniz

Jornalista, especialista em Gestão Pública (UFF) e em Comunicação e Saúde (Fiocruz),
mestre em Memória Social (Unirio) e servidora da Coordenação de Editoração da FBN





Resumo

Com a ampliação do acesso e o surgimento de novas tecnologias digitais que facilitam a preservação documental, a Fundação Biblioteca Nacional se encontra obrigada a reavaliar as ações de difusão do patrimônio bibliográfico brasileiro. Seriam essas mudanças tecnológicas e nas ações de difusão indicativas também de mudanças sociais e institucionais, com a inserção de novos paradigmas da Administração Pública na cultura institucional? Este trabalho avalia as transformações das ações de difusão na FBN e as relaciona aos discursos dos quatro principais modelos teóricos da reforma da Administração Pública: o Patrimonialismo, a Burocracia, as Reformas Gerenciais e a Nova Gestão Pública.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional. Paradigmas da administração pública. Difusão do patrimônio bibliográfico.

Abstract

As digital technologies access expands and technologies that facilitate document preservation emerges, Brazilian National Library (Fundação Biblioteca Nacional) finds itself obliged to re-evaluate the actions for archive promotion and diffusion of Brazilian bibliographic heritage. Are these changes also indicative of social and institutional changes and new paradigms of Public Administration in the institutional culture? This work evaluates how the actions of archive diffusion and bibliographic promotion in FBN are transformed and how they relate to the discourses of the four main theoretical models of Public Administration reform: Patrimonialism, Bureaucracy, Management Reforms and New Public Management.

Keywords: National Library. Public administration paradigms. Diffusion of bibliographic heritage.



Introdução

A Biblioteca Nacional é uma fundação bicentenária, por isso podemos dizer que sua trajetória perpassou várias etapas da história das reformas da Administração Pública brasileira. Ao longo do tempo e com as mudanças tecnológicas dos últimos anos, houve a ampliação e a continuidade de certos programas de difusão do patrimônio bibliográfico brasileiro que, por sua vez, estão ligadas a modificações no referencial teórico da Administração Pública.

Considerando que junto com mudanças tecnológicas ocorrem também transformações administrativas e sociais, o objetivo geral deste trabalho é descrever como as variações no referencial teórico do estudo da Administração Pública brasileira se relacionam com alterações nas ações de difusão da BN produzidas nos últimos anos com o avanço das tecnologias.

Para isso, usaremos como referencial teórico-metodológico artigos presentes em revistas brasileiras de Administração Pública, que enfocam os modelos das reformas administrativas. São quatro modelos teóricos: patrimonialista, burocrático, gerencial e a Nova Governança. Eles surgiram no contexto de críticas à Administração Pública, apontada como burocrática, inflexível e hierárquica. Os modelos teóricos, citados a partir de obras de sociologia, emergiram entre as décadas de 1970 e 2000 para justificar leis que permitiram a reforma administrativa no setor público no Brasil naquela época. Foram produzidos textos que contextualizavam as etapas da profissionalização e melhoria dos serviços públicos no país até chegarmos ao momento das reformas chamadas gerenciais. Após as reformas gerenciais, surgiu nesses estudos um novo modelo, a Nova Governança Pública, que será investigada neste artigo para falarmos de mudanças institucionais na Biblioteca Nacional.

Como procedimentos metodológicos, serão feitas a análise e a comparação da revisão bibliográfica. A leitura de artigos sobre as reformas na Administração Pública ocorrerá lado a lado com a análise das informações sobre as ações de difusão da Biblioteca Nacional encontradas no *site* da instituição e na *Revista do Livro*, na edição que discute a mudança no papel das bibliotecas nacionais. Não é objetivo deste artigo discutir os conceitos sociológicos, da administração ou da ciência política citados e, sim, contextualizar os artigos nas revistas nacionais sobre Administração Pública ao lado das ações de difusão na Biblioteca Nacional.

Há três objetivos específicos. O primeiro deles é descrever as mudanças nos paradigmas da Administração Pública, começando pelo modelo patrimonialista, passando pelas reformas burocrática e gerencial, tendo como marcos o Decreto 200/1967 e a Reforma Gerencial de 1995, do ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, até chegar à Nova Governança Pública.

O segundo objetivo específico é descrever brevemente como ganham importância as ações de difusão do patrimônio bibliográfico na Biblioteca Nacional, quais são elas e como se modificaram com as novas tecnologias digitais. Por

fim, o terceiro objetivo é associar e comparar as duas mudanças, a visão de Administração Pública com as transformações das ações de difusão na Biblioteca Nacional dentro do contexto de revolução da tecnologia digital.

Este trabalho investiga e discute de que modo os desafios das mudanças nas ações de difusão das bibliotecas nacionais se relacionam com as reformas administrativas propostas nos paradigmas da Administração Pública, e com as transformações tecnológicas dos últimos anos. Compreender a coexistência e a aplicação dos modelos teóricos da Administração Pública no período atual da história da Biblioteca Nacional e a incorporação de novas tecnologias nas ações de difusão da fundação é importante, pois esses modelos teóricos e ações políticas influenciam na identidade e no *modus operandi* de uma instituição bicentenária. Essa influência é bastante visível quando se fala da adaptação às transformações tecnológicas da missão de difundir o patrimônio bibliográfico nacional.

As mudanças tecnológicas têm sido bastante eficazes na relação com as reformas administrativas para a melhoria da Administração Pública federal como um todo. Nos últimos anos as transformações da tecnologia vêm sendo usadas, sobretudo, para aumentar a fiscalização, o controle e a transparência orçamentária e financeira, contribuindo para as reformas administrativas. Exemplos disso são o uso cada vez mais frequente de ferramentas que permitem acesso integrado às informações da administração, como os sistemas Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira. Também exemplificam a questão o uso do sistema de processo eletrônico SEI – Sistema Eletrônico de Informações, além de ferramentas que permitem à população maior conhecimento e controle sobre o uso dos recursos públicos, como o *site* Transparência Brasil e a Lei de Acesso à Informação, que obriga a divulgação de dados sobre as atividades da Administração Pública (BRASIL, 2011).

Quando falamos de bibliotecas nacionais, o objeto das mudanças tecnológicas está além desse exemplo. Além de ter mais controle, transparência e publicidade das contas e atividades públicas ou das questões de planejamento financeiro e orçamentário, há também a maior difusão das informações que constam em um acervo da biblioteca, por conta do crescimento do acesso na rede mundial de computadores. Por exemplo, as bibliotecas nacionais digitais transformaram o papel das bibliotecas nacionais no mundo todo. A tecnologia nas bibliotecas nacionais funciona no controle e fiscalização dos serviços públicos, assim como é um instrumento para melhorar a relação com o público por meio da difusão do acesso ao patrimônio bibliográfico.

As propostas das reformas administrativas e as mudanças na BN

A forma como é contada a história da Administração Pública brasileira hoje está muito associada às reformas administrativas e gerenciais pelas quais o setor público passou entre as décadas de 1970 e 2000. Seus referenciais teóricos foram conhecidos como modelos ou paradigmas da Administração Pública (CHIAVENATO, 2003). O primeiro paradigma é conhecido como patrimonialismo, no qual se associa o poder do Estado ao contexto histórico pré-republicano, ou seja, a monarquia. A Biblioteca Nacional foi criada dentro do modelo patrimonialista, com a chegada de dom João VI ao Brasil. Naquele modelo de Administração Pública, o poder do Estado era praticamente uma extensão do poder do soberano, o que dava margem a críticas pela pouca profissionalização, autoritarismo, corrupção e nepotismo (PEREIRA, 1996).

Com as mudanças da Segunda Revolução Industrial, o crescimento das cidades e o surgimento da República, o modelo patrimonialista precisava encontrar substitutos mais profissionais. Assim, na Era Vargas, surgiu talvez um dos mais conhecidos modelos ligado às reformas administrativas, a reforma burocrática. Com vistas a otimizar os serviços e combater o patrimonialismo, a emergência da burocracia na primeira metade do século XX inseriu na Administração Pública a lógica capitalista e de mercado, com referência a teorias de administração e de controle dos processos. Assim, a administração burocrática ficou conhecida por características como atividades divididas por cargos solidamente especificados – a especialização, o formalismo, a meritocracia e a hierarquização de tarefas (PEREIRA, 1996).

Por outro lado, a exaltação da burocracia em excesso deu margem a disfunções que incluíam a apropriação do interesse público pelos interesses daqueles que detinham o conhecimento especializado. Assim, ocorreu a desvirtuação de um modelo que se tornou bastante vagaroso ao longo dos anos. Buscou-se, então, combater essa burocracia. Uma segunda reforma administrativa brasileira, que trouxesse mais flexibilidade ao setor público, se tornou o objetivo. Teve como marco inicial o estabelecimento do Decreto-lei 200 (BRASIL, 1967) – conhecido como decreto da Reforma Administrativa (PEREIRA, 1996 e PEREIRA, 1998). O decreto e as mudanças ligadas a ele buscaram, por meio da descentralização e da desburocratização, responder às críticas aos excessos de formalidade e à especialização de sobra, a ponto de não se conter a lentidão e a procrastinação do serviço público.

Esse discurso solidificou-se como o início da busca pela descentralização dos serviços públicos. O decreto permitiu a emergência de fundações e autarquias como formas de contratação menos rígidas. A Biblioteca Nacional, por exemplo, tornou-se uma fundação pública, com características ligadas ao serviço privado,

como a contratação por CLT e a possível demissão de seus funcionários. Esse tipo de contratação durou até a reforma constitucional de 1988.

Assim, o decreto mencionado buscou flexibilizar os critérios rígidos da burocracia como um sistema estruturado e universal, em que as carreiras tornavam-se quase imutáveis. Os níveis hierárquicos, quase fixos não permitiam maior participação de agentes públicos e o excesso de especialização dificultava a comunicação e a agilidade dos processos. As repartições tornavam-se feudos que não se comunicavam entre si. Assim, as disfunções da burocracia transformavam o Estado em lento e procrastinatório, o que dava margem também ao uso do mesmo para interesses particulares e a muita crítica ao seu funcionamento, como nos lembram Souza e Faria (2017).

O Decreto-lei 200/1967 surgiu em meio às críticas às disfunções da burocracia. Porém, o auge desse combate ao paradigma anterior ocorreu com a emergência de um terceiro modelo da Administração Pública, que teve apogeu bem depois do Decreto-lei: a chamada Reforma Gerencial. Esse modelo ganhou força sobretudo na década de 1990 (PEREIRA, 1996; PEREIRA, 1998). Mais do que a descentralização do Decreto-lei 200, as alterações e influências do modelo gerencial que surgiu nos anos 1990 estavam associadas a uma série de ideologias neoliberais e internacionais, tanto que também foram chamadas de *New Public Management* (NPM).

A *New Public Management* buscou mais ainda desconcentração e descentralização dos entes governamentais e maior abertura para novas parcerias como ONGs e Organizações Sociais de Interesse Público. No caso da Biblioteca Nacional, no mesmo período surgiram novos parceiros, como a sociedade civil sem fins lucrativos Sabin (Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional), que se tornou responsável pela *Revista de História da Biblioteca Nacional*.

Na NPM, o usuário dos serviços públicos passa a ser visto como cliente e o foco é na eficiência, na eficácia e na competição (SOUZA, FARIA, 2017; PEREZ, 2016). Porém, o modelo NPM também foi alvo de muitas críticas. As reclamações vinham, sobretudo, pela importação sem adaptações de modelos vindos da iniciativa privada, parecidos com os empresariais, orientados para o mercado e para o cliente, com o pressuposto de que “seria fácil a transposição das teorias e das técnicas da gestão dos negócios para o setor público” (BILHIM, 2017, p. 21). Assim, muitas vezes, não se encaixavam nas características do Estado como o excesso de busca de agilidade e a negligência de como isso atrapalha a compreensão da instituição política e de interesse público. E também por ignorar muitas características relacionadas à identidade brasileira no serviço público, o que faz com que seja difícil simplesmente adaptar técnicas empresariais para a cultura do país. Além disso, a NPM trazia elementos típicos da cultura de países anglo-saxões, o que dificultava ainda mais sua implementação.

Apesar das críticas, a *New Public Management* objetivava, com uma “Nova Gestão do Serviço Público”, melhorar o desempenho estatal, diminuir o tamanho da sua máquina e integrar os serviços em rede. Era evidente a necessidade de uma administração mais integrada, com mais cooperação e responsabilização não somente no aferimento da receita, como na sua utilização (SOUZA, FARIA, 2017, p. 274). Desse modo, foi a partir das críticas à *New Public Management*, com a tentativa de complementar o que ela teria de eficaz, que emergiu um quarto modelo de Administração Pública, o da Nova Governança.

A Nova Governança está “centrada nos mecanismos de coprodução, na criação de redes e processos não hierárquicos, nos acordos tácitos com os diversos atores da sociedade e, notadamente, no princípio de valor público” (FONTES FILHO, PIMENTA, 2016, p. 31). Busca evitar o principal risco da *New Public Management*, que diz respeito à “propagação genérica e acrítica de uma lógica administrativa baseada numa racionalidade dominante, que, na maioria das vezes, desconsidera os elementos históricos e institucionais, bem como a diversidade cultural de ambientes distintos daquele ao qual o modelo se origina” (FONTES FILHO; PIMENTA, 2016). Os autores prosseguem:

Nas últimas três décadas, o campo das teorias e paradigmas da Administração Pública esteve marcado pelo apogeu da visão gerencialista e tecnocrática trazida pela New Public Management (NPM) ou Nova Gestão Pública. Para muitos autores, contudo, a NPM mostra-se cada vez mais anacrônica e incapaz de responder às novas características do Estado moderno, inserido em um mundo marcado pela pluralidade das demandas da sociedade e esgarçamento, em muitas dimensões, das fronteiras nacionais. (FONTES FILHO; PIMENTA, 2016, p. 33).

E avançam

[...] ao focar na eficiência, no controle e na gestão por resultados, a NPM adota uma perspectiva tecnocrática, tendo como base uma independência necessária entre a política e a gestão pública, revisitando assim a dicotomia política-Administração Pública. (id., ibid., 2016, p. 35).

Assim, em contraposição a essa dicotomia, e buscando integrar política e gestão pública, a Nova Governança trata das redes e parcerias na Administração Pública, sobretudo como uma resistência ao discurso do empreendedorismo no setor público via *New Public Management*.

A Nova Governança é uma crítica à forma como governos difundem “a cultura do *management* no ambiente público a fim de sustentar suas próprias ideologias. Isso reflete uma postura de controle e manutenção de poder contrastante com uma cultura democrática e cidadã” (VALADARES, 2017, p. 1003).

Este quarto modelo “ressalta a importância dos processos de democratização pautados na cidadania, na participação e na deliberação. É na formação da cidadania (por meio da participação e da deliberação) que reside o potencial de emancipação social das ideologias” (id., *ibid.*, 2017). Valadares diz ainda que

a esse respeito, destacamos as iniciativas da sociedade na busca por uma gestão pública mais participativa e deliberativa e que alcance as necessidades sociais. (...) Ou seja, que as relações entre sociedade, mercado e Estado sejam pautadas em espaços e esferas públicas em que as pessoas possam dialogar e exercer poder comunicativo. (id., *ibid.*, p. 1003).

O paradigma da nova Governança Pública busca compreender tanto os conceitos ligados à lógica da identidade nacional como também as afirmações referentes à estrutura típica do Estado: uma instituição sobretudo política, pois exige a compreensão das relações institucionais dos sistemas como estruturas complexas e abertas as quais deveriam ser pensadas para o planejamento e a execução das políticas (BILHIM, 2017).

A teoria da Nova Governança Pública lança as raízes tanto na ciência política quanto na sociologia das organizações e na teoria da complexidade (BILHIM, 2017). Reconhece que a natureza da gestão pública é atualmente incerta e fragmentada e compreende o estado plural na diversidade dos seus elementos e na riqueza dos seus processos (FILGUEIRAS, 2018). A Nova Governança busca inserir o Estado no contexto das relações de poder e estruturas institucionais que organizam a vida coletiva. É nesse movimento que se inserem os processos de mudança. Neles, a equidade, a transparência e a eficácia da ação são buscadas por meio do reconhecimento da complexidade da relação interorganizacional e da qualidade dos processos. A ênfase, como afirma Bilhim, está nas relações interorganizacionais, na confiança, no capital relacional e nos contratos, com grande contribuição da sociologia das organizações. O autor continua:

A complexidade que a administração enfrenta na sua missão exige que as práticas de gestão apontem para uma tessitura de redes complexas de relações que se estabelecem entre as dimensões técnica, política e ética, características da administração. Nesta perspectiva, os administradores são profissionais de uma atividade cujo exercício exige a posse e a aplicação de saberes que os habilitam a lidar com as exigências contraditórias e as pressões impostas pela mobilização de recursos, bem como com a pressão dos esforços para manter o seu comportamento dentro dos limites prescritos. (BILHIM, 2017, p. 11).

Como a Nova Governança se relaciona com as ações de difusão da Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional é uma fundação pública federal que tem como missão coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país (BIBLIOTECA NACIONAL, 2018). Nesse sentido, a digitalização de seus documentos e a disponibilização na rede mundial de computadores, em 2006, indicaram um novo momento na realização de sua missão institucional de preservar e difundir o patrimônio bibliográfico nacional. A Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) tornou-se o ambiente da rede mundial de computadores que reúne grande e importante parte do acervo da Biblioteca Nacional, no portal <https://bndigital.bn.gov.br/>, no qual livros, materiais iconográficos, cartográficos e periódicos estão acessíveis a qualquer pessoa interessada por meio de pesquisa na internet por nomes e por palavras-chave.

As parcerias com instituições nacionais e internacionais em contextos de exposições e projetos temáticos fazem parte do *script* da BNDigital desde 2001. Em 2011, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a BNDigital iniciou um revolucionário trabalho de resgate de nossa historiografia: a Hemeroteca Digital Brasileira, coleção de periódicos mais completa do país. Isso porque a Biblioteca Nacional beneficiou-se, desde 1907, da Lei 10.994/2004, conhecida como Lei do Depósito Legal (BRASIL, 2004), que obriga o depósito, na Biblioteca Nacional, de um exemplar de tudo que se publica no país.

Com a Hemeroteca Digital, cumpre-se o objetivo de digitalizar e disponibilizar milhões de páginas de periódicos brasileiros em domínio público, além de permitir a pesquisa dos periódicos por meio da busca de palavras-chave ou uma combinação de palavras, em um título específico ou em toda a coleção. A ferramenta foi desenvolvida com a tecnologia nacional DocReader e permite a aplicação de filtros para a melhoria dos resultados. “Disponível desde julho de 2012, a Hemeroteca Digital Brasileira permite a consulta a cerca de cinco mil títulos de periódicos e tem contado, nesse período, com cerca de 400 mil acessos mensais por parte dos usuários” (id., *ibid.*, 2015, p. 53).

Há parcerias com instituições nacionais e internacionais. Citamos algumas: a Rede Memória Virtual Brasileira, a Biblioteca Digital Mundial (*World Digital Library*), a parceria com a Gallica, a Biblioteca Nacional da França, a Biblioteca Virtual Pedro de Angelis (Biblioteca Nacional Argentina), a Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-americanas (Abinia) para a Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero-Americano (BDPI), a Biblioteca Digital Luso-Brasileira (Biblioteca Nacional de Portugal), a *Library of Congress* (Biblioteca do Congresso Americano) e a Unesco. Tais parcerias permitiram a difusão do conteúdo da

BNDigital e ainda a melhoria das ferramentas. O portal Brasileira Fotográfica e o portal Brasileira de Literatura Infantil, união de esforços da Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles, organização privada sem fins lucrativos, criados para dar visibilidade aos acervos fotográficos das duas instituições e de colaboradores, também são esforços de parcerias da BNDigital.

No caso da Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BNDigital), trata-se de um acervo de mais de 2 milhões de documentos, de acordo com a própria página do projeto. Preservação e acesso são palavras-chave na gestão da BNDigital (BITTENCOURT *et al.*, 2015).

Ao ser criada, a BN Digital tinha propósitos bem definidos, que ainda se mantêm: favorecer o amplo acesso às informações contidas em seu acervo; constituir-se em fonte de informação e pesquisa de excelência; ser veículo disseminador da memória cultural brasileira; veicular conteúdo atualizado e de interesse dos usuários; alcançar públicos cada vez maiores, neutralizando as barreiras físicas; preservar os documentos originais evitando o manuseio desnecessário; auxiliar instituições parceiras na preservação e acesso à memória documental brasileira; reunir e completar virtualmente coleções e fundos dispersos fisicamente em diversas instituições; ampliar os conteúdos em língua portuguesa disponíveis na web; e replicar para outras instituições conhecimentos na gestão de conteúdos digitais. (BITTENCOURT *et al.*, 2015, p. 51-52).

Dessa forma, segundo os autores, a digitalização dos documentos e a criação da Biblioteca Nacional Digital transformam a visão tradicional que se tem das bibliotecas nacionais como “guardiãs estáticas de memória”. Essa mudança no papel da Biblioteca Nacional em função da BNDigital e da Hemeroteca Digital é emblemática da transformação nas ações de difusão da Biblioteca Nacional. As bibliotecas nacionais são agora “instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento, ao mesmo tempo que também desempenham um papel fundamental na preservação física de preciosos acervos documentais e bibliográficos” (id., *ibid.*, 2015, p. 49).

Outros programas de difusão da Biblioteca Nacional também reforçam esse papel de democratização do acesso juntamente com a preservação do patrimônio bibliográfico, já que as ações de difusão ocorrem sobretudo por meio de parcerias, não apenas governamentais mas também com a sociedade civil. Por exemplo, a produção editorial da Biblioteca Nacional busca trazer à tona valiosas coleções do acervo para estudo, por meio de inventários, catálogos, guias, índices, transcrições e fac-símiles referentes à memória documental presentes no acervo da BN, que são difundidos e estudados por outras instituições. O Edital de Chamada Pública para Coedição de Livros sem Ônus para a FBN busca facilitar o desenvolvimento de projetos editoriais em toda a sociedade por meio da parceria com a BN. Por meio dele, são firmadas

parcerias sem contrapartida financeira por parte da Biblioteca, o que permite que projetos editoriais que envolvem o acervo se desenvolvam de forma bem mais rápida e acessível.

O Programa Nacional de Pesquisa (PNAP) incentiva a realização de pesquisas no acervo da Biblioteca. O Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros tem como objetivo a difusão da literatura e da produção intelectual brasileira no exterior. O Prêmio Camões de Literatura, que existe há mais de 30 anos, e o Prêmio Literário da Biblioteca Nacional também ganham força, reconhecimento e continuidade em grande parte por conta da força das mudanças tecnológicas e das redes sociais.

Todas essas ações de difusão têm em comum a grande força que ganharam por conta da emergência das transformações tecnológicas que, por sua vez, impulsionam uma modificação do papel da Biblioteca Nacional. A importante relação entre as mudanças tecnológicas, o aumento das ações de difusão e a democratização do acesso ao patrimônio bibliográfico e cultural presente nas bibliotecas nacionais é lembrada por Cordeiro ao mencionar o caso da Biblioteca Nacional de Portugal (CORDEIRO, 2015). No caso português, o volume anual de acesso aos conteúdos da biblioteca nacional digital equivalia, em 2015, a mais de 20 anos de movimento de leitura analógica nas salas de leitura locais.

Hoje, de um modo consistente e estruturado, os serviços digitais estendem as funções e a capacidade de oferta da biblioteca de uma forma até alguns anos inimaginável. Os fundos antigamente mais inacessíveis, por razões de proteção e conservação, como acervos raros, estão hoje na linha de frente da consulta pública on-line, para toda a gente, a qualquer hora e em qualquer lugar. (id. *ibid.*, 2015, p. 18).

Não há como falar em crescimento da difusão sem pensar em democratização do acesso aos documentos do acervo da Biblioteca Nacional. Voltamos assim aos paradigmas da Administração Pública. Os três primeiros paradigmas estudados e criticados nas teorias da Administração Pública – os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial –, tendo como marcos o Decreto 200/1967 e a Reforma Gerencial de 1995, de Bresser-Pereira, estão agora sendo compreendidos junto com o quarto, a Nova Governança Pública. Esta, por sua vez, se relaciona a novas parcerias e instrumentos para a formação político-cidadã, o que a aproxima das ações de difusão da Biblioteca Nacional. Essas, por seu lado, se modificaram por conta das mudanças tecnológicas e hoje fazem repensar o papel da Biblioteca Nacional.

Tanto a teoria da Nova Governança Pública quanto as ações de difusão da Biblioteca Nacional aparecem junto com os discursos sobre as transformações tecnológicas e as mudanças das redes sociais e da internet. A teoria da Governança Pública ganha espaço cada vez maior no estudo da Administração Pública, assim como as ações de difusão se ampliam e ganham forte continuidade dentro

da Biblioteca Nacional. Se há realmente maior participação democrática, se há uma maior difusão e alcance não se sabe, porém são ideias que se reforçam junto com as novas tecnologias.

Considerações finais

Este trabalho buscou apontar como os desafios das mudanças nas ações de difusão da Biblioteca Nacional nos últimos anos estão ligados aos paradigmas das reformas da Administração Pública brasileira. Dessa forma, abrimos espaço para a investigação das mudanças sociais e institucionais que se destacam conjuntamente com a emergência das novas tecnologias digitais.

Percebemos que neste novo cenário de mudanças tecnológicas, o modelo da Nova Governança Pública emerge como uma tendência na Administração Pública, assim como ganham legitimidade e visibilidade as ações de difusão da Biblioteca Nacional. Uma compreensão da relação entre esses modelos teóricos, as políticas da Fundação Biblioteca Nacional e as mudanças da tecnologia digital é um tema que merece um estudo mais aprofundado, pois permite entender melhor os interesses que estão no entorno e o contexto global em que se encontra essa instituição de mais de 200 anos.

Referências

- BETTENCOURT, Angela Monteiro. *A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. 216 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 23 ago. 2018.
- BETTENCOURT, Angela Monteiro, DA SILVA, Neusa Cardim, MARTINS, Vinicius Pontes. Memória Digital Brasileira. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ano 19, n. 55, p. 49-56, 2015.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Biblioteca Nacional 200 anos: uma defesa do infinito*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Competências e atividades*. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/competencias-e-atividades/competencias-e-atividades>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Sobre a BN Digital*. Apresentação. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/apresentacao/>. Acesso em: 23 ago. 2018.
- BILHIM, João Abreu de Faria. Nova governação pública e meritocracia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 84, p. 9-25, maio 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292017000200001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto 8.296, de 15 de agosto de 2014*. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 27 março, 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. *Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004*. Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências. Brasília, 14 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. *Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 18 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 jan. 2020.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2003.

CHOH, Ngian Lek. Conselho de bibliotecas. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 55, p. 22-24, 2015.

CORDEIRO, Maria Inês. Memória central do conhecimento. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 55, p. 17-20, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 71-88, Janeiro 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000100071&lng=en&nrm=iso e <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612161430>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; PIMENTA, Roberto da Costa. Práticas de Administração Pública no ambiente cultural dos países de língua portuguesa. *RGPLP*, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 31-48, março 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642016000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jan. 2020.

KLUMB, Rosangela; HOFFMANN, Micheline Gaia. Inovação no setor público e evolução dos modelos de administração pública: o caso do TRE-SC. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 21, n. 69, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/53902>. Acesso em: 17 jan. 2020.

- MIRANDA, Lara Caxico Martins; KEMPFER, Marlene. Administração pública gerencial brasileira e os desafios para prosseguir na sua implementação. *Revista do Direito Público*, v. 13, n. 3, p. 130-152, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/seer/index.php/direitopub/article/view/33396>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado nos anos 90 – lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n. 45, 1998, p. 49-95. *Desarrollo Económico*, 38 (150) jul. 1998.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira; FORGIARINI, Giorgio. A administração pública no Brasil moderno: os modelos burocrático e gerencial. *Ensaio FEE*, v. 37, n. 1, p. 283-304, 2016. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/3105/3736>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- SOUZA, Livia Maria Cruz Gonçalves de; FARIA, Edimur Ferreira de. Governança corporativa na Administração Pública Brasileira: um processo em construção. *Revista Direito & Paz*, v. 2, n. 37, p. 273-292, 2017. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/729>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- VALADARES, Josiel Lopes et al. Os discursos do empreendedorismo na administração pública brasileira: análise crítica de uma experiência contemporânea. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 10, n. 6, p. 990-1008, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273454951004.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Marcas de proveniência na Biblioteca Nacional: estudos das coleções Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça

Jandira Flaeschen

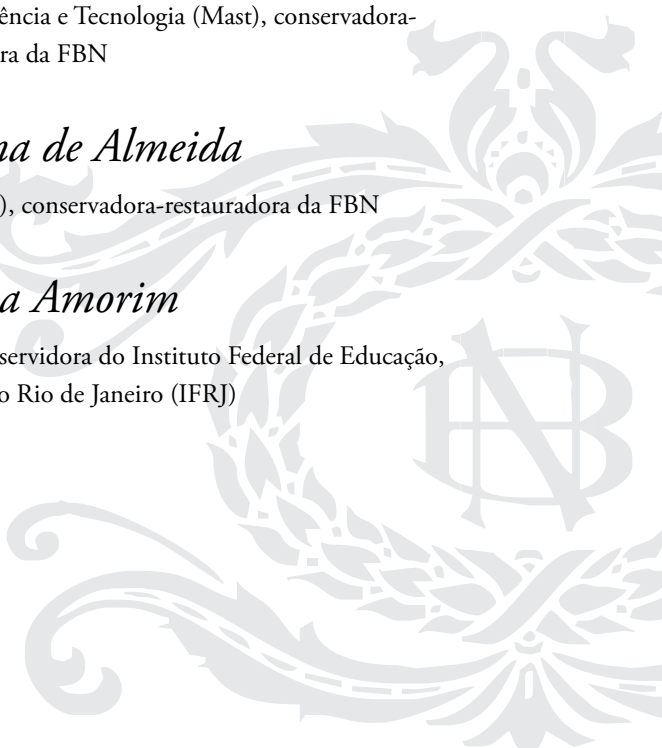
Mestra em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (Mast), conservadora-
restauradora da FBN

Thais Helena de Almeida

Doutora em Memória Social (Unirio), conservadora-restauradora da FBN

Nathália Amorim

Bacharela em Biblioteconomia (Universo), servidora do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)





Resumo

Este artigo apresenta a importância das marcas de proveniência bibliográfica em coleções da Biblioteca Nacional no século XIX, para a identificação e reunião de coleções, segurança do acervo, bem como para o estudo da bibliografia material, da história do livro e da biblioteca por meio da trajetória de seus exemplares e de seus proprietários. As obras das coleções doadas por dom Pedro II, em 1891, e por Salvador de Mendonça e sua família, entre 1884 e 1914, à instituição, foram analisadas como um estudo experimental na identificação das marcas de proveniência. Uma ficha técnica foi elaborada para reunir um conjunto de registros técnicos e fotográficos durante a análise dos itens. O entendimento dos procedimentos e levantamento das marcas de proveniência será capaz de revelar muito de seus antigos proprietários, os caminhos percorridos pelas obras e a própria história da biblioteca, uma vez que esses exemplares podem conter diversos testemunhos de diferentes períodos da instituição que possam contribuir com seu reconhecimento, pertencimento e segurança.

Palavras-chave: Coleções bibliográficas. Marcas de proveniência. Ex-líbris. Etiqueta. Fundação Biblioteca Nacional.

Abstract

This article presents the importance of the provenance marks in collections of the National Library in the 19th century, for the identification and assemblage of collections, security of the collection, as well as for the study of material bibliography, the history of the book and the library through the trajectory of their specimens and their owners. The collections of items donated by D. Pedro II in 1891 and by Salvador de Mendonça and his family between 1884 and 1914, to the institution, were analyzed as an experimental study in the identification of the provenance marks. A technical application was prepared to gather a set of technical and photographic records during the analysis of the items. The understanding of the procedures and survey of the bibliographic provenance marks will be able to reveal much of its former owners, the paths taken by the items, and the library's own history, since these copies may contain different testimonies from different periods of the institution that can contribute to its recognition, belonging and security.

Keywords: Bibliographic collections. Provenance marks. Ex-líbris. Label. Fundação Biblioteca Nacional.



Introdução

Com a mesma complexidade de formação e manutenção dos acervos bibliográficos das bibliotecas públicas e privadas, relatadas ao longo dos tempos por bibliófilos, bibliógrafos e estudiosos, a história da Biblioteca Nacional do Brasil remonta a um período em que seus reis dedicaram parte de seus esforços a: reunião de livros, mapas, gravuras e documentos para a construção de uma Real Biblioteca; reunião de obras percebidas como símbolo do saber acumulado pelo império português; e criação de uma imagem de país culto, detentor de conhecimento universal, amante das artes e das ciências.

Como parte integrante deste acervo, estão obras que foram reunidas após o trágico terremoto, seguido de um incêndio que atingiu não só a cidade de Lisboa, em 1755, mas também o paço da Ribeira, onde estava a Real Biblioteca. Muito do acervo foi perdido e poucos registros sobraram do fabuloso legado. Coube a dom José I (1750-1777) a missão de reconstruir a cidade de Lisboa e reerguer a Livraria Real, com o apoio de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Como ministro do rei, Pombal tinha como objetivo reconstruir duas bibliotecas: a Real Biblioteca – que substituiria a antiga Livraria Real, dividida em Real e do Infantado – e a Real Biblioteca Pública da Corte. Com a criação da lei do Depósito Legal, em 1805, a Real Biblioteca, assim como a Pública, também passaria a receber exemplares de todas as obras impressas em Portugal (FLAESCHEN, 2017, p. 13).

Os acervos foram compostos pelo que sobrou da antiga coleção e ampliados com a compra de coleções privadas e por doações. Representantes do reino de Portugal e comerciantes foram encarregados da tarefa de selecionar e adquirir, além de livros, outros itens, como estampas, mapas, manuscritos, moedas e medalhas, nos diversos centros culturais europeus. Assim, no que se refere à biblioteca dos reis de Portugal, foram formados dois conjuntos: a Biblioteca Real, enriquecida com aquisições de coleções preciosas, como a do cardeal da Cunha, a coleção de livros do Colégio de Todos os Santos, situado nos Açores, pertencente à Companhia de Jesus; e a Biblioteca do Infantado, destinada à educação dos príncipes, que incluía também os manuscritos da Coroa, formando a Real Biblioteca da Ajuda (CUNHA, 1981, p. 131).

Um dos elementos distintivos entre estas duas coleções são os carimbos e a representação da coroa. No carimbo da Real Biblioteca, a coroa real é “apresentada com os arcos fechados se unindo no centro e, ao alto, sustenta o crucífero com uma cruz. Já a coroa do infantado não apresenta os arcos, ou seja, é uma coroa aberta” (PINHEIRO; VON HELDE, 2019, p. 17).

Tão importante quanto as aquisições realizadas pelos reis, foram as doações oferecidas à Biblioteca. No século XVIII, o Abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado doou, entre 1770 e 1773, sua preciosa biblioteca, que reunia todos os campos do saber produzidos pelo homem, cujos volumes

doados trazem o ex-líbris de seu proprietário, gravado a buril pelo artista François Harrewyn, responsável pela criação das duas variantes conhecidas do ex-líbris do colecionador (FARIA, 2009, p. 380). Acrescida de outras doações, estão estampas raras e códices manuscritos doados pelo artista inglês Guilherme Dugood e a coleção do dr. Miguel Franzini, matemático e professor da Universidade de Coimbra. Em 1779, a Real Biblioteca comprou do dr. Bartholomeu Ulloa um caixote de livros e, ainda, a coleção de livros do cardeal da Cunha, num total de 1.234 obras (CUNHA, 1981, p. 132).

Com a vinda da família real para o Brasil, todo este precioso acervo permaneceu em Lisboa. Temendo por sua segurança, decidiu-se embarcar, no início de 1810, a primeira remessa de caixotes, acompanhada por José Joaquim de Oliveira, servente da Real Biblioteca. A segunda remessa das obras deixaria Lisboa em março de 1811, a bordo da fragata Princesa Carlota, sob a responsabilidade do ajudante de bibliotecário da Biblioteca da Ajuda, Luís Joaquim dos Santos Marrocos. A biblioteca se completaria com a chegada dos últimos caixotes de livros em 19 de novembro de 1811, na charrua São João Magnânimo, sob a responsabilidade do servente da livraria José Lopes Saraiva (SLAIBI, 2019, p. 42-45).

Já instalada, a Real Biblioteca continuou a ampliar seu acervo por meio de aquisições e doações de coleções particulares de livros, manuscritos, gravuras, mapas, assinaturas de periódicos estrangeiros e livros impressos em Portugal, cumprindo a exigência de propinas¹. A Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro, também contribuiria para o aumento do acervo, com sua produção gráfica e, mais tarde, já no século XX, esse seria enriquecido pela aplicação da lei do Depósito Legal.

Segundo a bibliotecária Lygia Cunha (1981), as diversas coleções que compõem o acervo da Biblioteca Nacional refletem a personalidade e a formação de seus proprietários anteriores e doadores, como também são da maior importância para entender certos períodos históricos e as mentalidades que formaram as elites culturais. As obras das diversas coleções doadas ou compradas traziam, muitas vezes, ex-líbris, etiquetas, assinaturas e anotações dos antigos proprietários que, ao serem incorporadas ao acervo da Biblioteca Nacional, recebiam diferentes marcas, como carimbos, ex-líbris e etiquetas institucionais e de encadernadoras, anotações de registro, localização nas estantes e outras.

Estes elementos, incorporados às obras, possibilitam análises e estudos no âmbito da bibliografia material. Identificados como marcas de proveniência bibliográficas, estes vestígios se referem à propriedade ou guarda de livros por indivíduos ou instituições, no tempo passado ou no presente, auxiliando a

1. Entrega de um exemplar de todos os papéis impressos em oficinas tipográficas de Portugal (Alvará de 12 de setembro de 1805) e também pelo material impresso na Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro (CUNHA, 1980, p. 147).

compreender a origem e a trajetória de um exemplar (BIBAS, 2019, p. 22). Portanto, a proveniência de um livro pode ser conhecida por intermédio de vários tipos de marcas e inscrições, principalmente, dedicatórias, assinaturas, ex-líbris manuscritos e impressos, *super-líbris*, *ex-dono*, carimbos, etiquetas e encadernações (PEARSON, 1998).

A forma como cada marca de proveniência destas coleções foi incorporada por seus doadores e pela administração da Biblioteca Nacional para identificar sua posse levanta alguns questionamentos. Em que medida poderiam ser recuperadas as marcas de proveniência e a memória da trajetória do exemplar ou das coleções da Biblioteca Nacional? Esta pesquisa teve início a partir destas ponderações, com vistas a integrar as áreas de biblioteconomia e preservação de acervos.

Partindo da investigação destas marcas de proveniência e de documentos textuais, este artigo procura levantar e identificar algumas coleções e pesquisar seu percurso até as estantes da Biblioteca Nacional, organizando um levantamento de marcas identificadoras de diversas coleções. Igualmente se investe num procedimento de resgate, para fins de visibilidade e memória de ações de procedimentos biblioteconômicos que, em virtude dos poucos registros e dos efeitos do tempo e das circunstâncias, fugiram ao alcance do pesquisador e, por fim, da própria noção de patrimônio bibliográfico – a razão de ser de uma biblioteca nacional.

Como um projeto piloto, esta pesquisa pretende elaborar uma metodologia de identificação de marcas de proveniência bibliográfica de coleções. Ao se inserir uma marca de propriedade num documento, como um ex-líbris ou um carimbo, sua fixação funcionaria como um processo de afirmação, de posse, de poder e pertencimento. Ao mesmo tempo em que particulariza o documento, atribui a ele “valor de memória”, favorecendo o estudo para a reconstituição de coleções e bibliotecas (PINHEIRO; VON HELDE, 2019, p. 13).

O estudo das marcas de proveniência tratado neste artigo partiu de duas coleções selecionadas: Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça, com a intenção de que poderá ser ampliado para outras coleções da Biblioteca Nacional. Este esforço permitirá avançarmos na organização do conhecimento sobre a formação de seu acervo, listar as principais marcas de proveniência encontradas nos itens, contribuindo para a sua preservação, e atestar o pertencimento dos itens à instituição como elemento de segurança e identificação.

Algumas marcas presentes na Biblioteca Nacional

Num esforço de informar sobre o acervo existente na Biblioteca Nacional e compreender sua incorporação, Lygia Cunha, em seu artigo “O acervo da Biblioteca Nacional”, publicado em 1980, dividiu o texto em: I – “Coleções

existentes até 1900”; II – “Coleções incorporadas entre 1900-1910”; e III – “A instalação do acervo no novo prédio. Antecedentes, 1900-1910”, relacionando a entrada cronológica das coleções (CUNHA, 1980).

Ocupando inicialmente dois andares do edifício do hospital da Ordem Terceira do Carmo, a Real Biblioteca organizou os espaços para receber as coleções que começaram a ser incorporadas já no início de sua instalação. A primeira coleção introduzida, no século XIX, indicada no levantamento de Lygia Cunha, foi o espólio de frei Mariano da Conceição Velloso, em 1811, com aproximadamente 2.500 volumes, manuscritos e pranchas gravadas em cobre (CUNHA, 1980, p. 146).

A esta coleção se seguiram compras e doações de proprietários ilustres, como eram mencionados nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Em 1815, foram adquiridos “os livros pertencentes a Manuel Inácio da Silva Alvarenga, homem dos mais ilustrados do Rio de Janeiro” e, em 1818, adquiriram-se preciosos desenhos originais de artistas italianos, livros, manuscritos, estampas de artistas europeus, oriundos do arquiteto real português José da Costa e Silva (CUNHA, 1981, p. 133).

Após a independência do Brasil, em 1822, a Real Biblioteca passou a ser denominada Biblioteca Imperial e Pública, admitindo uma variação de Pública da Corte. No entanto, outros nomes serão encontrados em vários documentos oficiais, como exemplifica Menezes Brum, em 1883, que “ora ‘Biblioteca Pública’, ora ‘Nacional’, umas vezes ‘Imperial’, outras ‘Imperial e Pública’ ou ‘Imperial e Nacional’, até 04 de março de 1876, em que finalmente tomou o título que atualmente tem de ‘Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro’” (PINHEIRO; VON HELDE, 2019, p. 19). Outras variações são encontradas em ofícios de José Bonifácio, identificando a biblioteca como “Bibliotheca Imperial e Pública” e, em outros momentos, como “Bibliotheca Imperial e Nacional”.

No levantamento de Lygia Cunha são listadas importantes coleções, como a de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1838; Pedro de Angelis, em 1853; dr. Alexandre de Melo Moraes, em 1872; visconde do Rio Branco, em 1881; Salvador de Mendonça, entre 1884 e 1898; Biblioteca Fluminense, em 1890; e Thereza Christina Maria, em 1891; para citar algumas incorporações (CUNHA, 1980, p. 148-151).

As publicações dos *Anais da Biblioteca Nacional* (iniciada pelo diretor Ramiz Galvão, em 1876) são fontes de informação destas incorporações ao longo dos séculos. Nos *Anais* é possível verificar aquisições e doações de coleções – e mesmo peças avulsas. Sua primeira referência diz respeito à coleção Araujense, pertencente a Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, incorporada em 1822, sendo que muitos itens possuem o ex-líbris desse proprietário (BRUM, 1877, v. 2, p. 3-33).

A partir de 1883, os *Anais da Biblioteca Nacional* passam a descrever e quantificar as coleções adquiridas e as doadas, com a referência dos nomes de seus

doadores. Entre estas, no século XX, destacam-se as coleções Casa dos Contos e Jorge Getúlio Veiga. Recentemente, as João Goulart e Nise da Silveira foram incorporadas à Divisão de Manuscritos (PEREZ, 2018, p. 8).

Acompanhando as variações dos nomes, estão os carimbos da Biblioteca, que seguiram as mudanças e marcam períodos específicos que ajudam a entender momentos administrativos distintos. Reforçando as marcas de propriedade da Biblioteca Nacional está seu ex-líbris (figura 1) e seu emblema, desenvolvidos pelo artista plástico Eliseu Visconti, a pedido do diretor Manoel Cícero Peregrino (1900-1924), cuja aprovação ocorreu em 1903. Inicialmente, o ex-líbris foi impresso em tinta preta e, posteriormente, ganhou uma versão em verde. As obras encadernadas passaram a ter esta marca de propriedade colada, na maioria das vezes, na parte central do espelho da capa, no qual era registrado o número de localização da obra.

Além do seu próprio ex-líbris, a Biblioteca Nacional guarda em suas obras uma variedade de outros tantos ex-líbris e etiquetas. Para Andréa Pinheiro e Rosângela Von Helde:

Trata-se de coleções que vieram com as marcas de instituições que encerraram suas atividades e de antigos proprietários [...]. Também encontramos coleções que tiveram seus ex-líbris atribuídos pela própria Biblioteca Nacional, a fim de personalizá-las devido a sua importância, como é o caso de coleções como a de d. Thereza Christina Maria, de Benedicto Ottoni, e, mais recentemente, o ex-líbris da coleção José Olympio. (PINHEIRO; VON HELDE, 2019, p. 31).

Os ex-líbris atribuídos, a que se referem as autoras citadas, formam uma coleção de etiquetas de atribuição de coleções, sob a guarda do Setor de Iconografia. Estas etiquetas trazem o nome das coleções, muitas vezes com a identificação dos antigos proprietários ou são nomeadas de acordo com o desejo dos doadores ao serem incorporadas ao acervo.

Ao estudarmos as marcas de proveniência das coleções da Biblioteca Nacional, buscamos identificar vestígios que foram grafados, gravados e colados nas



Figura 1 – Ex-líbris da Biblioteca Nacional com a localização da obra. Fundação Biblioteca Nacional.

obras, relacionando-os com as informações de sua história administrativa, na intenção de reelaborarmos memórias e trajetórias de suas coleções e suas obras.

Coleções escolhidas: Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça

As partes integrantes deste acervo que foram selecionadas para o estudo de identificação de suas marcas de proveniência são as obras doadas por dom Pedro II em 1891 (identificadas como Coleção Thereza Christina Maria) e por Salvador de Mendonça entre 1884 e 1898.

No desenvolvimento da pesquisa, questões referentes às marcas de proveniência – que identificam o exemplar e seu pertencimento à Biblioteca Nacional, definem e contam a trajetória do livro – trazem reflexões quanto à importância da manutenção das características originais das obras para sua segurança física e a preservação de sua autenticidade.

Com o foco voltado para a identificação de cada exemplar e sua preservação, iniciamos com um levantamento das obras das coleções Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça e uma análise por meio de uma ficha de identificação das principais marcas de proveniência constantes em cada item. Objetivamos também levantar o histórico dessas coleções, analisar sua relevância institucional e identificar a presença de itens em outras instituições, assim como desenvolver ações de preservação em parceria com os setores: Seção de Conservação e Encadernação e Laboratório de Restauração, além das áreas de guarda de acervo. Esta investigação permitirá trabalhar em união com os setores de guarda na sistematização das informações levantadas.

A pesquisa apresentada neste artigo está em andamento e seus resultados são parciais. Nesta condição, o estudo está aberto para possíveis desdobramentos à medida que novas informações surjam, ampliando as investigações e os resultados.

Desenvolvimento

A pesquisa busca se apoiar nos campos da História do Livro e das Bibliotecas e da Conservação e Restauração de Livros, pela necessidade metodológica da análise de cada exemplar, da sistematização das informações e das informações para futuros tratamentos de intervenção na sua estrutura físico-química.

No artigo “Arqueologia das coleções bibliográficas: um exercício de identificação de bibliotecas como patrimônio cultural”, Maria Lúcia Beffa e Luciana Napoleone consideram que o: “[...] enfoque não é o de traçar uma história das coleções, mas evidenciar as marcas de uso deixadas nas obras, observadas

ao longo de seu ciclo de vida até chegar à biblioteca, incluídas aquelas deixadas após sua inclusão no acervo” (BEFFA; NAPOLEONE, 2017, p. 1).

Num debate biblioteconômico para refletir sobre objetos, coleções e memória, de 2019, Fabiano Cataldo e Maria Lúcia Loureiro oferecem um espaço para “analisar esse documento como suporte de memórias que guardam em si falas e trajetórias”. Especificamente com foco nos estudos das marcas de proveniência, citam David Pearson sobre a possibilidade de que “essas marcas não estão associadas apenas à origem ou ao proprietário, mas também a aspectos que evidenciam o uso do exemplar de um livro” (CATALDO; LOUREIRO, 2019, p. 11).

Diante destas reflexões, esta pesquisa propõe identificar vestígios como carimbos; ex-líbris; assinaturas; anotações de autores, de leitores, de livreiros, de encadernadores, de proprietários; que auxiliarão na identificação dos processos desde sua produção, comercialização, aquisição e pertencimento.

Outra vertente que deve ser destacada dentro desta pesquisa é a importância da identificação e registro documental das marcas e histórico dos itens das coleções para fins de segurança do patrimônio institucional. É preocupante que muitas instituições detentoras de acervo raro, especial e antigo tenham sido alvo de devastadores furtos – e ainda o são. Com o estudo desenvolvido sobre as marcas de proveniência, esperamos ter mais um instrumento que nos auxilie a determinar o pertencimento – ou não – dos exemplares à instituição de guarda.

Metodologia

As coleções Thereza Christina Maria e Salvador de Mendonça, selecionadas inicialmente, nos pareceram representativas para o objetivo deste estudo. Estas coleções entraram no acervo no século XIX, num período em que a instituição já tinha uma sistematização de registros, com seus livros de controle de compras e doações e a carimbagem das obras – elementos importantes na determinação de pertencimento. Outro aspecto relevante a se considerar é que foram separadas entre os setores de guarda da Biblioteca Nacional em razão da sua tipologia, como: Manuscritos; Obras Gerais; Obras Raras; Iconografia; Cartografia; e Periódicos – onde receberam anotações, carimbos e registros diferenciados. Isso permite levantar cada marca, de cada setor, e inferir em que momento foi utilizada, possibilitando um mapeamento espacial e cronológico deste registro.

Num primeiro momento foram levantadas fontes bibliográficas que trazem referências destas coleções ou mencionam a rotina de inclusão das obras nos acervos. Foram realizadas entrevistas com funcionários dos setores de guarda do acervo para uma compreensão maior dos procedimentos de registro, além da identificação dos itens das coleções. Os depoimentos dos gestores das áreas de guarda auxiliaram no entendimento da organização dos documentos, a

reunião de informações para a localização de fontes primárias e a realização das buscas no acervo.

O levantamento das informações sobre a doação das coleções à Biblioteca Nacional está sendo realizado mediante busca de livros de registros de doações, nos quais se listavam as coleções que entravam no acervo; em publicações de estudos realizados sobre os itens e em catálogos, guias e listagens das coleções; em livros de controle das remessas feitas para as oficinas de encadernação; bem como nos periódicos dos séculos XIX e XX, pesquisados na Hemeroteca Digital da instituição.

A base de dados Sophia e as fichas de catalogação estão sendo utilizadas como instrumentos de busca na identificação dos itens das coleções. Realizado este trabalho de identificação, as obras são analisadas e as informações levantadas são registradas com o preenchimento de fichas de identificação, seguido de registros fotográficos por amostragem.

A ficha técnica de identificação foi elaborada com auxílio de bibliotecários dos setores de Obras Raras e do Planor.² Na primeira parte, a ficha apresenta campos como o instrumento de busca que identifica a obra, no caso das coleções analisadas: os livros de doações, fichas catalográficas e a base Sophia.

Em outro campo, são registradas as informações básicas sobre o item: título; autor; volume; imprensa; editor; local; data; número de localização; e registro patrimonial. Estas informações são importantes para que se possa localizar novamente a obra analisada. Os setores de guarda de acervo onde foram realizados os levantamentos das coleções são: Cartografia; Manuscritos; Iconografia; Obras Raras; Periódicos; e Obras Gerais.

Na segunda parte da ficha, são identificadas e descritas as marcas de proveniência bibliográfica: anotações; carimbo; dedicatória; *ex-dono*; *ex-libris*; marca d'água; marca de editora; marca de encadernador; marca de livreiro; marca de censura; marginalia; marcas de projetos institucionais (tais como: anotações manuscritas, carimbos e etiquetas); *super-libris* e etiqueta.

A terceira parte da ficha técnica é reservada aos registros fotográficos das marcas de proveniência e da encadernação. É importante que se façam os registros da folha de rosto e demais folhas onde foram encontradas as marcas e das principais partes da encadernação da obra: capa, lombada e guarda. Foram considerados relevantes os registros destes aspectos porque eles são fontes de informações da descrição material da obra, para que se possa constatar o pertencimento do item à coleção e ao patrimônio bibliográfico da Biblioteca Nacional.

Entendendo as marcas de proveniência como marcas identificadoras de uma obra, além de possibilitarem reelaborar a trajetória do exemplar, são também itens de segurança que provam o pertencimento à instituição. Isso é motivo

2. O Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras tem como objetivos identificar e recuperar obras raras existentes na FBN e em outras instituições e acervos bibliográficos do país.

suficiente para que todos os profissionais ligados à guarda e conservação do acervo tenham conhecimento do que são marcas de proveniência bibliográfica e sua importância para a comprovação de autenticidade e propriedade institucional. Chamamos a atenção dos profissionais conservadores-restauradores para a importância da manutenção, do registro e da preservação das marcas durante as intervenções de conservação e restauração. Em casos extremos em que já não é mais possível, por questões estruturais ou reações químicas, físicas e/ou mecânicas, mantê-las ou reintegrá-las à obra, as marcas devem ser fotografadas, descritas nas fichas técnicas de intervenção e acondicionadas junto ao item a fim de que a informação não se perca.

A ficha técnica foi aplicada nos itens selecionados por amostragem. Primeiramente, foram feitos testes para que os campos pudessem ser aperfeiçoados a fim de serem preenchidos com praticidade e objetividade e, acima de tudo, identificar as principais informações a respeito do item analisado. Após essa etapa, chegou-se a um modelo padrão para aplicabilidade em ambas as coleções estudadas.

O que revelam as coleções selecionadas

COLEÇÃO SALVADOR DE MENDONÇA

Em 1980, Lygia Cunha já advertia que “retraçar a história da incorporação ao acervo de coleções que, na Biblioteca Nacional, se acham disseminadas nas inúmeras estantes, entre obras antigas e diversas, não é fácil tarefa”. Para a autora, as dificuldades residiam na falta de inventários precisos que não foram concluídos ou estariam defasados, por divergências de critérios (CUNHA, 1980, p. 145). Embora cientes das dificuldades, as expectativas quanto ao sucesso da empreitada de identificar as marcas de proveniência das coleções selecionadas para a pesquisa nos levou a uma busca por antigos registros e coleções finitas.

Entre elas, a coleção Salvador de Mendonça (cônsul do Brasil em Nova York), que foi doada à Biblioteca Nacional entre 1884 e 1890, correspondendo 925 títulos e abrangendo livros, manuscritos, estampas e cartografia. Esta coleção tão preciosa, segundo o diretor da Biblioteca Nacional, Saldanha da Gama, reunia obras em perfeito estado de conservação e com elegantes encadernações. Um conjunto rico em “materiais para o conhecimento da história da Holanda e da famosa Companhia das Índias Ocidentais, que tanta influência exerceu nos negócios da Europa e do Novo Mundo” (GAMA, 1884, p. 1).

Na organização de seu acervo particular, Salvador de Mendonça utilizava um ex-líbris (figura 2) representado por uma mulher ao centro, sentada, possuindo um diadema na cabeça, trazendo na mão direita um espelho e, na esquerda, uma concha – que são os atributos da deusa grega Hera. Acima, uma faixa com a inscrição em Latim: *AD INFINITUM* (Ao Infinito) e abaixo, o perfil da Serra dos Órgãos (localizada na região Serrana do estado do Rio de Janeiro). Abaixo

das imagens há a indicação de se tratar de um ex-líbris, a reprodução de sua assinatura e um campo para inserir o número da obra listada.

Este ex-líbris pode ser encontrado em alguns itens da coleção. No entanto, para o controle dos itens doados, Salvador de Mendonça criou uma etiqueta (figura 3) que trazia o número correspondente da obra a listagem cuidadosamente preparada por ele. Nela escreveu: “À Bibliotheca Nacional offerece Salvador de Mendonça. New York, março de 1884”. Como esta doação foi incluída aos poucos, o ano era alterado de acordo com o período da remessa.

A importância de Salvador de Mendonça e de sua doação

à Biblioteca Nacional aparece em alguns jornais da época, como *O Paiz*, de 26 de agosto de 1885, quando seu redator comemora a doação de mais 378 volumes que, reunidos aos 222 que o cônsul já havia oferecido, perfaziam 600 itens para a coleção. Esta mesma publicação exaltava o cuidado de seu benfeitor com os livros, que teria colado na “guarda ou em algumas das folhas preliminares, em forma de *ex-dono*, um pequeno rótulo, emoldurado em tarja; e dentro dela estes dizeres: ‘N... A’ Bibliotheca Nacional, offerece Salvador de Mendonça. New-York...’ com seu número de ordem”. Além deste controle, as obras foram entregues em caixas de madeiras, forradas com “um delgado colchão, constante de pastas de algodão entre folhas de papel pardo”, entremeadas com o “mais conveniente chumaços e rolos de papel”. O mesmo cuidado foi descrito para as gravuras que repousavam “em cima de uma folha de madeira, para que não se dobrem, e cada uma dellas é, por sua vez, mettida em *enveloppe* de papel forte”, e continua a descrição dos cuidados com a conservação de autógrafos que foram guardados em uma caixa especial, com chave e fechadura de metal branco, e forrada de cetim verde (BIBLIOTHECA..., 1885, p. 2).

Apesar destes relatos, o esforço de compreender a totalidade desta coleção esbarra em informações conflituosas que foram divulgadas ao longo dos anos.



Figura 2 – Ex-líbris particular de Salvador de Mendonça.
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 3 – Etiqueta de doação de Salvador de Mendonça à Biblioteca Nacional com data de 1887. Fundação Biblioteca Nacional.

Em 1884, Saldanha da Gama comunicou o recebimento da primeira remessa de 222 volumes (GAMA, 1884, p. 1). Em 1906, a Biblioteca Nacional publicou o catálogo da coleção Salvador de Mendonça, que seria uma “relação explicada, que o doador organizara e remetera com a coleção”, entre 1884 e 1890. Neste catálogo estão listados 925 itens com anotações bibliográficas (A BIBLIOTHECA..., 1906, p. V-114). Ao se referir à Coleção de Salvador de Mendonça, Lygia Cunha mencionou que a doação, em 1884, era de 122 obras em 215 volumes, sete manuscritos e algumas estampas (CUNHA, 1980, p. 150).

Porém, durante a pesquisa, foram encontrados documentos posteriores a 1890, indicando que o catálogo, cuidadosamente organizado por seu doador, não encerra a coleção. No século XX, a Biblioteca Nacional comprou das filhas de Salvador de Mendonça (em 1914, de Maria Amélia Helena de Mendonça e, em 1915 e 1944, de Valentina de Mendonça) obras e correspondência passiva que expande a pesquisa para outras fontes e ajuda compreender o aparecimento de seu ex-líbris particular entre as obras doadas.

Outra possibilidade de ampliação desta pesquisa foi o levantamento de obras de Salvador de Mendonça em outras bibliotecas, como a Biblioteca Central da Unirio. A obra *Dictionnaire bibliographique, historique et critique des livres rares, précieux, singuliers, curieux, estimes et recherchés...*, de 1790, listada no catálogo com os números de 559 a 562, estava na biblioteca do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, antes de sua transferência para a universidade. Com esta obra, aumenta-se o número de possibilidades de recontar a trajetória desta coleção e de suas marcas.

COLEÇÃO THEREZA CHRISTINA MARIA

Após seu exílio para a França, dom Pedro II decidiu doar todo seu acervo, que permaneceu no Palácio de São Cristóvão. Em 8 de junho de 1891, ele escreveu uma carta ao seu procurador, José Silva da Costa, doando seu acervo para as seguintes instituições: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); e Museu Nacional.

Sua única condição foi que as coleções doadas à Biblioteca Nacional e ao IHGB tivessem o nome de sua esposa “Coleção Thereza Christina Maria”, e a doada ao Museu Nacional, o de sua mãe: “Coleção Imperatriz Dona

Leopoldina”.³ Dom Pedro II tomou a decisão de doar seu acervo bibliográfico e documental e seu museu particular em vez de vendê-los ao governo brasileiro como tinha direito. Esta decisão foi tomada mediante as informações recebidas de que seus acervos estavam sendo saqueados e leiloados do Palácio de São Cristóvão.

Segundo Vianna (1970, p. 93), ele designou quatro pessoas para separar as coleções designadas às instituições, foram eles: Visconde de Taunay, João Severino da Fonseca (irmão de Deodoro da Fonseca), Visconde de Beaurepaire-Rohan e o conselheiro Olegário Herculanio d’Aquino e Castro (presidente do IHGB).

De acordo com Visconde de Taunay, ao todo havia três acervos no Palácio de São Cristóvão: o da Imperatriz Thereza Christina Maria, o do Imperador e o do Gabinete de despacho ministerial. Vianna destaca que Taunay relata que nas encadernações da sua biblioteca, havia “por toda a parte, o eloquente ‘P. II’, encimado pela rutilante coroa” (VIANNA, 1970, p. 96). E registra que quando foi cumprir a missão dada pelo imperador, havia sinais evidentes de roubo de itens das coleções, desde quando dom Pedro II partiu do Brasil.

O trabalho de seleção do acervo teve início em 4 de agosto de 1891 e foi concluído em 12 de março de 1892. Funcionários do IHGB e da Biblioteca Nacional fizeram a separação dos itens para as instituições, com a supervisão da comissão. A comissão resolveu que as Bibliotecas do Jardim Botânico e da Academia de Belas Artes também seriam contempladas com exemplares do acervo do Imperador.

O Imperador não possuía ex-líbris, “mas tinha um carimbo especial (figura 4), às vezes usando tinta dourada, <<Biblioteca Particular de Sua Majestade Imperial>>” (VIANNA, 1970, p. 104), que foi encontrado em obras da Coleção Thereza Christina na FBN.

Em relação ao quantitativo do acervo doado, observou-se que há divergência. Vianna (1970, p. 101) apresenta os seguintes valores: o IHGB recebeu 7.984 itens; a Biblioteca Nacional recebeu 24.270, e o Museu Nacional recebeu 352. Já Lygia Cunha (1980, p. 152) aponta cerca de 48.000 itens, entre eles: livros



Figura 4 – Carimbo da Biblioteca particular de dom Pedro II. Fundação Biblioteca Nacional.

3. Na carta localizada no Arquivo Histórico do Museu Imperial, está descrito este pedido de dom Pedro II ao seu procurador. Referência de localização: carta 1 – 1/55/ Proc. 153/1955.

encadernados, brochuras, fascículos, folhetos, revistas, estampas, partituras, fotografias, mapas e manuscritos.

A pesquisa possibilitará levantar o possível quantitativo de itens em cada setor de guarda atualmente, sabendo-se que alguns deles podem não mais pertencer à instituição. É o caso da doação que houve nas décadas de 1940 e 1950 para a formação do acervo do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Museu Imperial. Foram encontrados itens da Coleção Thereza Christina Maria com a etiqueta da FBN em três obras na Biblioteca do Museu e no Arquivo Histórico, já foi identificado um álbum do acervo do Imperador, além de fotografias, desenhos das princesas, cadernetas e documentos que ainda não foram quantificados.

Aplicação da ficha técnica de identificação

A utilização das fichas técnicas para sistematizar as informações sobre as marcas de proveniência encontradas nos exemplares das duas coleções permitiu criar tabelas demonstrativas para as diversas marcas e indicar a frequência destas ocorrências nos livros e documentos. Os instrumentos de busca para localizar os itens foram os livros de doações, a base eletrônica Sophia e as fichas catalográficas encontradas nos setores de guarda.

A tabela 1 apresenta os dados da pesquisa preliminar das marcas de proveniência identificadas em 18 obras da Coleção Salvador de Mendonça encontradas nos setores de guarda listados a seguir:

Iconografia – 1 livro;

Manuscritos – 3 documentos planos;

Cartografia – 12 obras (2 mapas e 10 livros); e

Obras Raras – 2 livros.

MARCAS DE PROVENIÊNCIA IDENTIFICADAS NA COLEÇÃO SALVADOR DE MENDONÇA

Coleção Salvador de Mendonça									
Marcas de proveniência identificadas									
Setor	<i>Anotações</i>	<i>Carimbos BN</i>	<i>Outros carimbos</i>	<i>Ex-líbris BN</i>	<i>Ex-líbris Salvador de Mendonça</i>	<i>Etiqueta de doação à Coleção</i>	<i>Ex-dono</i>	<i>Outros ex-líbris</i>	<i>Marcas de encadernador</i>
Iconografia	1	1	-	1	1	-	-	-	-
Manuscritos	2	3	-	-	-	-	-	-	-
Cartografia	8	12	1	11	5	5	-	-	6
Obras Raras	2	2	-	2	-	2	-	-	2
Total	13	18	1	14	6	7	-	-	8

Tabela elaborada pelos autores.

Na identificação das marcas de proveniência da Coleção Thereza Christina Maria, a tabela 2 apresenta os dados da pesquisa preliminar das marcas de proveniência identificadas em 18 obras selecionadas, pertencente aos setores de guarda listados a seguir:

- Iconografia – 5 livros (1 obra com 2 volumes);
- Obras Gerais – 3 livros;
- Manuscritos – 4 obras (3 documentos planos e 1 folheto);
- Cartografia – 3 obras (1 mapa e 2 livros); e
- Obras Raras / Periódicos Raros – 3 livros.

MARCAS DE PROVENIÊNCIA IDENTIFICADAS NA COLEÇÃO THEREZA CHRISTINA MARIA

Coleção Thereza Christina Maria									
Marcas de proveniência identificada									
Setor	Anotações	Carimbos BN	Outros carimbos	Ex-líbris BN	Marcas de encadernador	Etiqueta da Coleção	Ex-dono	Outros ex-líbris	Marginália
Iconografia	4	6	1	6	1	5	-	-	-
Obras Gerais	1	3	-	3	3	2	1	-	-
Manuscritos	1	4	1	-	-	-	1	-	-
Cartografia	2	2	1	2	-	1	-	-	-
Obras Raras / Periódicos Raros	1	-	1	1	-	3	1	1	1

Tabela elaborada pelos autores.

As tabelas reúnem uma parcela das marcas observadas com mais frequência, possibilitando uma primeira análise para o conjunto das coleções e um olhar atento ao aparecimento ou ausência delas.

Dos resultados

Ao analisarmos os dados das tabelas, observamos que as marcas mais recorrentes foram os carimbos institucionais e o ex-líbris da Biblioteca Nacional, principais elementos que identificam a propriedade do acervo.

Em relação à Coleção Salvador de Mendonça, foi observado que as obras trazem, na sua maioria, a etiqueta de doação com o número correspondente ao catálogo publicado pela Biblioteca em 1906, baseado na lista de controle do doador. O ex-líbris do colecionador está presente somente nas adquiridas pela Biblioteca junto às herdeiras, em momentos posteriores à morte de Salvador de Mendonça. Na Coleção Thereza Christina, observou-se que as marcas mais recorrentes foram os carimbos institucionais e o ex-líbris da Biblioteca Nacional.

Por meio das marcas classificadas como: anotações; outros carimbos; marcas de encadernador; etiqueta da Coleção; *ex-dono* e *marginália*, podemos identificar elementos que constatarem que os itens pertenciam à Coleção Thereza

Christina. Foi identificada uma etiqueta impressa (figura 5) que era utilizada para identificar as obras pertencentes à coleção. Sabe-se que essa era a prática adotada pela FBN para identificar algumas coleções do acervo, no entanto, ainda não se constatou se a mesma etiqueta foi utilizada nos itens do IHGB (onde a coleção recebeu o mesmo nome).

De maneira geral, quanto aos carimbos, foram encontrados carimbos específicos que identificam os setores de guarda (no século XIX) e um carimbo que identifica a instituição (no século XX).

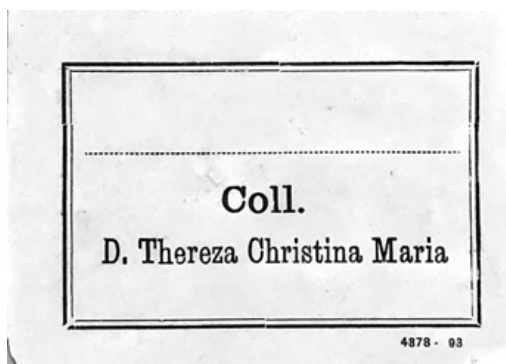


Figura 5 – Etiqueta da Coleção Thereza Christina Maria. Fundação Biblioteca Nacional.

Considerações parciais

Esta pesquisa faz parte de um projeto piloto que pretende identificar as marcas de proveniência das coleções Salvador de Mendonça e Thereza Christina Maria, procurando levantar sua entrada na Biblioteca Nacional e reelaborar a trajetória dos exemplares e suas memórias, com o objetivo de traçar a identidade destas obras e seu pertencimento à instituição e mapear os caminhos percorridos por algumas obras em outras instituições.

Durante a investigação foi possível levantar e identificar ex-líbris, carimbos e etiquetas, que possibilitaram iniciar um entendimento de como estas marcas foram acrescentadas às obras. O fato de terem sido incluídas, pelo proprietário doador ou pela instituição de guarda, revela as intenções do ato e marca o período histórico do registro. Identificarmos carimbos, ex-líbris e etiquetas destas coleções não só em obras na Biblioteca Nacional como também em instituições culturais e educacionais, nos permitiu buscar novas fontes de pesquisa para acrescentarmos trajetórias diversas em algumas obras e reunir, de forma informacional, seu conjunto fundador.

Elementos materiais que, sustentados pelas fontes primárias e secundárias pesquisadas, revelam e confirmam a importância destas coleções e reforçam a possibilidade de ampliarmos os estudos para as demais coleções da Biblioteca Nacional.

Neste processo, estamos ainda descobrindo possibilidades de caminhos, experimentando hipóteses e criando instrumentos que nos ajudem a estabelecer conexões de pertencimento e procedimentos de preservação. Caminhos estão sendo revelados por meio de imagens, anotações e registros.

Referências

A BIBLIOTHECA Nacional em 1905: Catálogo de Salvador de Mendonça. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 27, p. V-114, 1906.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. “Arqueologia” das coleções bibliográficas: um exercício de identificação de bibliotecas como patrimônio cultural. *In: ENCUESTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS*, 4., 2017, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/10-Beffa%20y%20Napoleone%20ponencia.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BIBAS, Marli Gaspar. *As marcas de proveniência como elementos para a construção narrativa da trajetória do exemplar ‘Histoire de l’Origine et des Premiers Progrès de l’Imprimerie (1740)’*: da Real Biblioteca à Biblioteca Central da Unirio. 2019. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BIBLIOTHECA Nacional. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 236, p. 2, 26 ago. 1885.

BRUM, Menezes. *Do Conde da Barca, de seus escriptos e livraria*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1877.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CATALDO, Fabiano; LOUREIRO, Maria Lucia. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20, 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. O acervo da Biblioteca Nacional: 1810-1910. *O Rio de Janeiro*, vol. II, p. 143-67, 1980.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes. Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. *In: Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 101, p. 123-146, 1981.

FARIA, Miguel Figueira. A colecção de retratos de Diogo Barbosa Machado. *Artis* (Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa), Lisboa, n. 7-8, p. 359-382, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75235848-A-colecao-de-retratos-de-diogo-barbosa-machado.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. *Qualidade do ar e microclima: relações e interferências na preservação da Coleção Miscellanea Curiosa*. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.

GAMA, João Saldanha. Bibliotheca Nacional. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 13 jun. 1884.

PEARSON, David. *Provenance research in book history: a handbook*. London: British Library, 1998.

PEREZ, Eliane (org.). *Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-fbn/guia-colecao-divisao-manuscrito-fbn.pdf> Acesso em: 27 abr. 2023.

PINHEIRO, Andréa de Souza; VON HELDE, Rosângela Rocha. Ex-líbris da Biblioteca Nacional: a marca de uma identidade. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2015-2016, v. 135-136, Rio de Janeiro, 2019.

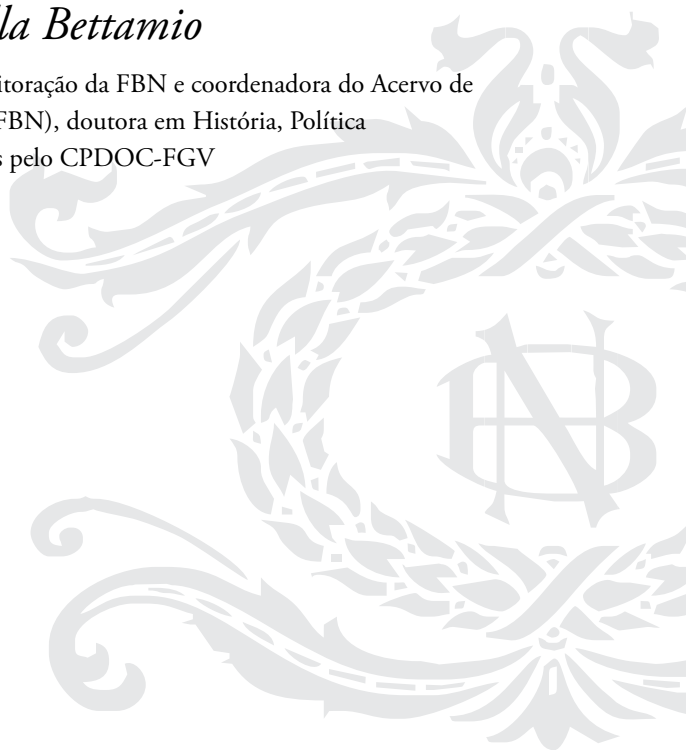
SLAIBI, Thais Helena de Almeida. *Memórias dos conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980*. 2019. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VIANNA, Hélio. Doação da Biblioteca de D. Pedro II. *Revista Brasileira de Cultura*, ano II, n. 6, p. 83-106, 1970.

BN vista de dentro: o acervo de História Oral da FBN em produção

Rafaella Bettamio

Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Editoração da FBN e coordenadora do Acervo de
História Oral da FBN (AHO-FBN), doutora em História, Política
e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV





Resumo

Este artigo é fruto da comunicação ministrada na VI Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional, realizada entre os dias 17 e 19 de novembro de 2020, e visa apresentar à comunidade científica o Acervo de História Oral da Fundação Biblioteca Nacional (AHO-FBN). Projetado em 2019, o AHO-FBN tem como objetivo produzir inédito conjunto documental sobre parte importante do processo de construção da identidade institucional da Biblioteca Nacional no tempo presente. Utilizando-se de pesquisa histórica e da metodologia definida pelo campo da História Oral, o trabalho se concentra na produção e posterior disponibilização de entrevistas com servidores que se encontram próximos da aposentadoria ou são recém-aposentados. Interessado em revelar memórias e iluminar subjetividades essenciais à compreensão da cultura dessa instituição bicentenária na contemporaneidade, o AHO-FBN almeja potencializar e aprofundar a produção de conhecimento sobre a memória da FBN, iluminando certos aspectos constitutivos da identidade institucional que se refletem e se projetam nas esferas social, cultural e política do Brasil ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave: Fundação Biblioteca Nacional. História Oral. Memória Institucional. Identidade.

Abstract

As a result of the lecture given by the researcher on the occasion of the “VI Jornada de Pesquisadores da Fundação Biblioteca Nacional”, held between November 17 and 19, 2020, this article aims to introduce the Oral History Collection of the National Library Foundation to the scientific community. Designed in 2019, the AHO-FBN has aimed to produce an unprecedented set of documents on an important part of the building process of the National Library institutional identity in the present time. Using historical research and the methodology defined by the field of Oral History, the work has focused on the production and subsequent availability of interviews with employees who are close to retirement or are recently retired. Interested in revealing memories and illuminating subjectivities essential to the understanding of the culture of this bicentennial institution in contemporary times, the AHO-FBN has sought to enhance and deepen the production of knowledge about the FBN memory, illuminating certain constitutive aspects of the institutional identity that has been reflected and projected in the Brazilian social, cultural and political spheres over the last decades.

Keywords: National Library Foundation. Oral History. Institutional Memory. Identity.



Introdução

A fim de contribuir para o conhecimento acerca da Biblioteca Nacional, a mais antiga instituição de memória do Brasil, o projeto Acervo de História Oral da Fundação Biblioteca Nacional (AHO-FBN) foi projetado em 2019. Tendo por fundamento a necessidade de desvelar parte de uma memória primordial para a construção da identidade e da história recentes da FBN, o AHO-FBN busca estimular estudos que lancem luz sobre essa instituição bicentenária e sua formação cultural no tempo presente.

O AHO-FBN concentra esforços no sentido de produzir e registrar um conjunto de depoimentos orais de servidores, reunindo memórias sobre as últimas décadas da Biblioteca Nacional, que, desde 1990, passou a ser considerada administrativamente uma fundação pública, tornando-se a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O AHO-FBN está respaldado pelo Estatuto da FBN (Decreto 8.297, de 15 de agosto de 2014), que define como parte da missão institucional o fomento à produção de conhecimento por meio de pesquisa, elaboração e circulação de materiais bibliográficos.

Tendo em vista a grande quantidade de servidores da FBN que estavam em condições de se aposentar no início de 2019 – em torno de 40% do corpo funcional –, a real perspectiva da evasão de memórias que abarcam as últimas quatro décadas da instituição semeou a ideia de criação do AHO-FBN. Registrar parte da memória desse destacado grupo de servidores, que congrega algumas gerações da história da instituição e estava prestes a ser perdida, se fazia urgente e essencial.

O pilar de sustentação e união em prol do projeto originário do AHO-FBN foi justamente a inaceitável perspectiva de que tão representativa instituição da memória nacional e também mundial poderia prescindir de documentar e salvaguardar parte crucial de sua própria memória.¹

Diante desse quadro, a ideia de produzir o *Acervo de História Oral da Fundação Biblioteca Nacional* (AHO-FBN) foi então semeada. Com o rascunho de seu projeto fundador desenhado, reunimos servidoras lotadas na instituição que haviam manifestado interesse na proposta. Assim, estabeleceu-se aquele que seria originalmente o grupo de trabalho do AHO-FBN: quatro pesquisadoras, uma bibliotecária e uma arquivista. Ao longo do ano de 2019, o AHO-FBN foi sendo formulado, articulado e formalizado para, a partir de 2020, sua efetiva execução ser, enfim, iniciada.

1. Vale ressaltar aqui a existência da Coleção Biblioteca Nacional da Seção de Manuscritos que, entre 1911 e 1990, reuniu diversos registros administrativos da instituição, porém de forma contingente e fragmentária.

Fruto da comunicação ministrada na VI Jornada de Pesquisadores da FBN, o presente artigo vem apresentar os fundamentos do AHO-FBN, a sua formação, embasamento teórico-metodológico e também aspectos interessantes de sua produção, ainda em fase inicial. Apesar de se restringir a uma única entrevista – uma vez que a produção das demais entrevistas do AHO-FBN agendadas para o biênio 2020-2021 foi suspensa em março de 2020, devido à pandemia –, o AHO-FBN já demonstra o seu potencial em revelar memórias e iluminar subjetividades essenciais à compreensão da cultura institucional na contemporaneidade:

De modo algum a aquisição de livros se resolve apenas com dinheiro ou apenas com o conhecimento de perito. Nem mesmo estes dois fatores juntos bastam para o estabelecimento de uma verdadeira biblioteca, que sempre contém, ao mesmo tempo, o inescrutável e o inconfundível. (BENJAMIN, 1987, p. 231).

Esta passagem do texto “Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador”, de Walter Benjamin, nos convida a refletir sobre a importância da memória e a necessidade de um projeto como o AHO-FBN para a FBN. Sua sustentação central está justamente em seu potencial de revelar alguns desses aspectos inescrutáveis e inconfundíveis apontados por Benjamin, subjetividades que, com o acervo da BN e o espaço físico que ocupa, formam a instituição na atualidade.

Parte do que Benjamin qualifica por inescrutável e inconfundível subjaz no capital humano de toda e qualquer instituição, que pode, na medida do possível, ter fragmentos importantes de sua história, cultura e identidade compreendidos a partir das memórias reveladas pelos depoimentos orais de seus funcionários.

Justifica-se assim que, diante do quadro de evasão funcional, a concentração do AHO-FBN seja obtida, num primeiro momento, em entrevistas com os servidores mais antigos da instituição, que se encontram próximos da aposentadoria ou recém-aposentados, tendo como metodologia aquela definida pelo campo da História Oral.

Metodologia

A História Oral é de grande valia à História do Tempo Presente, contribuindo para que o estudo da história recente – “por natureza, mais inacabada do que qualquer outra história” (BÉDARIDA, 2006, p. 229) – seja incentivado, desafiando as dificuldades relacionadas ao acesso a fontes documentais de períodos pouco distantes. Além disso, a História Oral tem por característica a peculiaridade de trazer à tona a carga subjetiva que a fala é capaz de evidenciar. Esta subjetividade torna acessível um tipo de informação que, quando bem

trabalhada, é valiosa para a análise histórica e que não seria obtida por meio de fontes escritas oficiais.

Mesmo que uma experiência relatada não possa ser considerada um fato em si mesma, segundo Alessandro Portelli, ela traz à tona o verdadeiro sentimento de alguém perante uma situação, e esse sentimento é sim um fato e remete a significados que só podem ser alcançados mediante as memórias trazidas pelos relatos (PORTELLI, 1996, p. 59-72).

Com relação ao campo da História Oral, Marieta de Moraes Ferreira aponta para duas linhas de trabalho que, embora não excludentes e entrecruzadas na maioria dos casos, revelam abordagens distintas.

A primeira delas trabalha prioritariamente os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. O estudo da administração pública, das diretorias de empresas e, sobretudo, o acompanhamento do processo de tomada de decisões em diferentes espaços e grupos são os temas dominantes. Essa abordagem tem se voltado tanto para o estudo das elites, das políticas públicas implantadas pelo Estado, como para a recuperação da trajetória de grupos excluídos, cujas fontes são especialmente escassas.

A segunda linha de trabalho se concentra especificamente em trazer à tona a história dos excluídos. Por meio dela, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos como também constituir-se particularmente em instrumentos de construção de identidade e de transformação social desses grupos.

O ponto central que unifica as preocupações das duas abordagens é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. As principais ferramentas utilizadas para se atingir tais objetivos são a formulação de roteiros de entrevistas consistentes – de forma a controlar os depoimentos para que orbitem na área da temática prioritária – e o trabalho de cotejamento com outras fontes, a fim de reunir elementos para realizar a contraprova às informações trazidas pelos entrevistados e, quando for o caso, apontar as distorções. Com base nesses procedimentos, erigem-se argumentos em defesa da História Oral como capaz de apresentar relatos que possuem instrumentos para controlar as subjetividades apresentadas (FERREIRA, 2002, p. 327).

Além de pesquisa prévia para subsidiar a elaboração de roteiros de entrevistas adequados a cada um dos entrevistados, existe a necessidade de se aplicar certa uniformidade nas atividades de realização e tratamento das entrevistas. Tendo em vista a importância dessa padronização para a relevância de sua produção, o AHO-FBN se baseia na uniformização aplicada pelo *Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (PHO-CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Essa escolha tem por substância o fato de o PHO-CPDOC existir há mais de quarenta anos e possuir o maior acervo de fontes orais do país, com cerca de mil entrevistas realizadas, correspondendo a mais de 5 mil horas de gravação,

estando muitas delas abertas à consulta *on-line* através do portal da instituição (FGV-CPDOC, 2022).

Além disso, considerou-se que diversas instituições com interesse em constituir bancos de dados ou programas de entrevistas semelhantes ao desenvolvido pelo PHO-CPDOC² o têm contratado como consultor e os resultados vêm repercutindo positivamente.

Além da formatação, da produção e do tratamento direcionado às entrevistas, o trabalho de padronização desenvolvido pelo PHO-CPDOC também serviu como guia para a montagem do AHO-FBN. Tão imprescindível para a satisfatória realização do trabalho da História Oral quanto as demais etapas, a padronização garante a duplicação de cada gravação para formar o acervo de segurança, a passagem da entrevista para a forma escrita – na qual se sucedem as etapas de transcrição, conferência de fidelidade da transcrição, copidesque e leitura final –, a elaboração de instrumentos de auxílio à pesquisa – como o sumário e os índices temático e onomástico – e, finalmente, a liberação para consulta, com a produção de ficha técnica, folha de rosto e ficha catalográfica (ALBERTI, 2005).

Etapas do projeto

A primeira etapa do AHO-FBN se concentrou em levantar junto à Divisão de Recursos Humanos (DRH) da FBN a lista de servidores que estavam prestes a se aposentar em 2019. Com esta lista em mãos, a equipe do projeto, formada por pesquisadores de diferentes Centros da FBN, contatou grande parte dos servidores em questão sobre o interesse em colaborar com o projeto, concedendo entrevistas.

A partir da relação de servidores que aceitaram prontamente ser entrevistados, iniciamos a etapa de pesquisa sobre suas trajetórias funcionais, cruzando com informações relacionadas à história institucional encontradas em materiais bibliográficos e documentais que compõem o acervo da FBN. A ideia central dessa etapa é reunir informações necessárias para subsidiar a fase de elaboração de roteiros personalizados para cada entrevistado.

A partir disso, iniciamos o agendamento e produção das entrevistas, tendo em vista a exigência do consentimento formal do entrevistado, por meio de documento assinado, e o registro de áudio e vídeo, gravados em mídia digital.

2. Entre as quais: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj); Banco Central do Brasil; BNDES; Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Cia. Bozano Simonsen S.A; Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); Eletrobrás; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); Fundação Roberto Marinho; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro). (FGV, s.d.).

Ao optar pela metodologia da História Oral, o AHO-FBN tem por princípio que o entrevistado jamais pode ser cerceado em sua fala. Assim, o conteúdo do depoimento é de responsabilidade do entrevistado, sendo a ele creditada a autoria, por meio dos termos de responsabilidade e anuência adequados.

Um mesmo pesquisador da equipe é responsável tanto pela pesquisa prévia, elaboração do roteiro e realização da entrevista quanto por sua primeira transcrição, garantindo assim maior familiarização com a trajetória abordada pelo servidor através de suas memórias. Ao fim desse processo, outro pesquisador do grupo – preferencialmente o que assumiu o papel de entrevistador auxiliar no momento da entrevista – faz a leitura final da transcrição e, em seguida, encaminha o arquivo finalizado para a Seção de Manuscritos, do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL) da FBN. A partir do recebimento da transcrição, a equipe de bibliotecários e arquivistas da Seção de Manuscritos vinculada ao AHO-FBN inicia a produção da elaboração do sumário, índices temáticos, onomásticos, ficha técnica, catalográfica e folha de rosto da entrevista.

Após a finalização de um ano completo de entrevistas (com a previsão de realização de duas por mês) e da execução do tratamento acima estipulado, o primeiro grupo de entrevistas começará a compor o *Acervo de História Oral da FBN*.

Além da disponibilização para consulta do conjunto de transcrições das entrevistas no salão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, também está previsto como produto do AHO-FBN um catálogo *on-line*, permitindo que parte das informações contidas no referido acervo seja acessada por meio de pesquisa remota.

A primeira entrevista do AHO-FBN

A entrevista com o servidor Jorge Paixão, aposentado desde 2019, obedeceu aos padrões expostos anteriormente. Ocorreu no auditório Machado de Assis da Biblioteca Nacional, com cenário padronizado ao formato previamente estipulado pela equipe, gravação de som e imagem com cópia de segurança, assinatura da carta de cessão de direitos, anotações de campo feitas pelas duas entrevistadoras (principal e auxiliar), fotografias do momento da entrevista e dos bastidores, com autorização prévia do entrevistado.

A participação da equipe da Coordenação de Promoção e Difusão Cultural do Centro de Cooperação e Difusão da FBN mostrou-se fundamental para garantir os aparatos necessários para a boa execução e padronização de áudio e vídeo, cenário e outros suportes. Tais aspectos foram imprescindíveis para tornar a entrevista intimista, conforme desejávamos, deixando o entrevistado à vontade para revisar e expor suas memórias, minimizando intervenções.

A entrevista inaugural do AHO-FBN mostrou-se significativamente relevante. Trouxe à tona aspectos objetivos e subjetivos da memória, iluminando faces da cultura e identidade institucionais por meio da ótica de quem dedicou à FBN boa parte da vida.

Nesse sentido, há aspectos do conteúdo dessa primeira entrevista que merecem ser aqui destacados pela representativa notabilidade que apresentam para a memória e cultura institucionais.

Por exemplo, as noções de acolhimento e pertencimento à instituição como um dos pilares da cultura institucional. “Paixão”, como o entrevistado é conhecido pelos servidores, ingressou no serviço público pela Embrafilme e, com a extinção desta entidade, passou por um momento bem difícil até conseguir transferência para a BN, conforme relatado por ele no seguinte trecho de sua entrevista:

[...] eu nunca vou negar que eu vivi um momento muito complicado em disponibilidade, era muito chato, mas foi um sofrimento que compensou ter vindo pra cá, que passou a ser a minha casa, eu acho que achei a minha casa, né, aqui eu fiquei até agora, ao me aposentar. (PAIXÃO, 2020).

Em outro trecho, ele destaca a noção existente entre os próprios servidores sobre a importância de suas memórias para a história institucional, entre as quais a sua própria. Além disso, apresenta como o AHO-FBN revela uma antiga frustração pelo fato de essas memórias não terem o devido espaço dentro da FBN:

As entrevistadoras falaram que estavam felizes com a minha vinda e eu também, e disse que eu ia explicar o porquê, porque o projeto de vocês tira uma frustração que eu tinha. A última vez que eu fui diretor da associação dos servidores, eu era justamente da diretoria de aposentados, o que agora eu sou, um aposentado. Eu e o Tarso conversávamos muito – Tarso, da DINF (Divisão de Informação Documental) – sobre a gente tentar resgatar as memórias da BN e, como eu entrei nessa justamente de me aposentar, eu falei “poxa, vamos procurar o pessoal”, [...] então, vocês fazendo esse trabalho tiram a minha frustração de poder resgatar essas memórias, que a gente queria fazer e não conseguimos. (PAIXÃO, 2020).

Por fim, vale sublinhar um dos muitos trechos relevantes para a memória da instituição que a entrevista do Paixão vem iluminar. Por exemplo, certas mudanças relacionadas à organização espacial e ao tipo de trabalho executado – devido ao desenvolvimento tecnológico – que foram sofridas ao longo do tempo com a ativa participação e testemunho do servidor no decorrer de sua trajetória profissional:

[...] quando eu entrei na DINF nós éramos uns 16 servidores mais alguns estagiários. Aí, ali onde é a Cartografia hoje não tinha aquele mezanino, era uma coisa só. A DINF funcionou ali por um tempo e depois veio pra onde ela está até hoje (ao fundo do salão de Obras Gerais). Mas já foi assim, diminuindo, diminuindo, diminuiu bastante.

Então, a quantidade de pessoas atendendo ao público da DINF era maior porque também não tinha a tecnologia, que foi fundamental para impactar na redução de servidores, porque – principalmente com o e-mail, né – a DINF começa a diminuir e... mais um pouquinho adiante, com a possibilidade da consulta *on-line* ao acervo, aí sim que diminui bastante. Porque muitas das coisas que a gente fazia para atender ao usuário remoto, ele mesmo já começou a conseguir fazer, a conseguir pesquisar sozinho. (PAIXÃO, 2020).

As muitas trajetórias de vidas funcionais, em meio a contextos sociopolíticos do país e de seus reflexos e influências na FBN ao longo do tempo, agiram, interagiram, reagiram e acabaram por gerar memórias que ainda hoje produzem efeitos. Essas memórias são capazes de iluminar aspectos da realidade histórica assombreados pela velocidade das mudanças do presente, mas que são significativos para se compreender a formação cultural e a história institucionais.

Considerações finais

Resultado da única entrevista realizada pelo *Acervo de História Oral da FBN* até o momento, o depoimento de Jorge Paixão consolida a importância desse projeto para registrar e dar visibilidade a parte significativa da memória relacionada à Fundação Biblioteca Nacional na contemporaneidade. Tendo em vista a história e a grandiosidade de seu acervo, a Biblioteca Nacional é uma das mais destacadas instituições de memória do Brasil e do mundo, mas que até então não possuía formalmente um projeto de acervo cujo foco fosse a memória institucional no tempo presente.

O AHO-FBN surge então a partir do diagnóstico dessa necessidade, visando cumprir o papel de registrar e disponibilizar fontes singulares sobre a memória dessa ilustre Biblioteca. Substancializa-se assim a importância de seus servidores na engrenagem do permanente processo de construção histórica, cultural e identitária que permeia essa instituição ao longo de toda a sua longa existência.

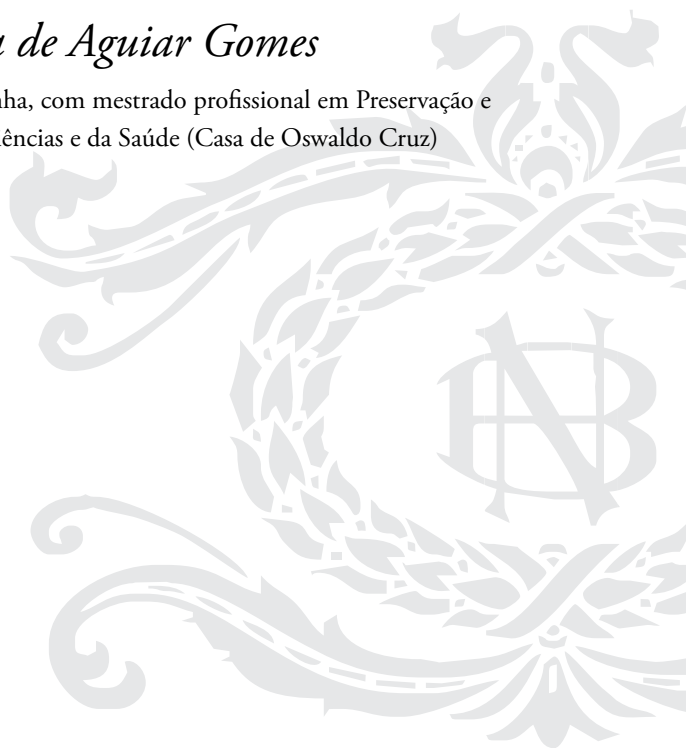
Referências

- ALBERTI, Verena. *Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 219-229.
- BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00314.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.
- FGV (Fundação Getúlio Vargas). Entrevistas do programa de história oral. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, s.d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historia-oral/entrevistas-para-download>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- PAIXÃO, Jorge Luiz da. Entrevista concedida a Lia Jordão e Christianne de Jesus para o Acervo de História Oral da Fundação Biblioteca Nacional (AHO-FBN). Rio de Janeiro: FBN, 17 fev. 2020.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

Um olhar através do tempo: Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)

Elen Cristina de Aguiar Gomes

Bibliotecária da Biblioteca Euclides da Cunha, com mestrado profissional em Preservação e
Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz)





Resumo

A Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) é uma unidade da Biblioteca Nacional desde 1981. Criada em 1937 como Biblioteca da Secretaria de Estado, e especializada em Administração Pública, Educação e Saúde, sua missão inicial era atender às necessidades informacionais dos funcionários e do ministro do Ministério de Educação e Saúde. Passou por mudanças de subordinação, ministérios e locais de armazenamento de seu acervo. Desde setembro de 2016, no entanto, em função das obras de restauração do Palácio Gustavo Capanema, a biblioteca está fechada para atendimento presencial. O objetivo deste artigo é construir uma narrativa histórica sobre a biblioteca, por intermédio de levantamentos em fontes arquivísticas e bibliográficas e assim mapear suas mudanças e as condições de guarda do acervo ao longo de seus 84 anos de existência.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Proteção. Biblioteca pública. Biblioteca Euclides da Cunha (BEC).

Abstract

Euclides da Cunha Library (BEC) is, starting from 1981, a unit of Brazil's National Library. Created in 1937 as the State's Secretary Library and specialized in Public Administration, Education and Health, its initial mission was to attend informational needs of Education and Health Ministry's employees and its minister. It underwent changes in subordination, ministries and storage locations for its collection. However, since September 2016, due to restoration work on the Gustavo Capanema Palace, the library has been closed. This article aims to build a historical narrative about BEC, through surveys in archival and bibliographic sources and, thus, to map its changes and conditions of storage of its collection throughout these 83 years of existence.

Keywords: Cultural Patrimony. Protection. Public Library. Euclides da Cunha Library (BEC).



Introdução

Este trabalho se desenvolveu a partir da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em 2018, cujo objeto de pesquisa foi o acervo da Biblioteca Euclides da Cunha (BEC).

Para contar a história da Biblioteca Euclides da Cunha, é preciso retornar ao ano de 1930, em que o Brasil constituía sua identidade nacional. Em 1930, foi criado como Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp); o ministério teve a nomenclatura alterada para Ministério da Educação e Saúde (MES), por meio da Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. A primeira pessoa a ocupar o cargo de ministro foi Francisco Campos (1930-1932), substituído por Washington Pires (1932-1934) e, em seguida, por Gustavo Capanema (1934-1945).

A década de 1930 foi marcada por intensa disputa ideológica no campo político, econômico e, de igual modo, no âmbito educacional. Segundo Palma Filho (2006, p. 5), o grupo que era contra o modelo educacional vigente propunha as seguintes mudanças: adoção de um mesmo currículo escolar para meninos e meninas; base educacional voltada para o ensino laico; obrigatoriedade do ensino básico nacional e gratuidade.

Durante o período de estruturação do Ministério, Silva (1995, p. 52) afirma que foram “criadas ou revitalizadas várias instituições” com o intuito de colaborar na construção de uma nova identidade nacional. Dentre essas instituições, é possível destacar “o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto Nacional do Livro, além dos programas de radiodifusão, cinema e educativos.”

De acordo com Lima (2009, p. 132), as primeiras reformas no país aconteceram de forma regional. Com a instituição do MES, tornou-se possível desenvolvê-las de forma a atingirem caráter nacional.

[...] A transmissão da cultura, na visão de Capanema, passava pelas bibliotecas tanto quanto pelas escolas. As bibliotecas de livre acesso eram instituições de grande relevância para o processo educacional e cultural pelo fato de se dirigirem à população como um todo e transmitir em conhecimento de modo mais abrangente e livre do que as instituições formais de educação. Para o ministro, a biblioteca deveria ser um centro de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação [*sic*], enfim, um centro de cultura. (SILVA, 1995, p. 54).

Nesse cenário de transição política, a Biblioteca foi criada para exercer um papel importante na capacitação dos servidores do MES e na propagação de materiais de ensino e pesquisa para as demais bibliotecas vinculadas ao Ministério.

A Biblioteca da Secretaria de Estado do MES

A biblioteca foi criada por intermédio da mesma lei que instituiu o MES, a Lei 378, com o intuito de atender às necessidades informacionais do ministro e dos funcionários do Ministério. De acordo com a lei de sua criação, na seção 5, sua função era fazer a “aquisição, a classificação, a guarda e a conservação dos livros e demais impressos necessários aos trabalhos da Secretaria do Estado”.

O acervo da Biblioteca foi formado inicialmente pelos livros da antiga Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação; por obras que divulgassem o MES; por materiais sobre problemas gerais de administração e problemas pontuais relativos ao Ministério; e obras para o aperfeiçoamento dos funcionários. O empréstimo de obras era concedido aos funcionários pelo período de dez dias, mediante a comprovação de vínculo com o Ministério, e aos não funcionários, somente por meio de licença especial autorizada pelo ministro ou chefe de gabinete.

O acervo era especializado em Administração Pública, Educação e Saúde: segundo o documento *Instrução para Execução dos Serviços a Cargo da Biblioteca de Secretaria de Estado*, a Biblioteca era responsável igualmente por adquirir livros que seriam utilizados como ferramenta de trabalho por funcionários do MES. Além de promover o envio de obras às bibliotecas subordinadas ao Ministério, entre as quais destaco: a da Casa de Rui Barbosa; a do Instituto Benjamin Constant; a Biblioteca Nacional; a do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines); a do Instituto Oswaldo Cruz; a do Colégio Pedro II; a do Instituto Nacional de Cinema; a do Observatório Nacional; a do Museu Histórico Nacional; e a do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A organização do acervo nas estantes era por método de distribuição por classes, a saber: 0 Administração; 1 Educação; 2 Saúde; 3 Estatística; 4 Direito; 5 Legislação; 6 Publicações do Ministério; 7 Política; 8 Estudos sobre o Brasil e 9 Dicionários e Enciclopédias.

O primeiro local de guarda da Biblioteca foi o Edifício Rex, na Rua Álvaro Alvim, 37, sala 1610, Centro, Rio de Janeiro, que nessa época era a Capital Federal, “mesmo endereço do Gabinete do então ministro Gustavo Capanema, que tinha como seu secretário de Gabinete Carlos Drummond de Andrade” (FREITAS, 2014, p. 26).

É possível observar que a Biblioteca tinha grandes atribuições no Ofício s/n enviado em 11 de junho de 1937, redigido por Octávio da Fonseca Machado, chefe do setor, e destinado a Carlos Drummond de Andrade. O quadro de funcionários reduzido demandava grande esforço para realizar as atividades, visto que “tais serviços, somados aos esforços que a sua execução requer, obrigam a um dispêndio de tempo que justifica a necessidade de um

corpo de funcionários maior que o atual”. Segundo o documento, o quadro de funcionários era composto por três pessoas: “1 bibliotecário de classe K, chefe da biblioteca; 1 bibliotecário da classe I, requisitado, por tempo limitado, da Biblioteca Nacional e 1 servente da classe C”.

Em dezembro de 1938, o acervo possuía 3.933 obras com 4.484 volumes, 1.263 folhetos, 378 revistas (207 editadas no Brasil e 171 no estrangeiro). A equipe permanecia com três funcionários: “1 bibliotecário classe I e 1 arquivista interino, classe F, além do bibliotecário-chefe”.

Segundo registros, em fevereiro de 1939, a equipe era formada por quatro pessoas: “1 bibliotecário classe I, 1 escriturário classe G e 1 arquivista da classe F, além do bibliotecário-chefe”. Em abril, foi incorporado à equipe um servente classe C.

Conforme o documento bibliográfico *Estatística das Bibliotecas Federais: Questionário e Estatística das Bibliotecas* do Instituto Nacional do Livro, em 1940, a Biblioteca funcionava de segunda a sexta (das 11h às 17h), e aos sábados (das 11h às 14h). Possuía aproximadamente 12.323 volumes, divididos em 6.342 livros, 1.794 folhetos e 4.187 periódicos, com 8 funcionários: 1 bibliotecário, 1 oficial administrativo, 3 escriturários, 1 zelador e 2 serventes. O valor estimado do acervo era de 130 contos de réis, e 20 contos de réis era a verba disponível para aquisição de livros.

A Biblioteca permaneceu subordinada à Secretaria de Estado até 1941, quando houve mudança de local de guarda e, coincidentemente, mudança de subordinação.



Primeiro local de guarda no Edifício Rex. Arquivo Administrativo BEC.

Biblioteca do Departamento de Administração

Em 12 de março de 1941, a biblioteca passa a ser subordinada ao Departamento de Administração do MES e a ser conhecida como Biblioteca do D.A. Nesse mesmo ano, a biblioteca é transferida para o Edifício Piauí, na Av. Almirante Barroso, 72, salas 308 a 312, Centro, Rio de Janeiro, RJ, e permaneceu neste local até 1944, quando a construção do prédio que iria abrigar os órgãos do MES foi concluída.

Paralelamente, o campo da biblioteconomia no país passou por transformações na aplicação das técnicas durante a década de 1940. O curso ofertado pela Biblioteca Nacional desde 1911 tinha o caráter mais humanista, voltado para a preparação de funcionários para trabalhar no local.

Ressalta-se que as bibliotecas localizadas no estado de São Paulo e em outros locais do país atendiam à população local, por este motivo passaram a seguir as técnicas de organização de acervo mais modernas aplicadas nas bibliotecas norte-americanas. Essa necessidade impulsionou a reformulação do ensino da biblioteconomia, e o Instituto Mackenzie, em São Paulo, foi o primeiro a incentivar seus profissionais a buscar atualização no exterior.

Eram bibliotecas sem fundo apreciável no que se refere à produção bibliográfica anterior ao século XIX. Eram tipos de bibliotecas que se ajustavam, com maior propriedade, ao novo sentido da formação técnica do bibliotecário moderno, amparada no exemplo norte-americano. No Distrito Federal, apesar do Curso da Biblioteca Nacional, as outras bibliotecas se ressentiam de uma preparação mais racional, mais prática, dos bibliotecários aos quais eram confiados os seus serviços. De nada valiam, para esses casos, os conhecimentos altamente especializados ministrados no Curso da Biblioteca Nacional. (DIAS *et al.*, 2015, p. 19).

O Ofício B nº 431, de 29 de novembro de 1941, enviado pela bibliotecária chefe Emy Pamplona ao Gabinete do MES, informa que as técnicas modernas de organização do acervo são seguidas na Biblioteca do D.A. Um marco foi a adoção do sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD) para classificar seus livros. Da mesma forma, o documento apresenta as atribuições da Biblioteca no Departamento de Administração, dentre as quais é possível destacar nos artigos 112, 126 e 128 a responsabilidade de orientar, organizar e contribuir para o desenvolvimento de coleções das bibliotecas das repartições subordinadas ao MES.

A Biblioteca do D.A. no prédio do Ministério de Educação e Saúde

As repartições do Ministério de Educação e Saúde funcionavam de forma descentralizada em alguns prédios alugados no centro da cidade. A idealização da construção de um prédio que reunisse no mesmo local todos os setores do MES foi algo inovador e considerado audacioso para a época.

Capanema tinha o desejo de que os espaços atendessem às necessidades de cada órgão. Por este motivo, foi lançado o edital de concorrência pública para o Concurso de Projeto do Edifício, em 25 de abril de 1935. A equipe que obteve aprovação para a edificação do imóvel foi formada pelos arquitetos Lúcio Costa, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, com a consultoria do arquiteto suíço Le Corbusier.

Em 1944, houve a transferência da Biblioteca do D.A. para o 4º andar na nova edificação, localizada na Rua da Imprensa, 16, Centro, Rio de Janeiro, RJ. O salão, com 786,30 m², tinha mobiliário e luminárias projetados por Oscar Niemeyer exclusivamente para o setor. Destaca-se que parte desse mobiliário está preservado até os dias atuais.



Salão de leitura, vista parcial do balcão de atendimento e destaque para o catálogo-dicionário, à direita, MES [194-]. Arquivo Administrativo BEC.

Nesta nova localidade, a Biblioteca experimentou aumento significativo de atendimento ao público. Embora seu perfil permanecesse especializado, a estrutura chamava a atenção em razão de oferecer um local favorável para estudos e possibilitar aos consulentes o livre acesso às estantes, o que lhe permitiu ganhar notoriedade em mídias locais como o jornal *A Noite* (RJ). Em 1945, a Biblioteca recebeu a visita de um grupo de alunos do curso de Biblioteconomia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que queriam conhecer melhor a aplicação prática das disciplinas técnicas ministradas em seu curso.

Emy Pamplona, a bibliotecária-chefe, faz um apelo ao Ministério: em março de 1945, apresentou as necessidades do setor sob a forma de um projeto para regimento e um quadro esquemático com os setores da Biblioteca, o que incluía um número de funcionários suficiente para que o setor pudesse desempenhar as tarefas que lhe cabiam. De acordo com a diretora, a Biblioteca possuía um acervo de 8.234 volumes, dentre os quais somente 2.685 estavam catalogados e havia ainda mais 13.428 volumes esperando para receber tratamento técnico. A equipe (formada por 1 bibliotecário, 3 bibliotecárias extranumerários, 2 escriturários e 1 datilógrafo) era pequena demais para dar conta dos trabalhos especializados e ainda atender às demandas de atendimento diário.

Uma nova solicitação foi feita, em março de 1946, por meio do Processo 4.107/1946, pois, além de novas obras adquiridas, existiam as obras que estavam acumuladas por não haver funcionários suficientes para tratá-las, além dos periódicos sem nenhum tipo de organização. Independentemente de a Biblioteca representar um importante local de pesquisa para a população do Rio, existiam os problemas decorrentes da falta de funcionários e, por esse motivo, ela ficou fechada entre novembro de 1950 e março de 1951, vindo a reabrir apenas após a designação de mais dois funcionários, certamente devido aos tantos pedidos de Emy Pamplona.

Ao mesmo tempo em que a bibliotecária-chefe lidava com a falta de colaboradores, existiam os anseios da população que frequentava a instituição, que em sua maioria era o público estudantil e esperava que o acervo contemplasse todos os campos de pesquisa, como o de uma biblioteca pública. Atendendo a essas expectativas, Emy Pamplona enviou o Ofício B nº 3, de 15 de janeiro de 1952, ao chefe de Gabinete do MES, esclarecendo que a Biblioteca, por ter o perfil de biblioteca especializada, tinha em sua coleção bibliográfica livros que atendiam às necessidades do Ministério.

A razão que veio reforçar também este modo de agir, foi já haver neste Ministério um grande número de bibliotecas. Uma pública – a Biblioteca Nacional, cuja coleção bibliográfica é geral, e as demais especializadas dentro de seus setores particulares como as dos colégios, escolas, faculdades, institutos, museus, departamentos, serviços, etc. [...] De fato não existe nesta cidade biblioteca alguma que tenha material

didático em nível secundário para o meio estudantil. Poderia, pois, o Ministério da Educação e Saúde, atendendo ao que sugere o estudante, fundar uma biblioteca deste tipo. (Ofício B nº 3, 1952, p. 1-2).

QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS
REALIZADOS DE 1937 A 1957

Ano	Ministério/ Local	Período	Consultas	Empréstimos
1937	MES / Rex	jan./dez.	72	-
1938	MES / Rex	jan./dez.	1.531	-
1939	MES / Rex	fev./dez.	1.996	881
1940	MES / Rex	jan./dez.	4.764	1.188
1945	MES / Capanema	jan./dez.	34.825	7.697
1953	MEC / Capanema	set.	2.153	1.240
1957	MEC / Capanema	jan./mar.	3.337	1.539

Acervo Administrativo BEC e Arquivo Pessoal Gustavo Capanema FGV/CPDOC.

A Biblioteca no Ministério da Educação e Cultura

A Lei 1.920, de 25 de julho de 1953, criou o Ministério da Saúde (MS) e transformou o Ministério de Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura (MEC). A Biblioteca da antiga Secretaria do Estado do MES foi transferida para o MEC, juntamente do acervo pertinente à área da educação e cultura, enquanto o acervo correspondente à pasta da Saúde foi enviado para o MS.

Enquanto a Biblioteca esteve no antigo Ministério, houve mudanças de subordinação e locais de guarda: primeiramente, Secretaria de Estado (1937-1941); depois, Departamento de Administração (1941-1946); finalmente, voltou a pertencer à Secretaria de Estado (1946-1953).

Além da mudança ministerial, em 1953 a biblioteca adquiriu o perfil de pública e, consequentemente, aumentou o número de consulentes do local. Os usuários, em sua maioria, eram estudantes secundaristas, o que provocou o aumento no serviço de empréstimo domiciliar, que até o momento da mudança de perfil ficara restrito aos funcionários do antigo Ministério.

Essa mudança ajuda, ainda que indiretamente, na preservação da integridade das obras depositadas na Biblioteca Nacional. Por ser a única biblioteca pública localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro, o acervo da Biblioteca Nacional sofria degradação física com o grande número de consultas. Cinco anos antes, em 14 de outubro de 1948, Josué Montello, em seu discurso de posse como diretor da Biblioteca Nacional (BN), traçara um parâmetro entre uma biblioteca pública no sentido amplo do termo e a Biblioteca Nacional, cuja

missão era guardar a memória nacional para futuras gerações. Como solução, ele propõe a criação de outra biblioteca, especializada em livros didáticos, para dar apoio à BN.

De acordo com o *Levantamento das Bibliotecas Brasileiras*, do ano de 1956, promovido pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), identifica-se que a Biblioteca do MEC tinha no acervo um total de 16.856 livros, 3.310 periódicos e 5.241 folhetos. A equipe era composta por 3 bibliotecários, 2 bibliotecários auxiliares, 1 assistente de administração, 4 tarefeiros e 3 subalternos.

Além do atendimento ao público em geral, a Biblioteca colaborava com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC). O Catálogo Coletivo realizava também empréstimo entre bibliotecas e fazia exposições. O atendimento era de segunda a sexta das 11h às 18h e, aos sábados, das 9h às 12h.

No mesmo levantamento realizado em 1958, as informações sobre o quantitativo da equipe, horário, dias de funcionamento e serviços prestados permanecem os mesmos, mas o acervo aumenta para 17.911 livros, 3.800 periódicos e 5.320 folhetos.

Novamente a bibliotecária chefe, Emy Pamplona, relata dificuldade na prestação de serviços e organização do acervo em razão da falta de funcionários e escassez de verbas no Ofício B nº 22, de 1963.

A transferência da capital federal para Brasília, em 1960, prevê o funcionamento dos órgãos públicos na cidade planejada, e a Biblioteca do MEC foi incluída na lista para mudança no Ofício s./n., de 3 de agosto de 1967. Essa notícia não foi bem recebida pelos leitores, que registraram a sua insatisfação e a importância da permanência no Rio de Janeiro em mídias daquela época. A nova responsável pela Biblioteca, a bibliotecária Malvina Kraizer, enviou um ofício ao Ministério pedindo que a ordem de transferência fosse anulada.

Como solução para evitar a mudança de local de guarda, a Biblioteca passa, em 1968, a ser subordinada à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, e teve seu acervo transferido para o Instituto Nacional do Livro (INL), o que garantiu sua permanência no Palácio da Cultura.

Biblioteca Euclides da Cunha (BEC)

Em 1968, mesmo ano em que a Biblioteca do MEC foi transferida para o INL, ela foi também renomeada como Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) por meio da Portaria 68, de 19 de março de 1968.

A BEC voltou a ganhar destaque nas mídias locais graças à ampliação do horário de atendimento, como retratado no jornal *O Globo*, de 5 de abril de 1968. De acordo com a matéria, a Seção de Biblioteca do Instituto foi transferida da BN para o espaço da BEC, localizada no 4º andar do Palácio

da Cultura; o acesso, porém, se dava por elevador privativo, com entrada pela avenida Graça Aranha.

A Biblioteca foi fechada para reformas por alguns meses devido ao desabamento das estantes que armazenavam o acervo, mas foi reaberta em 1969. No período em que esteve fechada, entre 80 e 100 leitores iam ao local diariamente para tentar fazer consultas, e entre 120 e 200 alunos iam com o intuito de preparar-se para os exames finais. A reabertura, segundo o jornal *O Globo*, em 6 de maio de 1969, foi marcada com o anúncio dos vencedores dos prêmios literários do INL e a presença do ministro Tarso Dutra.

De acordo com o jornal *O Globo*, de 9 de junho de 1970, o INL utilizou o espaço da BEC para oferecer cursos de especialização, como o curso de Livreiro, e promover concursos literários, com prêmios como: Prêmio José Lins do Rêgo para romance inédito; Prêmio Jorge de Lima para poesias inéditas; Prêmio Mário de Andrade, para crítica literária; Prêmio Nacional de História; e Prêmio Roquette Pinto para roteiros de filmes extraídos da literatura nacional.

Cessão para a Biblioteca Nacional

Em 28 de dezembro de 1972, conforme os *Anais da Biblioteca Nacional* (1972, p. 267), a BEC teve a primeira cessão para a Biblioteca Nacional por meio de um convênio com o INL, o que a transformaria em especializada em livros didáticos.

Essa sessão foi interrompida em 1974 em consequência da falta de verbas por parte da BN, que passava por grande reforma para modernização. O *Jornal do Brasil*, 3 de agosto de 1974, aponta que o INL era encarregado apenas de algumas despesas administrativas, como o pagamento dos funcionários, e os demais custos seriam de responsabilidade da Biblioteca Nacional.

A matéria indica que, recebendo cerca de 800 consultas diárias e com o acervo de aproximadamente 40 mil volumes, a solução prevista para evitar o fechamento foi a transferência da Biblioteca para Brasília, depois de 30 anos de permanência no Palácio da Cultura. Essa solução foi duramente criticada pelo público que frequentava assiduamente o local e que, juntamente com associações de moradores, elaboraram abaixo-assinados para enviar ao ministro e registraram novamente sua insatisfação por meio das mídias locais.

Para assegurar a permanência da BEC no Palácio da Cultura, houve, em 1977, a cessão da biblioteca para a Federação das Escolas Federais Isoladas do estado do Rio de Janeiro (Fefierj), atualmente conhecida como Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Essa cessão foi revogada, em 1981, por meio da Portaria Ministerial 528. Assim, a Biblioteca Euclides da Cunha voltou a ser cedida por tempo indeterminado à BN. Com isso, a Biblioteca Nacional passou a ter a responsabilidade

de manter o acervo da BEC atualizado, “adquirindo obras editadas e evitando a estagnação do patrimônio bibliográfico”.

Com suas atividades supervisionadas pela Coordenadoria de Sistema de Bibliotecas e Informação, a Biblioteca Euclides da Cunha, localizada no 4º andar do Palácio da Cultura, está sendo aparelhada para substituir, o quanto for possível, a Biblioteca Nacional, no atendimento à clientela de 1º e 2º graus. Nesse sentido, foi dada a entrada a 1.546 títulos novos, que receberam registros e catalogação simplificada. (BIBLIOTECA NACIONAL, [20--]a, p. 248-249).

A Biblioteca Nacional deu continuidade às ações culturais promovidas no espaço da BEC e providenciou, conforme os *Anais da BN* (1983, p. 320), cursos de pequena duração, de março a novembro, para graduados em Biblioteconomia:

Avaliação de serviços e Coleções de Referência – professora Nice Menezes de Figueiredo, de 15 a 18 de março, com 18 inscritos, sendo seis da BN, um do Ceará e o restante de instituições locais;

Sistema de informações para o Governo – professora Regina Célia Montenegro de Lima, de 5 a 8 de abril, com 17 inscritos, sendo sete da BN, um do Espírito Santo e os outros de instituições locais;

Recursos humanos em informação – professora Regina Célia Montenegro de Lima, de 10 a 13 de maio, com 15 inscritos, sendo sete da BN, um de Pernambuco e os demais de instituições locais;

A Biblioteca e a bibliometria – professora Elizabeth Schneider de Sá, de 21 a 24 de junho, com 21 alunos, sendo dois da BN, um de São Paulo e o restante de instituições locais;

Livro raro: história e conservação – professora Lygia Cunha e professora Cely de Souza Soares Pereira, de 8 a 12 de agosto, com 32 inscritos, sendo 16 da BN, um de Brasília, dois do Amazonas, um do Espírito Santo, um de Minas Gerais, dois de Santa Catarina, dois de São Paulo e os outros de instituições locais;

Conservação e Preservação de Documentos – curso de capacitação para funcionários da BN, ministrado pela Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (Abracor, de 15 a 26 de agosto, com a participação de oito técnicos;

Metodologia de indexação de jornais diários, literários e recortes de jornal – professora Hagar Espanha Gomes, terças e quintas-feiras de agosto a novembro, com 22 inscritos, sendo quatro da BN, um de Volta Redonda e os demais de instituições locais; e

Fundamentos teóricos da pesquisa bibliográfica – professora Alice Barros Maia, de 19 a 22 de setembro, com 30 inscritos, sendo seis da BN e participantes de instituições locais e *Formatação e codificação em atividades de informação* – professora Ida Maria Cardoso Lima, de 17 a 21 de outubro, com 21 inscritos, 14 da BN, 1 de Volta Redonda e demais instituições locais.

QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS
REALIZADOS DE 1972 A 1986

Ano	Ministério/ Local	Período	Consultas	Empréstimos
1972/ 1973	MEC / INL / Capanema	-	-	-
1974	MEC / INL / Capanema	jan./dez.	Ca 800 consultas diárias	-
1975	MEC / Capanema	jan./dez.	Ca 500 consultas diárias	-
1976/ 1982	MES / Capanema	jan./dez.	-	-
1983	MES / Capanema	jan./dez.	12.270	3.120
1984	MEC / Capanema	jan./dez.	11.955	5.163
1985	MEC / Capanema	jan./dez.	18.849	8.528
1986	MinC / Capanema	jan./dez.	13.442	11.310

Acervo Administrativo BEC e Anais da BN.

A Biblioteca Euclides da Cunha no Ministério da Cultura

O Decreto 91.144, de 14 de março de 1985, criou o Ministério da Cultura (MinC) e renomeou como Ministério da Educação (MEC) o antigo Ministério de Educação e Cultura. A Biblioteca Nacional foi relacionada entre os órgãos que passaram a integrar a estrutura do MinC.

A Biblioteca Euclides da Cunha atingiu nesse ano 18.849 consultas, emprestou 8.528 volumes e deu continuidade ao programa de aperfeiçoamento dos profissionais da instituição, conforme os *Anais da BN* (1985, p. 159-162), com os seguintes cursos:

Preservação de coleções: microfilmagem, acervo e documentação avulsa – professores Esther Caldas Bertholetti, Felícia Musikman, Maria José da Silva Fernandes e Ione de Souza, de 25 a 29 de março, das 9h às 12h;

CALCO – professora Giselda Brasil Aronovich, de 13 de maio a 3 de junho, às 2^{as}, 4^{as} e 6^{as}, das 9h às 12h;

AACR2 – professora Suely Mattos Vahia Loureiro, de 23 de julho a 22 de agosto, às 3^{as} e 5^{as}, das 9h às 12h;

Livro raro: história – professora Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, de 19 a 23 de agosto, das 10h às 12h e das 14h30 às 17h30; e

Coleções especiais: processamento técnico e organização das coleções – professoras Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, Mercedes Reis Pequeno, Cecília Duprat de Brito Pereira e Maria Celeste Garcia Mendes, de 26 de agosto a 5 de setembro, das 10h às 12h e das 14h às 16h.

No ano de 1986, os *Anais da BN* (p. 250-251) informaram que a BEC realizou 13.442 consultas e 11.310 empréstimos.

Na estrutura organizacional da BN, a BEC já pertenceu à Seção da Divisão de Referência Geral (1987-1989), à Diretoria de Acervos Bibliográficos e Documentos (1989-1990) e à Presidência (desde 1990), o que trouxe mais autonomia para desenvolver projetos, programas e atividades para desenvolvimento humano e estímulo do hábito de leitura.

Em 1990, a Biblioteca Nacional passou a ser Fundação Biblioteca Nacional (FBN) ao absorver as atribuições do extinto Instituto Nacional do Livro. Segundo os *Anais da BN* (1991, p. 286), o ano de 1991 foi importante para reestruturação dos espaços da FBN, inclusive na BEC. Nesse período, seu acervo era de aproximadamente 150 mil volumes, entre monografias, periódicos nacionais e estrangeiros, mapas, fitas de vídeos e coleções de obras nacionais. Além do acervo já existente, foram incorporadas, neste período, 1.624 novas obras e emprestados cerca de 32.361 itens.

Os projetos e programas de atividades de difusão do acervo entre os anos 1990 e 2014 foram:

- *Programa Livro Aberto* (exposição de obras de arte no Salão);
- *Leituração* (exposição comentada das obras literárias);
- *Laboratório de Línguas* (para autodidatas que desejassem aprender outros idiomas);
- *Núcleo ao Portador de Deficiência Visual* (livros falados, gravados em fitas K7, por voluntários e obras em braille);
- *Programa Internet ao Alcance de Todos* (disponibilizando computadores com internet para pesquisa);
- *Traça-Faminta* (informativo cultural com tiragem mensal de 60 mil exemplares);
- *Folhetos Educativos* (com dicas de estudo para elaborar trabalhos escolares);
- *Projeto Férias Escolares* (incentivo à leitura);
- *Programa Apoio Didático* (atendimento a colégios);
- utilização do espaço para lançamentos de livros (incentivo aos jovens locais e de todas as regiões do Brasil);
- realização de empréstimo do acervo de livros e audiovisual;
- promoção de concursos de literários;
- intercâmbio com outras bibliotecas;
- mostras com livros recém adquiridos;
- *CineBEC* (com vídeos nacionais selecionados); e
- cursos sobre *Treinamento Vivencial em Recreação* (1994), *Produção Oral e Escrita* (1995) e *Contação de Histórias* (1995).

Nos anos de 2014 a 2016, de acordo com o *Relatório de Gestão da BN* (2014, p. 24; 2015, p. 66; 2016, p. 83), a BEC é mencionada nos relatórios como a “biblioteca de empréstimo de livros”.

Em 2012, iniciou-se no Palácio Gustavo Capanema um processo de revitalização da fachada interior e exterior. A obra foi dividida em três etapas. A primeira, terminada em 2014, consistia na substituição dos elevadores, nos serviços de impermeabilização da cobertura e jardins, na restauração da fachada leste e na recuperação dos jardins. A segunda etapa foi iniciada em 2015 e consistiu na restauração do sistema de esquadrias de estrutura metálica de aço carbono das fachadas, contemplando a substituição das pastilhas e a reparação do sistema dos *brise-soleils* (sistema de ventilação idealizado por Lúcio Costa). A terceira e última fase, atualmente ainda em andamento, é a restauração e a modernização dos espaços internos que compreendem a arquitetura, o paisagismo e os painéis de azulejos, o afresco, os painéis de Portinari e as esculturas.

O avanço das obras fez com que os órgãos lotados no Palácio Capanema fossem realocados em um local provisório. Dessa forma, a Biblioteca Euclides da Cunha foi transferida para o 7º andar, sala 704 do Centro Empresarial Cidade Nova, conhecido como Teleporto, localizado na Av. Presidente Vargas, 3.131, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ. O espaço reservado para abrigar temporariamente a BEC possui 660,57 m².

O atendimento na BEC foi interrompido em setembro de 2016 para organização da mudança e transferência do acervo. De janeiro até agosto daquele ano, a biblioteca atendeu 2.068 pesquisadores, de acordo com *Relatório de Gestão da BN* (2016, p. 15).



Espaço do pesquisador e estantes com as obras, setembro 2021, Teleporto.
Imagem de Arquivo Pessoal.

A transferência para o novo local ocorreu em duas etapas: em fevereiro de 2017, foi transferido o acervo administrativo, equipamentos de escritório e os funcionários passaram a trabalhar no novo endereço. A mudança do acervo

aconteceu entre 4 de fevereiro e 11 de junho de 2019. Durante a organização do acervo da Biblioteca no Teleporto, percebeu-se muitas obras duplicadas nas estantes, outras sem registros e algumas em estado de degradação, o que justificava a necessidade do inventário antes da reabertura da BEC.

QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS
REALIZADOS DE 1989 A 1999

Ano	Ministério/ Local	Período	Consultas	Empréstimos
1989	MinC / Capanema	jan./dez.	-	9.948
1990	MinC / Capanema	jan./dez.	-	12.502
1991	MinC / Capanema	jan./dez.	-	32.361
1992	MinC / Capanema	jan./dez.	41.127	-
1993	MinC / Capanema	jan./dez.	25.862	8.904
1994	MinC / Capanema	jan./dez.	27.090	7.550
1995	MinC / Capanema	jan./dez.	18.989	-
1996	MinC / Capanema	jan./dez.	25.602	13.139
1997	MinC / Capanema	jan./dez.	8.258	7.969
1998	MinC / Capanema	jan./dez.	19.627	10.729
1999	MinC / Capanema	jan./dez.	28.961	7.639

Acervo Administrativo BEC e Anais da BN.

QUADRO COMPARATIVO DE CONSULTAS E EMPRÉSTIMOS
REALIZADOS DE 2006 A 2016

Ano	Ministério/ Local	Período	Consultas	Empréstimos
2006	MinC / Capanema	jan./nov.	7.250	3.422
2007	MinC / Capanema	mar./maio – ago./dez.	3.857	2.140
2008	MinC / Capanema	jan./dez.	4.539	1.995
2009	MinC / Capanema	jan./dez.	6.942	2.643
2010	MinC / Capanema	jan./dez.	9.148	-
2011	MinC / Capanema	jan./dez.	5.066	1.533
2012	MinC / Capanema	jan./dez.	4.087	1.092
2013	MinC / Capanema	jan./dez.	7.283	1.096
2014	MinC / Capanema	jan./dez.	4.591	-
2015	MinC / Capanema	jan./dez.	7.283	1.096
2016	MinC / Capanema	jan./ago.	2.068	464

Acervo Administrativo BEC.

A Biblioteca iniciou os preparativos para reabertura em 16 de outubro de 2019, por meio do inventário do acervo, temporariamente interrompido, desde 16 de março de 2020, devido ao cenário atual de pandemia por causa do risco à contaminação por Covid-19. Desde então, foi adotado o sistema de teletrabalho que envolve a continuidade do atendimento ao público exclusivamente de forma digital por meio do *e-mail* do setor, revisão de políticas, participação de reuniões em Comissões e Grupos de Trabalhos (GTs), elaboração de protocolos de segurança para o retorno das atividades presenciais de forma segura e planejamento de ações culturais presenciais (quando do retorno) e no ambiente virtual.

Em fevereiro de 2021, foi criado o GT interno Difusão Cultural e Educação Patrimonial, tendo como membro a equipe da BEC, com a missão de planejar e executar ações para reaproximação do público em geral. A primeira ação no ambiente virtual foi o webnário “Caminhos da leitura: Ações práticas em prol da formação leitora e cidadã de crianças, jovens e adultos no atual contexto de dispositivos tecnológicos”, realizado no período de 14 de setembro a 5 de outubro, às terças-feiras, às dezesseis horas, com transmissão pelo canal do *Youtube* da FBN.

Tendo em vista sua missão como promotora da leitura, formação de leitores e a ampliação do acesso à informação, à leitura e ao livro, a Biblioteca Euclides da Cunha se compromete a contribuir com a Agenda 2030, acordo pactuado em 2018 entre 193 países que compõem as Nações Unidas, da qual o Brasil é país signatário. A Agenda 2030 contempla a biblioteca pública e seus agentes como potenciais colaboradores para o desenvolvimento sustentável.

Referências

- ARQUIVOS Administrativos (1937-1990). *Biblioteca Euclides da Cunha* (BEC).
- ARQUIVOS Pessoais de Gustavo Capanema. *Dossiê GCg 1936.10.30*. CPDOC/FGV.
- AS BIBLIOTECAS e o aperfeiçoamento cultural do funcionalismo: uma contribuição valiosa ao preparo técnico dos funcionários. *A Manhã*, Rio de Janeiro, Ano 1942, ed. 00222, n. 2, 30 abr. 1942. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BEM impressionados com as bibliotecas dos ministérios. *Diário da Noite*, 8 set. 1945. Arquivo Administrativo BEC.
- BIBLIOTECA Euclides da Cunha pode ser levada do Rio para Brasília. *Jornal do Brasil*, 3 ago. 1974. Arquivo Administrativo BEC
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Relatório de atividades* (2001-2016). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [20--]a. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/>

acesso-a-informacao-2/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2016.pdf/view. Acesso em: 27 abr. 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL. Relatórios da diretoria-geral da Biblioteca Nacional (1972-1999). *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, [20--]b. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Decreto 60.891, de 22 de junho de 1967. Provê sobre a transferência de órgãos do Ministério da Educação e Cultura para Capital Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 jun. 1967.

BRASIL. Decreto 91.144, de 14 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 mar. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm. Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL. Lei 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 jul. 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1920.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

DIAS, Antônio Caetano *et al.* A primeira escola de biblioteconomia do Brasil. *Chronos*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 10, p. 15-39, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/proreitoriaadeextensaoecultura/publicacoes/revista-chronos/ano-08-2013-numero-10-2014-100-anos-de-instalacao-da-escola-de-biblioteconomia>. Acesso em: 6 jan. 2021.

ÊXITO leva INL a preparar outro curso de livreiro. *O Globo*, 9 jun. 1970. Arquivo Administrativo BEC.

FREITAS, Debora Soares Machado. *Biblioteca Euclides da Cunha: uma identidade entre carimbos*. 2014. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GOMES, Elen Cristina de Aguiar. *Para além do Palácio Gustavo Capanema: a Biblioteca Euclides da Cunha como patrimônio cultural*, 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/36555/2/dissertacao_elen_gomes.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

LIMA, Ana Luce Girão Soares de. *Ciência e política no Brasil: Carlos Chagas Filho e o Instituto de Biofísica (1931-1951)*. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15971>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MINISTRO fará a reabertura de biblioteca. *O Globo*, 6 maio 1969. Arquivo Administrativo BEC.

MONTELLO, Josué. *Problemas da Biblioteca Nacional*: discurso de posse no cargo de diretor da Biblioteca Nacional, proferido a 14 de janeiro de 1948. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

NINGUÉM sabe quando será reaberta biblioteca do Ministério da Educação. *Jornal do Brasil*, 17 dez. 1968. Arquivo Administrativo BEC.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. *Cadernos de Formação: História da Educação*, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

PLATAFORMA Agenda 2030: acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SILVA, Suely Braga da. A institucionalização de organismos culturais no Estado Novo: pontos para reflexão. *INFORMARE – Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 52-58, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/17414>. Acesso em: 5 jul. 2017.

Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela

Nielson Rosa Bezerra

Professor adjunto da Uerj e coordenador de grupo de pesquisa
no Museu Vivo do São Bento – MVSB





Resumo

O comércio entre o Rio de Janeiro e Benguela ostentou importante fluidez desde os tempos coloniais, ganhando um grande impulso durante o período compreendido entre 1790 e 1830. Durante esse período, é possível identificar que mais de 70% dos escravizados que entraram no Brasil através do porto carioca eram procedentes da região centro africana. Essa fluidez se dava por razões endógenas e exógenas de ambas as regiões atlânticas, o que complementava o interesse dos mercadores envolvidos nesse processo. Esta pesquisa baseia-se no argumento de que a farinha de mandioca tinha posição econômica de destaque nos mercados atlânticos, sobretudo no contexto do comércio de africanos escravizados que constituíram a principal mão de obra que sustentou a economia brasileira durante o século XIX.

Palavras-chave: Escravidão. Farinha de mandioca. Rio de Janeiro. Benguela.

Abstract

The trade between Rio de Janeiro and Benguela showed an important fluidity since the colonial period, and gained great momentum during the period between 1790 and 1830. During this period, it is possible to identify that more than 70% of the enslaved who entered Brazil through the Carioca sea port had come from the central African region. This fluidity was due to endogenous and exogenous reasons that occurred in both Atlantic regions and which complemented the interest of the merchants involved in this process. This research is based on the argument that cassava flour had a prominent economic position in the Atlantic markets, especially in the context of the trade of enslaved Africans who were the main workforce that sustained the Brazilian economy during the 19th century.

Keywords: Slavery. Cassava flour. Rio de Janeiro. Benguela.



Introdução¹

A diáspora africana tem sido um tema de grande relevância na historiografia brasileira produzida tanto por historiadores nativos quanto estrangeiros. Com a perspectiva de que a formação da sociedade brasileira não pode ser entendida sem uma forte consideração das relações que o Brasil manteve com a costa africana, muitos estudos têm acumulado informações sobre essa temática. Ao longo do período de colonização portuguesa no Brasil, calcula-se que, dos quase 12 milhões de africanos escravizados que foram levados para as Américas, 40% desse total foi desembarcado no Brasil. Além disso, os estudos mais recentes têm demonstrado que, indiscutivelmente, a grande maioria dos escravos africanos que foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro originava-se da região centro-ocidental da África, particularmente de Angola, procedentes de portos, cidades e lugares como Luanda, Cabinda, Cassange, Benguela, entre outros (FLORENTINO, 1997).

O comércio entre o Rio de Janeiro e Benguela demonstrou grande fluidez desde os tempos coloniais e ganhou um grande impulso durante o período compreendido entre 1790 e 1830. Durante esse período, é possível identificar que mais de 70% dos escravizados que entraram no Brasil através do porto carioca eram procedentes da região centro-africana. Essa fluidez se dava por razões endógenas e exógenas que ocorriam em ambas as regiões atlânticas, o que complementava o interesse dos mercadores envolvidos nesse processo. Durante o século XVIII e o início do século XIX, muitas transformações que ocorreram no Brasil fortaleceram a posição do Rio de Janeiro como cidade atlântica, o que aumentou exponencialmente a necessidade por mão de obra africana. Por outro lado, diferentes regiões do que hoje seria Angola também apresentavam interesse em mercadorias que eram produzidas no Brasil, principalmente o açúcar, o tabaco e a jeribita (ALENCASTRO, 2000).

Por muito tempo, os historiadores acreditavam que o tabaco era quase exclusivamente uma mercadoria produzida na Bahia e normalmente era enviada para outras regiões africanas, da mesma forma que as relações econômicas entre o Rio de Janeiro e os portos afro-centro-ocidentais eram baseadas em um açúcar de pouca qualidade. Apenas nas últimas décadas é que a produção historiográfica tem apontado para a maior diversidade econômica nessas relações, principalmente no que se refere à grande quantidade de cachaça (jeribita) produzida na capitania (depois, a província) do Rio de Janeiro, largamente utilizada nas

1. Este texto é o resultado da pesquisa “Escravidão, Farinha e Tráfico Atlântico: uma nova perspectiva para as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela”, apoiada pelo Programa de Apoio a Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional e o Ministério da Cultura (2010-2011). Eu gostaria de agradecer a Eliane Perez por ter me apoiado com as questões administrativas na FBN. Eu gostaria de agradecer a generosidade e a amizade de Mariana Cândido Pinho, Mariza Soares, Paul Lovejoy, Vanessa Oliveira e Carlos da Silva Junior.

negociações para a aquisição de escravizados entre mercadores fluminenses e angolanos.

Os laços bilaterais estão sendo cotidianamente redefinidos por intermédio das últimas pesquisas, revelando que as rotas atlânticas não tinham funcionamento simplista. Era comum encontrar grande número de escravizados procedentes da África Ocidental vivendo e trabalhando nas ruas do Rio de Janeiro. Da mesma forma, pesquisas recentes têm demonstrado que os angolas, embora não fossem maioria, eram encontrados em lugares como Maranhão, Bahia e Pernambuco, lugares que tradicionalmente ficaram conhecidos por suas conexões com o mundo nagô.

Entretanto, pesquisas e reflexões ainda mais recentes têm demonstrado que as relações que envolviam diferentes interesses no mundo atlântico eram muito mais complexas do que se poderia imaginar. As relações econômicas entre os diferentes mercados africanos estavam interligadas por redes comerciais que ultrapassavam fronteiras e promoviam constantes transformações em diversas sociedades, distintas entre si. Por isso, é possível aventar que as conexões históricas eram muito mais amplas do que se imaginava a até pouco tempo atrás. Essas pesquisas mais recentes têm ainda apontado para outra mercadoria brasileira, cuja produção, consumo e distribuição pelos mercados atlânticos estavam concentrados na cidade do Rio de Janeiro: a farinha de mandioca (DEMÉTRIO, 2008; SOARES, 2008; SOARES, 2009; BEZERRA, 2010; BEZERRA, 2011).

Mariza Soares tem argumentado que a farinha de mandioca foi menosprezada pela historiografia e pelos proprietários de terras do período colonial. Ao analisar as pranchas de Frans Post durante o século XVII, a autora estabeleceu uma distinção iconográfica entre os engenhos de açúcar e as chamadas casas de farinha. Por meio desse exercício iconográfico, foi possível perceber que a farinha de mandioca já tinha uma importante função no conjunto das atividades econômicas do nordeste açucareiro até então conhecido. Naquela sociedade em que a distinção e a hierarquia estabeleciam os parâmetros para as relações sociais, os plantadores de mandioca eram relegados ao segundo plano. Mesmo sabendo disso, ainda há poucas inserções de estudiosos da economia colonial voltados para essa questão (SOARES, 2008, p. 14).

Em outra ocasião, Mariza Soares afirma que a farinha de mandioca normalmente foi listada como mantimento ou alimento, mas que essa mercadoria acompanhou toda a expansão marítima portuguesa entre o Atlântico e o Oriente. Segundo a autora, “assim como existe hierarquias entre os homens, existe hierarquia entre produtos” (SOARES, 2009, p. 215). Eu penso que é muito interessante estabelecer um diálogo entre as ideias de Mariza Soares e Roquinaldo Ferreira, uma vez que esse último afirma sobre a inserção dos tecidos da Índia nos mercados africanos, particularmente em Angola, mesma região que Mariza Soares enfatiza quando faz uma reflexão sobre a farinha de

mandioca nas redes comerciais da África. Por meio do trabalho de Roquinaldo Ferreira, é possível perceber uma análise alternativa que argumenta sobre a posição dos investidores brasileiros no uso dos tecidos indianos para obter sucesso em certo nicho comercial de Angola. Para o autor, o acesso aos tecidos indianos pelo mercado atlântico se deu mediante um comércio intracolonial que gozava de certa autonomia em relação à Metrópole (FERREIRA, 2003).

Assim como Ferreira, Mariza Soares também vê certa autonomia dos mercados atlânticos em relação a Portugal. Nesse sentido, os autores não descartam a influência de Lisboa sobre os mercados do Império português; por meio de suas ideias; é possível, contudo, perceber que as demandas dos mercados africanos também influenciavam a dinâmica econômica que se processava através do Atlântico. Nas palavras de Soares, é possível constatar essa lógica:

É sobre o período no qual Portugal tem açúcar, tabaco e sal para oferecer que vou me deter, mostrando que nesse período, além dos produtos citados, o vinho (de qualidade inferior aos produzidos no século XVIII), os panos baratos produzidos em diferentes partes do Império, a cachaça e a farinha do Brasil ocupam um lugar importante no consumo da população do ultramar. (SOARES, 2009, p. 217).

Ao acompanhar o raciocínio da autora, é possível perceber que a farinha de mandioca tinha um lugar de importância nos mercados atlânticos desde o século XVII. Esse trabalho tem por objetivo demonstrar que essa importância ganhou maior proporção durante os séculos XVIII e XIX, considerando que a farinha de mandioca se tornou uma das mercadorias que tinha lugar no valioso mercado atlântico, cujas funções incluíam a sua comercialização nas complexas atividades econômicas protagonizadas pelo tráfico africano de escravizados.

Ainda considerando a virada do século XVII para o XVIII, Denise Demétrio buscou hipóteses explicativas para a larga produção de farinha de mandioca nos engenhos do recôncavo da Guanabara entre 1686 e 1722. Durante esse período, as atividades voltadas para o processamento da farinha de mandioca ganharam algum destaque em relação aos engenhos de açúcar, haja vista que essa primeira atividade representava menores custos, o que se encaixava na realidade e nas necessidades dos senhores que se instalaram na região durante esse período. A autora demonstra, portanto, que havia relação estreita entre o tráfico de escravos e a produção e comércio de farinha de mandioca, uma vez que essas atividades tinham flutuações correspondentes nos dados por ela analisados (DEMÉTRIO, 2008).

Segundo Maurício de Abreu, em 1582 a cidade do Rio de Janeiro vivia uma realidade de penúria, pois todos os habitantes, incluindo o governador Salvador Corrêa, eram muito pobres. Conquanto, em 1584 constatou-se que a capitania vivia um repentino progresso, uma vez que a riqueza da terra era visível, contando com 3 engenhos e mais de 150 vizinhos. O interessante é

que Abreu identifica que, entre esses três engenhos, dois estavam localizados no recôncavo da Guanabara:

Não errou, entretanto, quando disse que já havia três engenhos na capitania. Eram eles os de Salvador Correia de Sá, situado na ilha que mais tarde seria “do Governador”, o de Cristóvão de Barros, localizado ao fundo da baía, junto ao rio Iriri, e um terceiro levantado por Gaspar Sardinha no interior da sesmaria jesuítica de Iguaçu e, já naquela ocasião, transferido a Paulo Dias de Novais, governador de Angola, e seus sócios. (ABREU, 2011, p. 19-20).

A memória histórica da Baixada Fluminense guarda um lugar de destaque para Cristóvão de Barros, como um dos fundadores da freguesia que deu origem ao atual município de Magé. Da mesma forma, Gaspar Sardinha é reconhecido como o doador das terras onde foram construídas as primeiras edificações que deram origem à igreja sede da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Sobre a família Correia de Sá, muitos trabalhos têm demonstrado sua participação nas atividades produtivas do recôncavo do Rio de Janeiro ao longo dos séculos XVII e XVIII. As palavras de Maurício de Abreu, contudo, demonstram as conexões das freguesias fluminenses com os interesses do além-mar, particularmente Angola, uma vez que um governador de Angola mantinha conexões produtivas e comerciais com os ainda raros engenhos do recôncavo.

Segundo Abreu, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro era acompanhado por um crescimento demográfico latente. Em 1610, o Rio de Janeiro contava com mais de 2 mil habitantes. Nas palavras dos relatos encontrados por Abreu, nessa época, o Rio de Janeiro já era uma cidade que a cada dia se tornava mais rica. Ao buscar as palavras de Cristóvão Ambrósio Brandão, no entanto, lemos que “as naus que navegavam do reino para Angola, (que no Rio) carregam de farinha da terra, de que abunda toda esta capitania em grande quantidade, e dali a levam para Angola, onde se vende por subido preço” (ABREU, 2011, p. 30).

O século XVII conheceu o desenvolvimento do tráfico de escravos entre o Brasil e a África. As conexões atlânticas do império português conheciam suas perspectivas mais diversas e complexas. Não era apenas o comércio de escravos africanos, contudo, que se desenvolvia nesse período, mas também as culturas que lhe serviam como moeda de troca; entre elas, a mandioca. É ainda importante destacar que isso não significou a ausência das atividades açucareiras; pelo contrário, já que durante esse período houve um súbito crescimento da quantidade dos engenhos canavieiros no recôncavo. É, portanto, importante destacar que a farinha de mandioca não substituiu o açúcar e que ambas as atividades conviveram paralelamente, cada qual ocupando importantes funções econômicas nas atividades colonizadoras da cidade do Rio de Janeiro e do seu recôncavo (ABREU, 2011, p. 31).

A importância da farinha de mandioca como destacada atividade econômica do Rio de Janeiro e suas conexões com o mercado africano também foi citada por Luís Felipe de Alencastro.

Navios de Lisboa embarcam mandioca no Brasil, em geral no Rio de Janeiro, antes de rumar para os portos africanos. Exportando a produção fluminense e vicentina, a baía de Guanabara enviava cerca de 680 toneladas anuais de mandioca para Angola na primeira década do século XVII. Entregue do outro lado do mar – numa conjuntura em que os assentistas deportavam um número crescente de escravos e aumentavam o consumo de gêneros alimentícios em Luanda –, a farinha de mandioca brasileira valia quatro vezes mais. (ALENCASTRO, 2000, p. 251).

Para Alencastro, as exportações de mandioca contribuíram decisivamente para o desencravamento do Rio de Janeiro em direção à economia atlântica. A farinha de mandioca diminuía o custo da produção e liberava capitais para outros investimentos: a compra de africanos. A mandioca constituía importante fonte de alimentação dos marinheiros e dos escravos, o que barateava os custos do frete entre Brasil e os portos africanos. É possível perceber, portanto, que a questão da farinha de mandioca foi tangenciada pelos historiadores que se debruçaram sobre o Brasil do século XVII. Desta forma, essas informações são importantes indícios para uma investigação sobre a importância da farinha de mandioca durante os séculos posteriores, quando o tráfico de escravos ganhou vulto, o que levou mercadorias que serviam como mantimentos a figurarem no centro das atividades comerciais do Atlântico.

No final do século XVIII e início do século XIX, a produção e o comércio de farinha de mandioca eram as principais atividades praticadas no recôncavo da Guanabara. Em quase todas as propriedades agrícolas das freguesias do recôncavo, praticava-se o processamento da farinha de mandioca. Em algumas propriedades isso se dava apenas para o consumo, mas em outras fazendas havia grandes casas de farinha, onde essa mercadoria era produzida com vista para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e para o comércio nos mercados atlânticos (BEZERRA, 2010; BEZERRA, 2011).

Rio de Janeiro e Benguela: histórias conectadas

No dia 3 de agosto de 1821, o periódico *Diário do Rio de Janeiro* anunciava diferentes produtos colocados à venda. O senhor Tomás Pereira de Castro Viana “faz público sua casa de negócios”, situada na rua Direita, 98, oferecendo “fazendas de Benguela” e cabos de carro, tudo de excelente qualidade e a preços módicos. É interessante notar que, na mesma página, é possível encontrar o anúncio de venda do Bergantim Saudade do Sul, que seria oferecido em praça

e porta D'Alfândega entre os dias 6 e 11. O detalhe era que aquela embarcação era “forrada de cobre, própria para o tráfico de escravos”. Havia ainda anúncios para a venda de “arreios de carruagens feitos com metal da Índia”, de “selas inglesas que sirvam de montaria para senhores”, além de “caixas para tabaco manufaturadas em Lisboa” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 3 ago. 1821).

A leitura desse periódico oitocentista também oferece uma série de anúncios sobre a compra, a venda e o aluguel de escravos africanos. Por exemplo, mais ou menos um mês antes dos anúncios descritos, publicou-se que “quem pretendia comprar um preto remador de nação Benguela” deveria procurar Felizardo José da Malta na portaria da Controladoria da Marinha (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 6 jul. 1821).

As informações descritas nos colocam diante de uma perspectiva atlântica para a cidade do Rio de Janeiro. Desde o século XVIII, o Rio de Janeiro havia se tornado a principal cidade atlântica do Império português. No início do século XIX, essa posição se consolidou com a transferência da corte portuguesa, o que transformou a capital carioca em todas as suas dimensões. Eu gostaria, entretanto, de chamar a atenção para um “cosmopolitismo atlântico” das informações registradas no *Diário do Rio de Janeiro*. O Rio de Janeiro foi uma cidade escravista – mais do que isso, foi a principal porta de entrada de escravizados africanos no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, ocupou o importante papel de distribuição de africanos para todo o centro-sul do Brasil. A dinâmica atlântica do Rio de Janeiro, no entanto, não se resumia ao comércio de escravizados. Em um dia qualquer do ano de 1821, além destes, anunciava-se mercadorias de diferentes lugares do mundo atlântico ou de outros lugares diretamente ligados a ele. Assim, é possível perceber que o tráfico atlântico de escravizados africanos era a pedra angular de um comércio que tinha muitas outras pequenas pedras necessárias para o seu pleno funcionamento.

As informações do *Diário do Rio de Janeiro* representam o que Sanjay Subrahmanyam chamou de uma perspectiva das “histórias conectadas” (SUBRAHMANYAM, 1997, p. 735-762). Ao estudar a formação da época moderna, esse historiador comparou seis países distintos: Burma, Sião, Vietnã, França, Rússia e Japão, considerando paralelos entre as experiências e trajetórias desses países, as relações entre o interior de cada país (levando-se em conta as tradições culturais e que contribuem para a formação das identidades específicas) e o litoral, que serve como lugar de “conexão” entre essas identidades e novos signos, e contribuem para uma constante transformação. Essas ideias colaboram para uma reflexão teórica que se contrapõe ao modelo eurocêntrico da história, e demonstra a importância de cada cultura na formação da sociedade moderna, sobretudo porque nenhuma sociedade foi apenas influenciada, nem servia apenas como receptáculo para todas as tradições culturais europeias que eram impostas ou inculcadas quotidianamente. Além disso, por meio destas perspectivas é possível reinventar as interpretações geográficas globais,

considerando as transformações que se davam por meio das suas histórias conectadas (SUBRAHMANYAM, 1997).

Todas as histórias estão conectadas (LARA, 2005). Já não é possível conceber qualquer construção historiográfica sem esta consideração. Modelos tradicionais, considerados paradigmas inexoráveis, vêm sendo sistematicamente redefinidos por meio de estudos baseados em problematizações que, até recentemente, eram ignoradas por estudiosos das ciências humanas e sociais como a história. Um exemplo desse rompimento é o trabalho de John Thornton acerca da história atlântica. O autor examina a participação de agentes sociais marginalizados na formação social, econômica e cultural do Atlântico, e contribui para a revisão dos desequilíbrios historiográficos construídos por abordagens que exacerbaram as perspectivas eurocêntricas para o Atlântico. Assim, é possível construir um novo lugar para os africanos na história da África e das Américas, dando a eles um papel de maior destaque do que aquele que usualmente lhes é destinado. Para Thornton, os africanos tinham efetiva participação nas transformações que ocorriam na sociedade em que viviam, pois estavam conectados desde o seu interior até o litoral por meio das muitas possibilidades de interação a que tinham acesso através do complexo atlântico (THORNTON, 2004).

No dia 13 de outubro de 1811, o mestre Francisco José Martins desatracou o bergantim Mercúrio do porto do Rio de Janeiro em direção ao sul de Angola, mais precisamente Benguela. Essa era uma prática cotidiana no porto carioca. A cada ano, milhares de embarcações deixavam o litoral brasileiro em direção às costas africanas. Não seria nenhuma novidade afirmar que, assim como os outros milhares de bergantins, galeras, barcas, entre outros tipos de embarcações zarpavam para a África em busca de lucrativos negócios que envolviam o comércio transatlântico de escravizados africanos.

Também já não é mais novidade que muitas mercadorias brasileiras encontravam certo sucesso na sua distribuição em diferentes mercados africanos. Esse era o caso da aguardente (também chamada de jeribita) e do tabaco. Como não poderia ser diferente, o bergantim Mercúrio partia do Rio de Janeiro em direção a Benguela carregado de aguardente e fumo. Além dessas já exploradas mercadorias, naquele bergantim também havia grande quantidade de mantimentos (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16. out. 1811). Em princípio, os mantimentos seriam para alimentar a tripulação daquela embarcação. Eu gostaria, contudo, de debater sobre a importância dos mantimentos como mercadorias atlânticas, sobretudo a farinha de mandioca: largamente produzida no Brasil, particularmente no recôncavo do Rio de Janeiro, e igualmente consumida na África Centro-Occidental desde o século XVII, seu comércio ganhou vulto durante os séculos subsequentes. Penso que há negligência historiográfica no que se refere às relações que se travaram entre o continente africano e o Rio de Janeiro.

As conexões atlânticas entre o Rio de Janeiro e o sul de Angola, mais precisamente Benguela, têm sido recorrentemente afirmadas por meio dos diferentes estudos sobre o tráfico atlântico e a diáspora africana no Rio de Janeiro. Segundo Mary Karasch, Benguela era um dos demais principais portos de embarque de africanos para o Rio de Janeiro. Durante parte do século XIX, “os benguelas tinham inundado a cidade e se tornado uma de suas maiores nações. O nome vinha do porto de Benguela, centro de tráfico de escravos mais importante do Sul de Angola” (KARASCH, 2000, p. 57). Manolo Florentino atribuiu à África Central Atlântica como “a principal exportadora de homens para o Rio (o volume de negreiros provenientes desta região triplicou em termos absolutos depois de 1811)” (FLORENTINO, 1997, p. 79). Ao analisar as identidades africanas no Rio de Janeiro durante o século XIX, Flávio Gomes incluiu os benguelas entre os “grandes grupos de procedência”, incluindo esses africanos entre os mais numerosos da cidade e de seus arredores (GOMES *et al.*, 2005, p. 35-49).

O comandante do bergantim Mercúrio estava longe de ser original. As suas atividades já tinham uma longa tradição que conectava o Rio de Janeiro a diferentes regiões da África; entre elas, Benguela. O anúncio de 1811, entretanto, oferece uma informação que foi ignorada pela historiografia: na arqueação do bergantim havia mantimentos; entre eles, a farinha de mandioca (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16 out. 1811). Há recorrência em estudos sobre os africanos importados para o Rio de Janeiro; conquanto, poucos sabem que, além de escravos, outras mercadorias eram trazidas da África para o Brasil. Da mesma sorte, ainda é necessário investigação mais sistemática sobre as mercadorias brasileiras que abasteciam os mercados africanos, além das já conhecidas: tabaco, jeribita etc. Eu gostaria de chamar a atenção para a farinha de mandioca, objeto principal deste trabalho. A intenção é oferecer um novo olhar para antigas questões sobre as conexões atlânticas entre o Rio de Janeiro e Benguela.

Benguela era um dos mais importantes portos transatlânticos. Fundada em 1617 entre os rios Katumbela e Kapondo, Benguela foi sempre parada das rotas portuguesas para reparo de embarcações e suprimentos (água, em especial), mesmo antes de se tornar um importante porto exportador de escravizados. Somente Ajudá (Ouidah), Luanda e Bonny superaram Benguela no cômputo geral da exportação de escravizados para as Américas (CANDIDO, 2006).

Mariana Candido explorou os pontos de ligação entre o comércio escravo, o movimento das fronteiras e a formação da identidade em Benguela. Procurou, assim, analisar os impactos do comércio atlântico de escravos na região, procurando perceber: as estreitas relações que se davam entre os luso-africanos e os crioulos escravistas no processo de disponibilizar escravizados para as demandas atlânticas; a reconfiguração social implicada por essas relações; bem como os impactos do comércio atlântico de escravos na sociedade de Benguela. Mariana Candido também destaca as relações comerciais entre o litoral e o interior do

sudeste de Angola, e identifica o sal, a jeribita, os tecidos asiáticos, entre outras mercadorias como as preferidas nos mercados africanos para a aquisição de escravizados (CANDIDO, 2006).

Benguela ganhou dimensões mais precisas dentro dos interesses do Império quando foi tornada referência para a ocupação portuguesa ao sul do rio Kwanza. É uma região de diferentes reinos rivais, e tornou-se um lugar de grande quantidade de escravizados que passaram a ser adquiridos em feiras e repassados para comerciantes fluminenses. Não há dúvida de que Benguela era uma das principais fontes de escravizados enviados para o Brasil, sobretudo para o sudeste brasileiro. Segundo Joseph Miller, os brasileiros começaram a exportar escravizados de Angola em grande escala a partir de 1710. Até 1730, o aumento foi de cerca de 2 mil escravizados por ano, chegando a um pico de 8 ou 9 mil por volta de 1784-1795 (MILLER, 1999, p. 63; SILVA, 1999, p. 127). São razões que, sem dúvida, podem explicar uma relação tão estreita: a necessidade de escravizados para serem empregados nos mais variados setores da economia brasileira; as correntes marítimas e a proximidade geográfica com o porto carioca; a disponibilidade de escravizados nas feiras e mercados ao sul do rio Kwanza; e o interesse por determinadas mercadorias de origem fluminense.

De acordo com Mariana Candido, os comerciantes brasileiros dominaram o comércio de escravizados e de outras mercadorias em Benguela. Muitas embarcações brasileiras tinham um lugar cotidiano no porto de Benguela, o que resultou num fluxo intenso entre o Brasil e aquela região centro-africana. As mercadorias e os interesses de comerciantes brasileiros estimulavam os empreendimentos de sertanejos e pombeiros que organizavam caravanas em direção ao interior da África Central, onde muitos escravizados eram adquiridos, entre outros lugares, nas feiras. Destas mesmas feiras vinha a maioria dos escravizados vendidos em Benguela e que acabariam tendo como destino os portos brasileiros (CANDIDO, 2006, p. 126-131).

Sobre o desenvolvimento do comércio em Angola – Luanda e Benguela –, Mariza de Carvalho Soares afirma que, desde o período colonial, “a farinha de pau” do Brasil era comercializada cotidianamente naqueles mercados. O comércio de farinha convivia com o comércio de cachaça, o que favorecia uma complexa rede de serviços:

Assim é que a farinha – chamada “de pau” em Portugal e da “terra” no Brasil – é produzida nas capitanias do norte e “também” no Rio de Janeiro, de onde vai para Angola, por “subido preço”. Portanto, já na segunda metade do século XVII, pelo menos um ano após a fundação de Benguela e, provavelmente antes disso, já existe um comércio regular de farinha entre o Rio e Angola. Assim sendo, Benguela cresce não apenas por conta do comércio de escravos em troca de cachaça do Brasil, mas também certamente da farinha que alimenta não só os escravos em sua longa jornada,

mas sustenta o deslocamento de toda a rede de serviços envolvida no comércio de escravos. (SOARES, 2009, p. 224).

Em 1812, Benguela tinha uma posição consolidada entre os portos de embarque de escravizados para as Américas. Os marinheiros africanos em Benguela gozavam de boa reputação como “os trabalhadores com melhor experiência nas viagens que transportavam escravos pelo Atlântico” (CANDIDO, 2010, p. 395-409). Em 1777, o capitão Felix José da Costa recebeu instruções da Junta Real do Comércio para contratar homens de Benguela para o prosseguimento de sua viagem, inclusive para que fossem empregados na função de enfermeiros também.

Desde o fim do século XVIII, Benguela passava por uma séria crise de abastecimento de mantimentos. Essa situação levou as autoridades locais a apelar para as autoridades reinóis sobre a necessidade de garantir os mantimentos do Rio de Janeiro para abastecer aquela região.

A falta de farinha de mandioca, feijão e milho nesta cidade é já considerável e vai aumentando por falta de embarcações do Rio de Janeiro e de chuva. Por sua misericórdia, nos queira socorrer”. Benguela, 16 de fevereiro de 1799. Ilmo Exmo Sr. Miguel Antonio de Melo, de Angola. Alexandre José Botelho de Vasconcellos (Governador de Benguela). (ARQUIVO NACIONAL DE ANGOLA, Folio 77, Cod. 42. Benguela, 16 de fevereiro de 1799).²

Há um princípio das relações econômicas nas informações apresentadas na documentação anterior. Na virada do século, em Benguela, havia uma grande demanda de uma específica mercadoria abundante no Rio de Janeiro: a farinha de mandioca. Em contrapartida, Benguela foi um grande fornecedor de escravizados para o Rio de Janeiro. Assim, é possível sugerir que os mantimentos que faziam parte da arqueação do bergantim Mercúrio, em 1811, não eram apenas para a alimentação da tripulação. O texto da carta dos governantes de Benguela demonstra que o pedido de socorro não era por novidades, mas por mercadorias costumeiras e de uso cotidiano que lhes faltavam por motivo não identificado.

Não por coincidência, em janeiro de 1800, Diogo Ignácio de Pina Manique, representante da Coroa Portuguesa, escreveu uma carta para Rodrigo de Souza Coutinho, pedindo-lhe o “incentivo da lavoura de mandioca para que se possa enviar para o reino alguma farinha” (PINA MANIQUE, 1800). Em fevereiro do mesmo ano, Rodrigo de Souza Coutinho expediu aviso a Francisco da Cunha e Menezes mandando “auxiliar a cultura de mandioca e o fabrico de sua farinha, vulgarmente chamada de pau” (COUTINHO, 7 nov. 1800).

2. Agradeço a Mariana Candido por essa referência.

Ao que parece, ao longo do século XIX, a farinha de mandioca foi um importante mantimento para o abastecimento do Rio de Janeiro e de exportação para as regiões atlânticas com que se mantinha alguma conexão. Em 1864, foi elaborada uma planta detalhada para “a construção de um engenho central para a fabricação de açúcar e de farinha de mandioca na Fazenda Santa Cruz” (PLAN, 10 dez. 1864). Não seria excessivo lembrar que a Fazenda Santa Cruz foi fundada no século XVII. Desde aquela época, sempre houve larga produção de farinha de mandioca produzida em seus quadros. Denise Vieira Demétrio demonstrou as íntimas relações dessa produção com o comércio atlântico de escravos que já havia no Rio de Janeiro desde a época seiscentista (DEMÉTRIO, 2008).

Ao longo do processo de colonização da cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, a farinha de mandioca figurou como uma importante mercadoria de abastecimento interno. Ao que parece, essa é uma afirmativa que sustenta consenso entre os historiadores fluminenses. É possível afirmar, entretanto, que a farinha de mandioca também atravessou o Atlântico, seja como principal fonte de alimento para as tripulações dos navios, seja para atender às necessidades de abastecimento de outras regiões do Império português, como foi o caso de Benguela.

Benguela era uma das principais fornecedoras de mão de obra escrava para o Rio de Janeiro. Entre as pequenas propriedades e as pequenas escravarias das freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro, predominavam os escravizados oriundos de Benguela. Essas pequenas propriedades e seus escravos produziam majoritariamente a farinha de mandioca, entre outros mantimentos. Por outro lado, a colônia portuguesa do sul de Angola reclamava a intervenção lusitana para garantir o abastecimento de mantimentos que saíam do porto do Rio de Janeiro. Assim, é possível relacionar a farinha de mandioca do recôncavo da Guanabara e o tráfico de escravos, considerando uma nova perspectiva para se pensar as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela.

O recôncavo do Rio de Janeiro: lugar de produção da farinha de mandioca

A presença portuguesa nas freguesias do recôncavo da Guanabara data desde o fim do século XVI, quando o Império português em parceria com a Igreja Católica promoveu a ocupação do entorno da baía, assegurando a soberania portuguesa no Rio de Janeiro. A ocupação se iniciou por meio da distribuição de sesmarias, da construção de capelas, criação de paróquias e freguesias, e da montagem de engenhos e fazendas, conjugando o poder eclesiástico e a exploração econômica.

Ao analisar os relatos das visitas pastorais de monsenhor Pizarro, é possível encontrar informações por ele recolhidas no século XVIII sobre essas terras situadas nos arredores da baía nos séculos XVI e XVII. O autor fala da criação de diversas freguesias, como São João de Trairaponga (1647), Santo Antônio da Jacutinga (1657), Nossa Senhora da Piedade de Magé (1657), São Nicolau do Suruí (1683), Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim (1696), Nossa Senhora do Pilar (1717), Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (1722), Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1737), Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu (1759) (PIZARRO; ARAÚJO, 1945). As freguesias foram as primeiras instituições administrativas do Estado português por meio da reinvenção dos quadros da Igreja Católica. A necessidade de se ocupar o espaço, da extensão de um braço administrativo por intermédio do controle eclesiástico parece uma conjugação que permitiram os alicerces de uma ação colonizadora secular.

É já nesses primeiros tempos que a historiografia regionalista vai buscar a construção de uma identidade regional que justifique tal abordagem. Leonardo Aguiar Rocha Pinto afirma:

A fragmentação das imensas freguesias seiscentistas possibilitou uma relativa proximidade do colono com sua matriz, então projetava sua sombra sobre todos os aspectos da vida humana. A presença ostensiva da Igreja e as relações de compadrio que se desenvolviam no seu interior e ao seu redor contribuíam para desenvolver no colono uma identidade regional. (PINTO, 2007, p. 11-12).

Ao contrário desta perspectiva, reforço aqui os estreitos laços entre o recôncavo e a cidade, seja por meio da presença da Igreja, seja pelos vínculos comerciais, ou pelo parentesco das famílias aí instaladas com outros ramos familiares residentes na cidade. O processo de colonização portuguesa no recôncavo da Guanabara foi sustentado por uma articulação administrativa que se baseava no controle da população que se formava por meio da base religiosa.

Os livros eclesiásticos eram a base documental para o controle da população por meio dos registros de batismos, casamentos, óbitos e testamentos, entre outros. Além da burocracia religiosa que se confundia com a vida leiga, as missas também eram as principais referências culturais originadas da Europa que influenciavam a vida cotidiana. As missas, procissões, funerais e outras cerimônias religiosas nem sempre eram apenas atos de devoção, mas também espaços para o exercício da sociabilidade. Também não se pode deixar de se considerar as irmandades religiosas onde homens livres e escravos se concentraram e se organizaram para diversos fins (REIS, 1995; SOARES, 2004). Portanto, a ocupação colonial portuguesa era legitimada pela Igreja Católica e as freguesias guardavam uma importante representatividade entre os colonos europeus, nativos e escravos africanos.

Essa ocupação colonial também obedeceu à disposição natural da hidrografia da região, cujas cheias caracterizavam os constantes alagadiços e brejos que precisavam ser vencidos pelos primeiros agentes da colonização portuguesa na região. Desta forma, as vias fluviais eram importantes referências para os centros de ocupação colonial, marcada por uma economia rural e pela administração eclesiástica através da formação de freguesias. Os rios também compensavam a capacidade reduzida da produtividade agrícola, graças às terras alagadiças e da facilidade do escoamento das mercadorias pelos portos fluviais que foram estabelecidos. Durante este período, os rios Iguaçu, Sarapuí, Pilar, Inhomirim, Suruí, Saracuruna, entre outros, além de vias de transporte, também foram os marcos naturais para a delimitação das propriedades e freguesias fundadas na região.

Segundo as memórias do monsenhor Pizarro, ao longo dos rios que cortavam as freguesias de Iguaçu, Inhomirim, Jacutinga, Marapicu, Meriti e Pilar, havia no total 37 portos fluviais, o que indica a importância da conjugação do escoamento da produção agrícola com a circulação de pessoas (ARAÚJO, 1945). Pode-se, assim, perceber a função estratégica que a eles foi emprestada, pois eram vitais do ponto de vista econômico e para o escoamento de mercadorias, bem como do ponto de vista social, pois por meio deles circulavam pessoas, informações, tradições culturais, expressões artísticas etc. Estas perspectivas remetem às reflexões de Joseph Miller, que afirmou que a travessia do Atlântico não era apenas de mão de obra, mas que o tráfico de escravizados também propiciava o deslocamento de tradições culturais, hábitos e costumes que foram ressignificados na América (MILLER, 1988).

De acordo com as primeiras aferições sobre a produção realizadas no século XVIII, comparadas ao recôncavo baiano, as freguesias do recôncavo da Guanabara concentravam pequenas e médias propriedades, com modesta produção de açúcar e aguardente, mas com uma expressiva produção de alimentos. Além disso, o número de escravizados empregados em cada propriedade também era pequeno, salvo a exceção dos 200 escravizados do Morgadio dos Ramos, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Marapicu (LAVRADIO, 1913, p. 327-328).

QUADRO 1 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS FREGUESIAS DO RECÔNCIVO DO RIO DE JANEIRO (1769-1779)

Mercadorias	Quantidade	Unidade de medida
Açúcar	464	Caixas
Aguardente	257	Pipas
Farinha	45.920	Sacos
Arroz	20.990	Sacos

Mercadorias	Quantidade	Unidade de medida
Feijão	1.560	Sacos
Milho	1.315	Sacos

Fonte: relatório do marquês do Lavradio ao vice-rei Luís de Vasconcelos (1769-1779). *RIHGB*. Tomo 76, 1913, p. 327-328.

O quadro 1 revela que, no final do século XVIII, predominava a produção de alimentos no recôncavo do Rio de Janeiro. Enquanto o relatório pesquisado registrava uma tímida produção de açúcar (464 caixas) e aguardente (257 pipas), havia uma produção anual de 69.785 sacos de mantimentos; destaca-se que, dessa produção, 65,8% era de farinha de mandioca. Entre esses alimentos, ainda é preciso destacar que a farinha de mandioca, assim como o açúcar, era um produto resultado de um processamento realizado em engenhos. Desta forma, é possível afirmar que nesse período o recôncavo da Guanabara era sustentado pela produção de alimentos, sobretudo a farinha de mandioca, que assegurava a inserção da região nos quadros da economia atlântica por meio de uma conjugação com o tráfico africano de escravizados.

No dia 7 de março de 1797, na freguesia de Nossa Senhora de Iguaçu, Gracia Maria, preta forra, natural da Guiné e viúva de Manoel Torres, foi sepultada em uma cova do cemitério da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, onde era irmã. Ela foi amortalhada com o hábito de Santo Antônio, de acordo com o seu desejo expresso no testamento. Naquele documento, a falecida demonstrava suas preocupações com a sua vida após a morte, tanto nas diferentes missas encomendadas para o bem-estar de sua alma quanto na sua reputação e na memória que as pessoas de sua comunidade teriam sobre ela. Por exemplo, afirmava estar em dia com as anuidades que deveriam ser pagas à Irmandade e, portanto, desejava ser acompanhada por seus irmãos até a finalização de seu sepultamento.

Entre os bens da africana forra, estavam dois escravizados: Antônio Angola e Lucrécia Angola. Além disso, ela também registrava “uma casa de farinha com todos os seus pertences, como um tacho velho, um caixão para farinha, duas caixas, quatro enxadas, dois machados, meio alqueire e quarta (?), umas taboas de caixeta, uma espingarda, um facão, um eixo (?), um banco, e as mandiocas, e as roças que se acharem pode desfrutar por minha morte” (ARQUIVO DA CURIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 1777-1798).

Prosseguindo no testamento, a vontade da falecida era de que tudo fosse vendido para que houvesse recursos para cumprir suas vontades. Entretanto, na mesma parte do testamento, definia-se que a escravizada Lucrécia e o escravizado Antônio continuariam trabalhando no sítio de sua propriedade sob a autoridade do testamenteiro. Eles poderiam desfrutar de tudo que eles conseguissem produzir ao longo de um ano.

No final daquele período, Antônio Angola deveria ser vendido para a pessoa que melhor pagasse por ele, desde que estivesse a contento do próprio escravo. No caso de Lucrécia, a falecida senhora determinava que ela trabalhasse mais um ano e meio no sítio, de forma que ela pudesse acumular 38 mil e 400 réis, quantia que deveria ser entregue ao testamenteiro em troca da carta de liberdade. Essas condições eram justificadas pelos bons serviços que Lucrécia havia oferecido a Gracia Maria quando esta ainda era viva. Após diferentes outras recomendações, entre elas o pagamento e o recebimento de dívidas sempre com pretos forros (o documento indica uma extensa rede de sociabilidade e negócios que será analisada em outra oportunidade), a falecida declarou que, após o ano de trabalho de Antônio e Lucrécia, o sítio e a casa de farinha deveriam ser entregues ao preto forro João Gomes da Conceição, seu antigo escravizado, morador da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o testamento se encerra com a partilha dos objetos pessoais da falecida, como brincos de ouro, saias etc.

O testamento da africana forra Gracia Maria revela uma série de questões que precisam ser consideradas antes de prosseguirmos. Ela declara-se procedente da Guiné, algo de significado complexo até o século XVIII, uma vez que muitos dos africanos que trabalhavam no Rio de Janeiro eram identificados dessa forma. O problema é que a Guiné representava um conjunto de portos, etnias e localidades abrigadas em um mesmo grupo identitário. Para Mariza Soares, essa identificação estava relacionada aos escravizados procedentes da Costa da Mina por meio da referência do Castelo de São Jorge da Mina, construído em 1486:

Com a construção do castelo, que encanta a todos que o veem, a Costa da Mina consolida uma identidade própria dentro do complicado complexo de portos, grupos étnicos, contratos e rotas marítimas que, já então, compõem a Guiné. (SOARES, 2001, p. 47).

No mesmo trabalho, é possível encontrar a importância das irmandades como espaço de identidade e de sociabilidade para os africanos procedentes da Costa da Mina. Embora aqui se trate da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em detrimento de São Elesbão e Santa Efigênia, analisada por Soares, o fato é que a negra forra demonstra as mesmas preocupações daqueles africanos libertos que tinham nas confrarias uma garantia dos cuidados com uma vida após a morte. Neste caso, também se justificava pelo fato de que Gracia Maria já era viúva e não tinha nenhuma descendência ou parentesco consanguíneo. Assim, seus confrades do Rosário de fato seriam sua rede identitária de primeira ordem. Sobre essas relações, Soares afirma:

Cada leitura me trazia novas questões e um incontrolável desejo de saber sobre aquele grupo de africanos, muito deles alforriados, todos convertidos ao catolicismo. E o mais intrigante, preocupados com sua salvação e a de seus parentes que permaneciam pagãos na África, a ponto de instituírem uma devoção às almas. (SOARES, 2001, p. 16).

Em vida, Gracia Maria mantinha dois escravizados que receberam destaque em seu testamento. Antônio Angola e Lucrécia Angola. Ela também tinha outros escravos, além de participar de uma rede de pessoas alforriadas, entre elas, alguns africanos a quem ela tinha alforriado. Entre os seus bens, a casa de farinha toda equipada, o sítio e as roças de mandioca ganham destaque, talvez por serem entre os bens declarados os que representavam uma atividade produtiva.

Não se sabe quais foram as estratégias que levaram Gracia Maria a obter sua alforria, já que ela se declara forra e viúva de uma pessoa que não recebe nenhuma classificação social. Contudo, é possível afirmar que Gracia Maria utilizou a produção e comércio de farinha de mandioca para manter e ampliar suas propriedades. Em seu testamento, fica claro que nele constavam o sítio, as roças e a casa de farinha como principal atividade que sustentava o seu *status* de africana alforriada bem-sucedida. Essa ideia fica ainda mais forte quando ela deixa o sítio, a casa de farinha e as roças para seus dois escravizados, Antônio e Lucrécia, de forma que eles pudessem trabalhar ao longo de um ano após a sua morte. No caso de Lucrécia, suas intenções ficam ainda mais explícitas, uma vez que aquela escravizada teria o direito de trabalhar mais um ano e meio na roça, com a finalidade de acumular dinheiro suficiente para custear sua alforria. Por último, os bens iriam definitivamente para João Gomes da Conceição, liberto que morava no Rio de Janeiro. Não sei quem era essa pessoa, além da informação de que este era um ex-escravizado de Gracia Maria. Essa é uma questão para outra ocasião.

No início deste texto, utilizei as referências de Mariza Soares para afirmar que, nas capitâneas do norte e no Rio de Janeiro, os donos de engenhos de açúcar eram “senhores de engenhos” enquanto os plantadores de mandioca eram donos de “casas de farinha”. Em trabalhos anteriores, contudo, eu tenho apontado para um caráter de confluência da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro, além de uma disposição identitária que envolvia indivíduos de diferentes regiões africanas que conviviam. A maioria das propriedades do recôncavo fluminense era de pequeno e médio porte e contava com escravarias que tinham, em média, 30 escravizados. Esse caráter propiciava uma relação de proximidade entre agentes de diferentes extratos sociais. Algumas vezes, essas proximidades se davam mesmo entre senhores e escravizados. Assim, um estudo sobre a escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro precisa considerar essas possibilidades (BEZERRA, 2008; BEZERRA, 2010; BEZERRA, 2011; SOARES; BEZERRA, 2011).

A cultura da farinha de mandioca, desprestigiada pela historiografia e pela sociedade colonial, quando analisada no recôncavo da Guanabara, representava um fator de mobilidade social, com a ascensão da condição de escravizado à condição de senhor. Além disso, no caso da senhora analisada, era a mandioca plantada em seu sítio e a farinha processada em seu pequeno engenho que garantia uma relação de respeito e comodidade perante a irmandade a que ela se filiava e também perante outros setores da sociedade escravista em que vivia.

A produção de farinha de mandioca não era apenas uma prerrogativa de escravizados libertos. Muitos senhores de Iguaçu mantinham redes de produção e comércio que giravam em torno da farinha de mandioca. Este era o caso de Alberto da Costa Pinheiro, cujo testamento foi registrado em 7 de junho de 1779. Ele era natural do Porto, era membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e foi sepultado com todos os sacramentos. Era casado com Ignácia da Costa, que havia falecido antes dele. Em seu testamento, o falecido senhor demonstrava ter uma rede de compadrio ao deixar “esmolas” para alguns afilhados e para a cunhada e comadre Joana de Brito, a quem deixou a “escrava negra Gracia”. Além disso, deixava mais dois outros escravizados, David e João, para a neta Izabel Felizarda. Também declarou que tinha outro escravizado crioulo chamado Alberto, a quem deixava forro. A sua preocupação com os escravizados passava pelo ritual católico, já que deixara encomendadas doze missas pelas almas deles. Além disso, declarava ter terras com 187 braças e meia de testada. Também possuía 8 escravizados de serviço e 3 pequenos, além de roças de mandioca (ARQUIVO DA CURIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU, 1777-1798).

Há duas questões que eu gostaria de assinalar por meio do testamento do português Alberto da Costa Pinheiro. Em primeiro lugar, chama a atenção a “escrava negra chamada Gracia”, que ele deixava para a sua cunhada e comadre. O documento analisado era o testamento de Gracia Maria da Conceição Magalhães, lavrado em 1797. Havia uma homônima na mesma freguesia, com uma diferença de 18 anos. No caso de considerarmos que fosse a mesma pessoa (o que não é impossível), pode-se perceber que os escravizados conseguiam negociar alforrias por meio de atividades que já praticavam com os seus antigos senhores, uma vez que, no testamento do referido português, há o registro de terras e roças de mandioca. Além disso, mesmo que fossem poucos escravizados, o senhor teve o cuidado de encomendar missas por suas almas, o que pode ser interpretado de muitas formas. Eu gostaria, entretanto, de insistir que, em pequenas escravarias, as relações humanas entre senhores e escravizados se davam assimetricamente, sobretudo em uma sociedade que se caracterizava por uma forte confluência de diferentes mundos do regime escravista.

José Pereira Pinto teve o seu testamento registrado em 9 de dezembro de 1787, também na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu. Como homem livre, ele foi sepultado com todos os sacramentos, encomendou diversas

missas de corpo presente e para as almas que estavam no purgatório. Ele também tinha uma rede de compadrio, demonstrada por meio das esmolas que deixara para seus afilhados. O seu testamento, entretanto, se destaca por dois gestos que envolviam a relação farinha e escravidão, de que estamos tratando nesse trabalho. Em primeiro lugar, ele deixava “todos os seus trastes de porta dentro, armário de madeira e roupas de uso pessoal para os escravos”. Em seguida, ele deixava “para os escravos toda a casa de farinha e seus pertences, inclusive toda ferramenta do serviço”.

Como no caso anterior, o último documento demonstra assimetria nas relações entre os senhores e os escravizados africanos, sobretudo quando se tratava da produção da farinha de mandioca. Talvez esse gesto possa ser explicado pela ausência de prestígio social projetada sobre os “senhores de casa de farinha” em comparação aos poderosos “senhores de engenho”, publicamente reconhecidos desde o período colonial. Após a morte, é possível que a produção de farinha fosse encarada como serviço de escravizados, ou mesmo como propriedade digna de escravizados libertos. Essas são questões que não podem ser completamente respondidas. É bem claro, contudo, que a farinha de mandioca era uma das principais atividades econômicas do recôncavo do Rio de Janeiro. A despeito da ausência de qualquer signo de prestígio social, essa atividade assegurava o sustento e a ampliação dos negócios senhoriais e muitas alforrias de africanos escravizados.

De acordo com a obra clássica de Stuart Schwartz, no recôncavo baiano predominava a produção de alimentos, bem como de açúcar, fumo e couro, exportados pelo porto de Salvador. Naquele recôncavo, havia uma hierarquia das culturas. As melhores terras eram reservadas para o plantio da cana-de-açúcar e do fumo. As terras mais ao sul do recôncavo baiano eram reservadas para uma agricultura de subsistência (SCHWARTZ, 1986). A questão apresentada pode ser examinada pela perspectiva das taxas de crescimento da importância da produção açucareira naquele lugar, que podem ser percebidas nas próprias palavras do autor:

Foi a produção de açúcar que deu à Bahia, e especialmente ao Recôncavo, sua razão de ser e que criou sua sociedade característica. Com início modesto no século XVI, a Bahia veio a tornar-se a Segunda região açucareira do Brasil, suplantada apenas por Pernambuco; após o eclipse da liderança desta capitania após a invasão holandesa (1630-54), a Bahia manteve a primazia durante a maior parte do século XVIII [...]. Nos cem anos decorridos entre 1670 e 1770, o Recôncavo em geral possuía entre 130 e 150 engenhos, com uma produção total entre 350 e 500 mil arrobas (5 mil e 7300 toneladas). (SCHWARTZ, 1986, p. 89).

Ao comparar o recôncavo fluminense e o recôncavo baiano, percebe-se uma lógica parecida nas estratégias portuguesas de ocupação colonial. Os portugueses

claramente buscavam uma ocupação do litoral para o interior, procurando explorar os recursos e as possibilidades naturais da região; somava-se a isso os recursos que poderiam ser multiplicados com o processo de colonização. Encontra-se flagrantemente, contudo, uma inversão nas mercadorias produzidas na Bahia em relação às que eram cultivadas nas cercanias da baía de Guanabara. Enquanto as atividades açucareiras tinham a primazia no recôncavo baiano, no recôncavo da Guanabara o volume produzido ficava bem abaixo da produção de alimentos, com destaque para a farinha de mandioca.

Entre os poucos historiadores que se ocuparam dessa questão, destaca-se Denise Vieira Demétrio, que assinalou um constante processo de venda e revenda dos engenhos do recôncavo fluminense entre os senhores que ocupavam essa região no fim do século XVII. Esse processo certamente garantia parte da sustentabilidade econômica de determinado segmento da elite local através de crédito e negócios imobiliários. Essas questões, entretanto, são ainda mais aprofundadas quando a autora afirma que, mesmo após a venda de terras, seus proprietários mantinham-se na região; mantinham inclusive a propriedade de escravizados e batizavam os filhos destes últimos. Nas palavras da autora:

Apesar de passarem adiante seus engenhos, essas famílias continuavam na região batizando e casando seus escravos, como já demonstrado. Caberia então perguntar: o que os mantinha ali? Volto a chamar a atenção para o que foi discutido no início deste capítulo, ou seja, a produção de alimentos e os circuitos da farinha na capitania do Rio de Janeiro. Não é demais lembrar que no Relatório do Marquês do Lavradio é pujante a capacidade da freguesia de Jacutinga, no final do século XVIII, para a produção desses produtos, o que também já demonstramos. De fato, essa capacidade provavelmente venha desde o século XVII, já que o açúcar não parece ser o seu forte, ou melhor, o principal produto. (DEMÉTRIO, 2008, p. 74-75).

Ao longo do processo de colonização, as freguesias do recôncavo fluminense se estabeleceram como importantes produtoras de alimentos. Não se pretende ignorar a produção de açúcar e de aguardente, mercadorias consagradas pela historiografia tradicional como produtos de exportação, fonte da riqueza colonial. Sabe-se, entretanto, que a produção açucareira que representou um diferencial na economia colonial e sua relação com a metrópole portuguesa localizava-se no nordeste brasileiro. Mesmo a produção fluminense de açúcar e aguardente, utilizada no comércio de escravizados por meio do Atlântico Sul, tinha sua origem em outras regiões, como Campos e Paraty, e não no recôncavo.

Como mostra o quadro 1, portanto, a produção açucareira era pequena quando comparada à produção de alimentos. A farinha era, particularmente, um produto cuja quantidade inferida permitia a subsistência, o tal “abastecimento regional”, a utilização como alimento nos navios e embarcações empregadas no Atlântico, bem como mercadorias de troca nos complexos comerciais difundidos

ao longo de toda a costa africana (SOARES, 2008; SOARES, 2009; BEZERRA, 2010; BEZERRA, 2011). Desta forma, é possível sugerir um lugar no tabuleiro da economia colonial, considerando as dinâmicas externas e a lógica interna do recôncavo do Rio de Janeiro.

Tal perspectiva questiona a ideia de que o recôncavo fluminense ocupava um espaço secundário na vida da capitania e de que sua escravaria era pequena, sem importância, e não justifica uma investigação mais detida. Na contramão dessa abordagem, acredito que os escravos empregados para além das atividades de exportação ganharam importância no conjunto das atividades e merecem uma atenção mais detida da historiografia, tanto do ponto de vista da história econômica como da história social e da cultura. Além disso, a produção de alimentos sustentava a lógica interna da economia colonial. A produção e o comércio da farinha desempenharam um papel central nas atividades do recôncavo. Em outra ocasião, foram analisados 45 inventários de proprietários de escravizados que viviam e tinham negócios no recôncavo e na cidade do Rio de Janeiro. Ao examinar essa documentação, foi possível identificar que 73% das propriedades das freguesias situadas no entorno da baía de Guanabara tinham produção sistemática de farinha em proporções que ultrapassam em muito os níveis do consumo familiar (BEZERRA, 2010).

É ainda importante destacar que toda a produção agrícola do recôncavo da Guanabara conheceu um sistema de escoamento que passava pelos rios e pelos caminhos que cortavam a região e conectavam o litoral ao interior do Rio de Janeiro. Os rios Iguaçu, Sarapuí, Magé, Pilar, Iriri, Suruí, entre outros, serviram como canais de escoamento da produção do recôncavo para a cidade do Rio de Janeiro. Essa questão pode ser percebida através do relato das informações colhidas em um processo cível como o que descrevo a seguir.

Eu identifiquei um processo na Corte de Apelação de 1811 no qual o capitão José Vaz de Sousa moveu uma ação judicial contra seus vizinhos Francisco da Silva Barros, Bento Cabral, Miguel Barros e Florêncio da Costa, entre outros. Segundo o autor da reclamação em juízo, os ditos senhores recorrentemente atravessavam as terras de sua propriedade na fazenda Quifonge, situada em Suruí, no termo da vila de Magé. Mais precisamente, os tais vizinhos passavam pelos fundos de sua casa de vivenda, onde os seus escravizados trabalhavam, e atrapalhavam o andamento dos serviços. Como muitos deles eram pardos forros, conversavam com os cativos, o que dificultava o bom andamento das atividades. Quando as autoridades perguntaram ao reclamante se ele sabia o motivo da utilização do caminho por dentro de sua fazenda, o capitão respondeu que os seus vizinhos utilizavam o caminho para escoar os “mantimentos” que produziam até o porto do rio Suruí, de onde eram embarcados para a cidade do Rio de Janeiro. O reclamante alegava que os ditos vizinhos tinham a opção de passar pelo “caminho do Cosme” mas, para cortar caminho e ganhar tempo, passavam por sua propriedade. Assim, para custear as despesas de conservação

do caminho, o capitão José Vaz exigia a quantia de 200 mil réis todas as vezes que algum deles passasse por sua fazenda.

Essa disputa aparece num processo identificado no Arquivo Nacional como o inventário do senhor Bento Cabral, embora seu nome seja apenas citado como um dos réus do processo. Quem articula a defesa do processo é o pardo forro Francisco da Silva Barros, como se verá a seguir. Em um primeiro momento, Francisco Barros se justificou às autoridades por sua demora em comparecer com uma defesa de imediato, pois pensava que as ameaças de seu vizinho não fossem gerar problema judicial, uma vez que ele mesmo tinha motivos para processá-lo e não o fez. Além disso, junto a tais alegações, justificara os seus atrasos, mesmo já tendo sido convocado por três vezes, dizendo que estava no Rio de Janeiro resolvendo negócios de grande interesse econômico, cujo atraso poderia gerar prejuízos bem maiores do que um problema de vizinhos.

Em sua defesa propriamente dita, o pardo forro Francisco Barros afirmava que era morador em terras próprias há mais de 16 anos da freguesia de São Nicolau de Suruí; e, desde quando comprara o seu sítio onde produzia “mantimentos”, ele e seus vizinhos utilizavam um “caminho grande” para chegar ao porto de embarque, atravessando as terras que pertenciam ao dr. João Roiz. Recentemente o capitão Francisco Vaz havia adquirido aquelas terras, mas ele e a vizinhança continuaram utilizando o tal caminho, cujo trajeto era mais curto e facilitava o escoamento das mercadorias. Não via nisso embaraço nenhum, já que o caminho era utilizado desde um “tempo imemorial”. Diante disso, não via justiça em uma possível determinação do proprietário ou da justiça para abandonar o uso do trajeto, o que dificultaria os negócios de várias pessoas.

No mais, ainda afirmara que, na terça-feira, 15 de janeiro do corrente ano, ele estava conduzindo os seus mantimentos pelo caminho que cortava a fazenda Quifonge, quando foi surpreendido pelo capitão José Vaz e seus escravos, que lhe impediram a passagem, tomando-lhe as cargas, que deixaram em outra estrada, muito distante da localização onde estavam, inclusive com subidas de morros para se chegar ao porto. Depois de todo esse relato, Francisco Barros ainda reafirmara que se servia de tal caminho desde muito tempo e que nunca tinha ocorrido nenhum problema entre ele e os antigos moradores da fazenda Quifonge. A estrada, portanto, não poderia ser “privada” por um feito “despótico” e “violento”, e Fernando Barros suplicava às autoridades que mantivessem a autorização do uso do caminho para ele e as demais pessoas que o usavam; caso contrário, prevaleceria uma injustiça que desfaria algo de “tempo imemorial”.

Em uma espécie de réplica, o capitão José Vaz reafirmava suas reclamações e engrossava ainda mais as suas acusações contra a vizinhança, sobretudo, contra Francisco Barros. Segundo ele, havia um problema de utilização de um “caminho particular” que saía dos fundos de sua casa de vivenda, onde eram preparados muitos produtos de sua fazenda, por onde ficavam os escravizados empregados na lavoura e por onde podia ser devassada a numerosa família que

tinha. Mandou, portanto, que seus escravos causassem um prejuízo “naquele pardo forro” devido à sua recusa em pagar a “taxação” que era seu direito cobrar. Ele, entretanto, não só não lhe pagou, como também embarcou suas mercadorias para o Rio de Janeiro e ainda instruiu um requerimento cheio de falsas acusações. Ao contrário de seu vizinho, afirmava que aquele era um “caminho particular” há vários anos, em que havia a possibilidade do pagamento das taxas. De acordo com suas palavras, ainda havia a escolha do uso do outro caminho que não oferecia nenhuma dificuldade, pois todos os demais moradores da vizinhança o faziam sem nenhum problema. Também afirmava que, no caso das acusações de Francisco Barros, ele não havia cometido “nenhuma violência” ou “despotismo algum”, pois só mandou carregar os mantimentos pelo “caminho público”, deixando tudo mais perto do porto de embarque e de forma cuidadosa, como presenciaram diversas testemunhas.

Ao que parece, a defesa que representava o pardo Francisco de Barros utilizou o artifício jurídico de realizar vários recursos, prolongando o processo pelo maior tempo possível. Os diversos recursos tinham um texto sempre muito parecido, e tinham como argumento principal a afirmação de que o uso daquele caminho era prática comum desde um “tempo imemorial”. Aparentemente, a estratégia jurídica propiciou algumas vantagens práticas, pois, diante dos argumentos do capitão Vaz, o seu “caminho particular” continuava sendo violado. Embora o processo não tenha tido desfecho, o último recurso registra a data de 5 de dezembro de 1811, o que demonstra que se arrastou ao longo de um ano inteiro (ARQUIVO NACIONAL. Inventários: Juízo de Fora. Processo 1824. Caixa 585. Bento Cabral, 1811).

A farinha de mandioca sob o olhar estrangeiro

O escoamento dos alimentos do interior para a cidade do Rio de Janeiro também foi registrado pelos viajantes estrangeiros que estiveram no recôncavo fluminense durante o século XIX. Sobre a viagem entre o recôncavo e a cidade, o viajante inglês George Gardner destacou o seguinte:

O barco em que viajamos é de um tipo muito comum no porto e muito utilizado para transportar mercadorias ao fundo da baía e trazer, de lá para o Rio, produtos do interior. Também é utilizada em viagens de passeio dos frequentadores das ilhas e praias da baía. Chamava-se falua e tem tripulação de seis remadores e um timoneiro intitulado patrão. Este, que quase sempre é o dono e em geral de origem portuguesa. Nas faluas há dois mastros, cada um dos quais com uma grande vela; a popa é coberta e fechada por cortinas. Os negros que equipam estas embarcações são geralmente fortes e musculosos. Sentados num banco de través e com os pés apoiando em outro, levantam o tronco a cada golpe do remo, acompanhando o

movimento com uma toada compassada e melancólica. As faluas alugam-se a preço de dezoito xelins, por um dia inteiro. (GARDNER, 1975, p. 33-34).

As palavras de George Gardner demonstram um aspecto cotidiano nas suas descrições; o mais interessante nesse momento, contudo, é perceber que os rios que nasciam na Serra do Mar se conectavam com a cidade do Rio de Janeiro através da baía de Guanabara. Da mesma forma que os rios foram as principais vias de acesso ao “sertão” do Rio de Janeiro durante os séculos XVI e XVII, quando os portugueses iniciaram o processo de ocupação daquele território, nos séculos XVIII e XIX, eu percebo essas vias fluviais como os principais eixos de escoamento das mercadorias produzidas nas freguesias do recôncavo.

Nessa mesma época, outros viajantes europeus estiveram na região do fundo da Guanabara, entre eles Johann Moritz Rugendas. Suas descrições demonstram certo encantamento pela baía de Guanabara e os arredores da cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras e imagens, destaca-se o porto da Estrela, lugar de entroncamento entre o rio Inhomirim e o caminho do Proença, entreposto das mercadorias que saíam e chegavam no fundo da Guanabara. Sobre o porto da Estrela, Rugendas descreve:

Na vizinhança do Rio, a primeira aldeia de alguma importância é a do Porto da Estrela, à margem do Inhomirim, que se joga na baía do Rio. As mercadorias destinadas às províncias do interior [...] são primeiramente conduzidas, da mesma forma dos viajantes, em pequenas embarcações, do Rio ao Porto da Estrela. (RUGENDAS, 1988, p. 31).

Muitos viajantes evidenciaram durante o século XIX o cotidiano da produção e exportação da farinha de mandioca nas pequenas propriedades entre a baía de Guanabara e a Serra do Mar. Não é possível afirmar que esses viajantes tinham algum conhecimento sobre a farinha de mandioca. A maioria deles, contudo, não realizou apenas uma viagem nem teve o recôncavo do Rio de Janeiro como seu principal destino, de forma que é possível imaginar que a farinha de mandioca descrita, comentada ou apenas citada por esses visitantes estrangeiros já poderia ter sido incorporada a seus costumes, já que alguns conheciam outras regiões do Império português ou do Brasil.

Auguste de Saint-Hilaire, retornando de sua viagem ao interior do Brasil, no caminho para o Rio de Janeiro, observou que:

Nos lugares secos o solo apresenta uma mistura de areia fina e de terra parda onde a mandioca desenvolve-se bem, enquanto a lugares mais úmidos produzem arroz em abundância. [...] Algumas caravanas que vêm de Minas Gerais pára no Pilar, aí deixando algum dinheiro. A região vizinha produz açúcar, legumes, arroz e farinha de mandioca, produtos esses que são exportados para o Rio de

Janeiro através de pequenos rios da Mantiqueira, Bananal, Saracuruna e Pilar. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 125).

De acordo com o registro de Saint-Hilaire, não era apenas o açúcar que era escoado para a cidade do Rio de Janeiro. Outras mercadorias agrícolas, entre elas a farinha de mandioca, eram cotidianamente enviadas para a corte para o seu uso e abastecimento. Retomando os dados do quadro 1, era a farinha de mandioca a principal mercadoria produzida naquela região. Assim, é possível constatar que era essa a mercadoria que protagonizava as relações comerciais entre a cidade do Rio de Janeiro e o seu recôncavo. O viajante francês ainda nos fornece informações preciosas sobre a forma de escoamento dessas mercadorias quando afirma que “o pequeno rio Pilar aí serpenteia e, como é navegável às canoas, é muito útil para os agricultores no transporte de seus produtos” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 125).

George Gardner também fez uma viagem ao interior do Brasil. Assim como Saint-Hilaire, ele viajou de volta para o Rio de Janeiro através dos caminhos e estradas que atravessavam o recôncavo da Guanabara. Mais uma vez a produção de farinha de mandioca foi notada e registrada, oferecendo-nos fundamentos para afirmar que era aquela a principal região produtora desse gênero alimentício no âmbito da província fluminense.

A estrada que desce da Serra em ziguezague tem cerca de uma légua de extensão, é bem construída, bem calçada com grandes blocos de pedra e está excelentemente conservada. Mas como era um tanto escarpada em alguns lugares preferi descê-la a pé e não a cavalo. Um pouco além do pé da Serra passamos por Mandioca, propriedade que outrora pertenceu a Langsdorff, falecido cônsul da Rússia no Brasil. (GARDNER, 1975, p. 235-236).

A famosa fazenda da Mandioca não era a única que produzia o gênero naquela região. Em 1811, a *Gazeta do Rio de Janeiro* mantinha em suas páginas um anúncio de venda de uma fazenda similar localizada não muito distante da localização descrita por George Gardner.

Quem quiser comprar uma fazenda sito junto a serra, légua e meia distante, perto do Porto da Estrela, pertencente a Antônio José Rodrigues da Fonseca, de 1350 braças de testada, uma légua de fundo, com muitas cachoeiras, uma boa casa de vivenda, *um engenho de serrar madeira e outro de farinha de mandioca*, ambos de água, casa de ferraria, plantações e escravatura: procure a seu genro, assistente a Rua dos Ourives, 24. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16 out. 1811).

As plantações de mandioca eram bem comuns no recôncavo da Guanabara. Comum também era a presença de engenhos e engenhocas voltadas para o

fabricao da farinha, mercadoria que foi a base da alimentação dos diferentes segmentos sociais na época da colonização e no século XIX. Era a produção de farinha de mandioca que garantia sustentabilidade econômica para os senhores de pequenas e médias propriedades do recôncavo do Rio de Janeiro. Essa sustentabilidade significava, inclusive, a possibilidade de participação nas atividades voltadas para a aquisição de mão de obra escrava.

Ao prosseguir viagem, George Gardner continuou identificando e registrando plantações de mandioca que havia pelo caminho. Segundo ele, após 15 léguas de caminhada, já na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, “a estrada continua plana, mas contornando muitas colinas pequenas cujas encostas se cobriam com plantações de mandioca” (GARDNER, 1975, p. 34).

As descrições de Gardner mais uma vez podem ser corroboradas pelos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Por alguma razão, o mercado imobiliário no fundo da Guanabara estava em plena dinâmica nesse momento. No mesmo dia da citação anterior, outra fazenda também estava à venda. Nesse caso, entretanto, situada nas proximidades do caminho feito pelo viajante inglês. “Acha-se para vender na Rua Direita, 37; uma fazenda em Magé que consta mandioca, árvores de fruto e um grande mato com excelentes madeiras” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16 out. 1811).

As informações identificadas e descritas colocam o recôncavo do Rio de Janeiro no centro da produção de farinha de mandioca. A quantidade expressiva de escravos africanos procedentes de Benguela demonstra que essa era uma região conectada com o mundo atlântico; assim, é possível perceber que as histórias de freguesias na periferia do Rio de Janeiro tinham relações diretas ou indiretas com os mercados africanos, uma vez que trabalhadores africanos eram adquiridos para serem empregados na produção das mercadorias que eram utilizadas para o abastecimento de diferentes regiões, entre elas Benguela, ao sul de Angola.

A farinha de mandioca e outras histórias

A farinha não era um produto exclusivo do recôncavo fluminense. O processamento da mandioca era uma atividade já realizada pelos nativos que viviam no Brasil antes da chegada de portugueses e africanos. Ao longo do processo de colonização portuguesa, entretanto, a produção de farinha foi aperfeiçoada e ampliada, tornando-se um lugar comum em todo o território da colônia portuguesa na América. Com a consolidação do comércio atlântico em suas diferentes conexões, a farinha atravessou os mares e chegou aos mercados africanos (SOARES, 2008).

Em 1766, o capitão-mor de Sorocaba, no interior da província de São Paulo, escreveu carta ao governador Luís de Souza Botelho Mourão comunicando “que já havia transmitido aos moradores a ordem para a produção de farinha

remetendo a lista das pessoas empenhadas naquele serviço”. Tudo indica que havia algum interesse na concentração da produção de farinha, uma vez que “José de Almeida Leme no mesmo dia escreveu carta ao governador Botelho solicitando orientação para dar continuidade ou não à produção de farinha”. Os oficiais da vila de Conceição de Itanhaém “também comunicaram remessa de carga de farinha”. Da mesma sorte, os oficiais da “Câmara de São Vicente também comunicaram o preço cobrado pela farinha produzida naquela jurisdição” (LEME, 9 dez. 1766).

Não foi possível saber o motivo específico que levou o governador Botelho a articular a concentração da farinha que era produzida no interior de São Paulo. Entretanto, as informações anteriores implicam que a farinha de mandioca não era uma mercadoria qualquer, menosprezada pela economia, como o silêncio historiográfico sobre ela nos fez acreditar por um longo tempo. Não há dúvida de que, por todo o Brasil, desde os tempos coloniais, a farinha de mandioca foi uma mercadoria de grande produtividade, circulação e consumo. Sendo assim, novas pesquisas precisam ser realizadas para que se possa ter uma ideia das dimensões econômicas movimentadas pelos negócios protagonizados pela farinha de mandioca.

Uma análise mais detalhada do recôncavo baiano levou o historiador americano Bert J. Barickman a questionar a autossuficiência nas propriedades exportadoras de açúcar. Assim, a autonomia questionada foi desconstruída pela identificação de um comércio baseado na produção de farinha. Segundo o autor, seria necessário avançar um olhar historiográfico para além da agricultura de exportação, pois essa não seria a realidade de todo o Brasil rural, além do fato de que as maiores cidades apresentavam uma vida social e econômica muito mais vigorosa do que pressupunha a historiografia anterior.

Para isso, seus estudos se voltaram para uma história de agricultores escravistas que se adaptaram às condições locais, às exigências de lavouras específicas e aos mercados locais e externos, revelando a paisagem de um recôncavo rural com características complexas e variadas no que se refere à sua organização econômica e social. Para ampliar o conhecimento sobre o passado escravista colonial do Brasil, Barickman se debruçou sobre farta documentação original voltada para um estudo sobre a diversidade econômica do recôncavo baiano, de forma que tenha percebido a importância do comércio atlântico, onde se destacava a produção açucareira e a produção fumageira. Contudo, o mais importante foi ter a percepção da envergadura da produção da farinha de mandioca no abastecimento de um comércio local e regional, pois tal mercadoria era a base da alimentação cotidiana da Bahia e seus arredores. Assim, a farinha de mandioca tinha um lugar de produção e de consumo no âmbito das fronteiras baianas (BARICKMAN, 2003).

No final do século XVIII, na vila de Jaguaripe, região do recôncavo baiano, também havia considerável preocupação com o controle da farinha de mandioca.

João de Souza Eça, capitão-mor daquela localidade, expediu diferentes ofícios ao governador da Bahia pedindo instruções sobre “os objetos relativos a farinha de mandioca e sobre a extração que fazem os lavradores da goma das farinhas de mandioca com total prejuízo” (JAGUARIFE, 24 set. 1774). Após sete anos, já no ano de 1781, o capitão-mor já não era mais o mesmo. Naquele momento, respondia pelo cargo de capitão-mor de Jaguaripe Antônio José Calmon, entretanto a preocupação era a mesma. Em 7 de maio daquele ano, houve a expedição de um ofício para o governador da província da Bahia procurando instruções sobre “o preço da mandioca” (EÇA, s/n, 1770-1781, s/n).

Segundo Barickman, no recôncavo baiano, a farinha era considerada uma produção irrelevante e periférica no que se refere ao mercado atlântico. No recôncavo do Rio de Janeiro, não havia nenhum vestígio de produção fumaçeira, a produção de açúcar e de aguardente era insignificante e a produção de mantimentos era o fundamento econômico da região. Os mantimentos produzidos demonstram grande desproporção entre os produtos consumidos localmente (arroz, feijão e milho) e a farinha. Os escravos africanos utilizados na produção de alimentos no recôncavo da Guanabara não poderiam ser adquiridos em troca de qualquer outra mercadoria, porque não existiam outras mercadorias na região. Neste sentido, a farinha era o único produto oferecido pelo recôncavo ao mercado atlântico.

A farinha de mandioca nas rotas do Atlântico

Era o ano de 1807, o senhor José Reginaldo de Mello e Velho era um viúvo pai de quatro filhos, proprietário de “umas terras” localizadas na freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, cuja sede era a vila de Magé, situada bem no chamado “fundo” da baía. Assim como a maioria dos produtores do recôncavo, Reginaldo de Mello e Velho produzia, entre outros mantimentos, farinha de mandioca. Naquele ano, resolveu diversificar os seus negócios. Associou-se a Manoel Antônio Coelho, comerciante estabelecido na praça do Rio de Janeiro, e mais dois sócios. O ousado negócio visava a comercializar os mantimentos por ele produzidos junto com outras mercadorias fora da baía de Guanabara, em alguns portos atlânticos. Essa foi uma história de família que envolveu o comerciante Manoel Antônio Coelho; seu sócio e companheiro de viagem, Reginaldo de Mello e Velho; o sargento e comerciante Manoel Lopes Ribeiro (sogro de Reginaldo) e seus três filhos: Manoel, Luíza e José.

Segundo a documentação investigada, havia um planejamento bem definido segundo o qual pretendia-se realizar uma “viagem redonda” pela costa africana, onde venderiam suas mercadorias em troca de escravizados. Embarcaram no ano de 1808 e a viagem correu bem até o trecho entre os portos de Calabar e Benguela, quando o senhor Reginaldo de Mello e Velho veio subitamente

a falecer. A tragédia pessoal não interrompeu a viagem nem muito menos os negócios. De volta ao porto do Rio de Janeiro, a escravaria adquirida foi entregue aos que a tinham encomendado e o pagamento, recebido. Ao receber em nome dos netos a parte do falecido genro, Manoel Lopes Ribeiro alegou prejuízo na partilha dos lucros e deu entrada em um processo judicial contra os sócios de Reginaldo de Mello e Velho e em favor de seus netos.

Quatro anos mais tarde, em 1812, o sargento Manoel Lopes Ribeiro, avô dos herdeiros de Reginaldo pelo lado de sua viúva e nomeado tutor dos três menores, citou Manoel Antônio Coelho em juízo “pedindo certa quantia procedente da sociedade” constituída para as viagens do bergantim São José Diligente, alegando que os valores repassados por Manoel Antônio Coelho a seus netos eram inferiores àqueles aos quais eles teriam direito. Segundo ele, o seu falecido genro tinha direito a 25% dos lucros dos negócios da viagem da qual não voltara vivo para casa. Além desse percentual, exigia ainda uma indenização pela morte do genro, para que os órfãos dispusessem de capital para financiar novos investimentos. Por fim, declarava temer pelo fim da sociedade, alegando que sem ela estavam em risco todos os agricultores que haviam se associado ao genro na expectativa de bons negócios. Negócios esses que segundo ele envolviam o:

[...] futuro dos gêneros que carregavam de todos os interessados que viviam no sertão que José Reginaldo se tornara administrador de toda a negociação de qualquer viagem que o bergantim pudesse fazer para a Costa da África, Porto de Calabar [...]” (ARQUIVO NACIONAL. Inventários. Juízo de órfãos. José Reginaldo de Mello e Velho. Caixa 1.122. Processo 346. Magé, 1811-1830, p. 14).

Então fica claro que Reginaldo seria o cabeça de um grupo de agricultores do recôncavo (então ainda também chamado “sertão”, antiga designação colonial) que se associaram para fazer negócios com comerciantes de maior porte da praça do Rio de Janeiro, aí incluído seu pai, com objetivo de comercializar farinha na costa africana, em particular no porto de Calabar. Sendo Reginaldo genro de um homem de prestígio (o sogro era comerciante e militar), aos olhos de seus vizinhos agricultores, possuía, com certeza, as conexões necessárias para o sucesso da empreitada.

Em sua petição, Manoel Lopes Ribeiro afirmava que os sócios de seu genro voltaram ao Rio de Janeiro com os valores da venda dos mantimentos em Calabar e ainda negociaram todo o “carregamento” do bergantim, ou seja, os escravos adquiridos; e acusava o comerciante Manoel Antônio Coelho de ludibriar seus netos quanto ao montante a receber. Em defesa do genro e de seus herdeiros, alegava que “[...] José Reginaldo era o principal sócio que contribuiu para a contratação dos mantimentos que foram carregados pelo bergantim e a compra dos gêneros pelos comerciantes de Calabar” (ARQUIVO

NACIONAL. Inventários. Juízo de órfãos. José Reginaldo de Mello e Velho. Caixa 1.122. Processo 346. Magé, 1811-1830, p. 14).

Informava ainda que os netos dele receberam apenas a quantia de 900 mil réis, referente à quarta parte da arrematação do bergantim em hasta pública, nada mais tendo os herdeiros recebido, porque o réu, ou seja, o comerciante Manoel Antônio Coelho, não concordara em prestar contas das despesas, das receitas e dos lucros da referida “viagem redonda”. Por fim, exigia que os cálculos dos valores fossem refeitos em juízo e fosse apresentado o “cálculo da quantia e da conta exata referentes à viagem, bem como a apresentação de todos os papéis relativos à mesma”.

Em sua defesa, o réu, Manoel Antônio Coelho, apresentou novas informações sobre o caso. Segundo ele, quando o bergantim retornou de Calabar, foi feito, pelos oficiais do Mar, um inventário de todos os bens a bordo, e disso existiam cópias que foram distribuídas aos interessados, inclusive aos representantes do sócio falecido. Segundo o acusado, a quarta parte dos ganhos iminentes disponibilizados naquela ocasião correspondia à quantia de 900 mil réis, o que foi abatido da dívida que o falecido acumulara com a sociedade, o que deixou ainda uma dívida de 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis). Esta quantia não foi cobrada aos herdeiros devido ao infortúnio por que passavam. Declarou ainda que, assim que chegou ao porto do Rio de Janeiro, deu ciência dos fatos e das contas do bergantim ao senhor Manoel Lopes Ribeiro, pois sabia que esse responderia pelos herdeiros de seu sócio, que eram menores de idade.

Naquela ocasião, segundo suas palavras, propôs a partilha dos escravizados para que cada parte fosse vendida de acordo com as conveniências de cada um; o senhor Ribeiro, porém, não aceitara. Uns escravizados foram vendidos a dinheiro, e outros, a prazo. Como resultado dessa longa negociação, foi apurada a importante quantia de 16:600\$258 (dezesseis contos, seiscentos mil e duzentos e cinquenta e réis), cabendo a cada um dos quatro sócios 4:152\$564 (quatro contos, cento e cinquenta e dois mil e quinhentos e sessenta e quatro réis), da qual, abatida a dívida de 1:664\$750 (um conto, seiscentos e sessenta e quatro mil e setecentos e cinquenta réis) acumulada do falecido, restaria para entregar aos herdeiros a quantia líquida de 2:487\$814 (dois contos, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos e quatorze réis). Segundo ele, a diferença correspondia aos escravizados vendidos a prazo, e que a quantia relativa a estes seria entregue aos herdeiros tão logo os pagamentos fossem integralizados. Desta forma, o senhor Coelho encerrava sua defesa declarando que eram injustas as acusações de que estaria manipulando o espólio da sociedade ou de que tivesse tirado proveito da morte do sócio.

Não existem “ilhas historiográficas”: todas as histórias estão conectadas de alguma forma. As pequenas propriedades que produziam farinha no recôncavo da Guanabara tinham o seu lugar no mundo atlântico. Esse processo mostra em

um nível de detalhes não descrito por qualquer outra documentação já citada a efetiva participação de um agricultor do recôncavo nos amplos mercados formados pelas relações entre o Brasil e a África. As tensões e disputas entre vizinhos pelo direito ao acesso a uma estrada que facilitava o escoamento de “mantimentos” para o Rio de Janeiro não se encerrava no consumo desses mantimentos pelos moradores da cidade que, há poucos anos, abrigava a corte portuguesa; eles também atravessavam a barra e o oceano até a África e estavam diretamente associados ao comércio de escravizados na África, em especial no pouco lembrado porto de Calabar, na baía de Biafra.

A defesa do senhor Antônio Manoel Coelho, comerciante experiente, residente na cidade do Rio de Janeiro, dá a dimensão da diversificação dos investimentos realizados nessas viagens. Por certo, a grandeza dos lucros obtidos foi possível por conta dos baixos investimentos sobre as chamadas “mercadorias de partida”, possíveis graças à articulação de José Reginaldo de Mello e Velho com os muitos pequenos proprietários que produziam farinha no recôncavo. Alguns senhores do recôncavo do Rio de Janeiro, além de escravos lavradores, também tinham tropeiros, carreiros e barqueiros, responsáveis pelo transporte das mercadorias que produziam para o Rio de Janeiro. Suas casas de vivenda e casas comerciais permitem constatar que esses senhores lucravam em todos os estágios da produção de farinha e de outros mantimentos. O caso do senhor José Reginaldo de Mello e Velho ultrapassa esses limites, pois além de agricultor ele avança sobre as atividades propriamente comerciais e, garantindo uma “mercadoria de partida” barata, ultrapassa as fronteiras do comércio local e vai arriscar sua sorte do outro lado do Atlântico.

A análise isolada do processo não permite detalhar as condições da viagem nem dos negócios realizados nos portos atlânticos em que a embarcação teria ancorado. A denúncia feita pelo sargento Manoel Lopes Ribeiro, todavia, traz informações valiosas sobre as articulações de seu genro com outros produtores de farinha para prover de boa carga o bergantim São José Diligente, justificando assim uma viagem tão longa e arriscada. O processo permite identificar o modo como José Reginaldo se relacionava com os comerciantes de Calabar e indica seu conhecimento prévio desse porto e de seus negócios.

No século XIX, a farinha de mandioca já era bem conhecida nos mercados africanos. Segundo Luís Felipe de Alencastro, no século XVII, o recôncavo da Guanabara fornecia em torno de 680 toneladas anuais de farinha de mandioca para Angola e, na medida em que a demanda por escravos aumentava, crescia o consumo de víveres em Luanda – entre eles, a farinha. Esta, portanto, constituía uma das peças de encaixe na economia do Atlântico Sul, fosse a alimentação das tripulações dos tumbeiros, fosse para alimentar os escravizados que estavam nos portos africanos à espera de serem embarcados, fosse como suprimento das tropas que protagonizaram as “longas guerras brasílicas” em Angola (ALENCÁSTRO, 2000, p. 251-256).

Decorre da informação de que os excedentes de farinha do mercado de Salvador eram encaminhados para o Rio de Janeiro outro argumento que pode fundamentar a hipótese de o Rio de Janeiro ter sido por muitos anos um centro de distribuição da farinha de mandioca produzida no Brasil para os mercados atlânticos.

Segundo Barickman, na década de 1820, muitas embarcações oriundas das vilas produtoras de farinha no sul do recôncavo baiano eram enviadas para o Rio de Janeiro e Pernambuco (BARICKMAN, 2003, p. 137). Certamente essas viagens já aconteciam antes e se multiplicaram com a chegada da corte ao Rio de Janeiro e o consequente aumento da população na cidade. Seria esse o único motivo dessa transferência de farinha da Bahia para o Rio de Janeiro?

Na edição de 19 de janeiro de 1822 do jornal *Correio Carioca*, registra-se uma grande quantidade de farinha entrando no porto do Rio de Janeiro proveniente de várias regiões do sul da província, como a Ilha Grande, em Angra dos Reis, e também outros carregamentos vindos de outras províncias, como Santa Catarina (CORREIO CARIOCA, n. 9, 19 jan. 1822). A importância crescente do porto do Rio de Janeiro na rede comercial constituída em torno do Atlântico no âmbito do império português é analisada por João Fragoso:

Trata-se sim de perceber o aumento da complexidade que a economia do Rio de Janeiro assume com o decorrer dos setecentos. Ela passa, lentamente, a ser ponto de encontro de diferentes rotas de comércio interno – leia-se dos diversos mercados regionais internos e das acumulações deles derivadas –, um ponto fundamental para o comércio externo e, em particular, um entreposto na redistribuição colonial de produtos vindos do reino e de outras partes do Império luso. (FRAGOSO, 2001, p. 333).

Entre esses produtos estava a farinha produzida no recôncavo da Guanabara. O caso do senhor José Reginaldo de Mello e Velho não foi ocasional e os “caminhos” da farinha do recôncavo fluminense, percorridos por barqueiros, carreiros e tropeiros, não encontravam fim só no interior de Minas Gerais ou nas ruas do Rio de Janeiro: eram também “mercadoria de partida” para negócios realizados do outro lado do Atlântico em rotas até agora impensadas que merecem mais atenção por parte dos historiadores do comércio atlântico.

Eu não tenho dúvidas de que a atividade mais lucrativa da viagem redonda realizada a bordo do São José Diligente foi o tráfico de escravizados. Por mais que houvesse diversidade nos quadros econômicos do Atlântico, nenhuma negociação foi mais importante e vultosa do que o comércio de almas. Na ponta oposta dos negócios, contudo, está um comércio miúdo, difícil de ser avaliado: o da venda de outras mercadorias oriundas das roças e engenhos do recôncavo da Guanabara nos portos africanos. Além da farinha, foram arroladas no inventário do bergantim aguardente, tabaco, açúcar, arroz,

entre outras mercadorias. Estas eram certamente usadas como suprimento da tripulação, mas poderiam também, em certa medida, entrar no rol dos produtos vendidos.

Considerações finais

Os estudos sobre a escravidão, o tráfico atlântico e a diáspora africana ostentam larga produção historiográfica. Muitas questões que apresento neste texto já receberam diferentes considerações de renomados historiadores do Brasil e do exterior. O tráfico atlântico foi inicialmente compreendido pelo volume demográfico que se dava pelo deslocamento de pessoas entre a África e diferentes regiões das Américas. Não demorou muito, entretanto, para que os historiadores percebessem que essa relação não era unilateral. Assim como os mercados africanos abasteciam as Américas com mão de obra escravizada, esses mercados também recebiam diferentes mercadorias das colônias americanas, o que suscitava uma dinâmica complexa que envolvia diferentes interesses. Além disso, muitos historiadores articularam um pensamento econômico com as transformações culturais que esse processo impunha na formação das sociedades coloniais americanas, como o Brasil, por exemplo.

A farinha de mandioca foi uma cultura desprezada na sociedade colonial. Os historiadores ofereceram foco para outras questões explicativas a ponto de não considerarem que os mantimentos também faziam parte das mercadorias estratégicas que mantinha a lógica da economia brasileira. As chamadas mercadorias de exportação também eram consumidas em uma perspectiva endógena. Os mantimentos, entre eles a farinha de mandioca, também poderiam ser consumidos pelas tripulações e pelos escravizados na sua travessia atlântica. No caso da farinha de mandioca, no entanto, não se tratou de uma mercadoria restrita aos mercados internos e ao consumo nas embarcações. É certo que os mercados africanos consumiam farinha de mandioca e utilizavam os escravos africanos para ter acesso a essas mercadorias, da mesma forma que utilizavam (para também ter acesso ao tabaco) cachaça e açúcar.

No Rio de Janeiro, a farinha de mandioca tinha produtividade, consumo e comércio desde os primeiros tempos de colonização. Há registros de que, no final do século XVI, os portugueses já exploravam essa cultura nas terras do recôncavo da Guanabara. No início do século XVII, a farinha de mandioca já era exportada para os mercados africanos, sobretudo nas rotas do Atlântico Sul, chegando a lugares como Luanda e Benguela, por exemplo. Essa perspectiva repensa o caráter periférico que o recôncavo da Guanabara recebeu da historiografia fluminense ao longo dos anos. As cercanias do Rio de Janeiro tinham um lugar nas complexas redes comerciais do Atlântico, já que havia o uso de mão de obra africana nas propriedades que produziam a farinha de mandioca

em grande escala, além de açúcar e cachaça em menor proporção, mas também com intenções atlânticas.

Quando a farinha de mandioca passa ser considerada como uma mercadoria importante para a economia colonial, é possível perceber novas perspectivas para a escravidão africana no recôncavo do Rio de Janeiro. O perfil da escravaria dessa região também demonstra algumas características que nos permitem identificar conexões antes imperceptíveis para uma historiografia anterior. Nas freguesias do recôncavo, havia concentração de africanos centro-ocidentais. Isso não chega a ser uma novidade, pois na cidade do Rio de Janeiro esses grupos passaram em muito de 70% da demografia escravizada. Quando identificamos esses dados em um lugar de pequenas propriedades que ostentavam escravarias que tinham em média de 1 a 30 indivíduos empregados na produção de alimentos, no entanto, é possível relacionar que a dinâmica do tráfico envolvia as mais recônditas regiões da capitania do Rio de Janeiro e passava pelas freguesias fundadas no seu recôncavo.

Eu gostaria de destacar a dinâmica de trabalho de muitos proprietários de terras e de escravos do recôncavo da Guanabara. Havia grande variedade entre eles, o que incluía importantes figuras da administração colonial portuguesa, como a família Correia de Sá, ou senhores com nenhuma expressividade política; entre estes, havia africanos libertos que obtinham condições para manter pequenas propriedades produtoras de farinha. Nesse último caso, o trabalho com farinha de mandioca poderia estar relacionado a certa autonomia negociada em torno da roça. Por certo, isso representava possibilidade de acúmulo suficiente para comprar a alforria e manter alguma atividade produtiva.

Mesmo não sendo atividade de grande porte, essas possibilidades permitiam mobilidade para alguns africanos libertos que alcançavam o *status* de senhor de terras e de escravizados. No caso das famílias mais poderosas, havia também uma peculiaridade que precisa ser destacada: muitos desses senhores mantinham propriedades no recôncavo e na cidade. Alguns deles tinham tumbeiros empregados no tráfico. Há ainda casos de senhores que mantinham propriedades até em Angola. Desta forma, posso afirmar que os senhores do recôncavo não viviam o isolamento econômico, político e social. Entre a classe senhorial dessa região, havia muitos senhores que articulavam seus interesses, favorecendo conexões com diferentes lugares, incluindo regiões africanas.

Numa região de pequenas propriedades, a escravidão caracterizava-se por relações sociais assimétricas. Isso se explica por aproximações cotidianas que se davam entre agentes de diferentes setores da sociedade. Não há ineditismo no fato de um senhor oferecer algum bem para um ou mais escravizados desfrutarem após a sua morte. Senhores deixarem toda a parte produtiva de suas terras para os seus escravizados, no entanto, é uma situação que merece alguma consideração. No recôncavo da Guanabara, a farinha de mandioca era a principal mercadoria produzida. Quando o senhor deixa o sítio, a casa de

farinha e as roças de mandioca para seus escravizados, na prática, ele deixava toda a “empresa produtiva” que garantia o seu sustento ao longo de sua vida. Essa não era uma situação comum e pode ser explicada pelas assimetrias presentes nas relações sociais cotidianas em lugares com características como as que analisamos aqui.

Desde o século XVII, Benguela despontou como importante porto de embarque de escravizados e um lugar que oferecia mercados para as mercadorias coloniais do Brasil. Aquela cidade de Angola era um importante ponto de conexão entre as rotas do Atlântico Sul, que também contava com a participação da Bahia e do Rio de Janeiro, por exemplo. Estudos anteriores demonstraram que o tabaco e a jeribita eram mercadorias que encontraram certo prestígio econômico naqueles mercados; através das reflexões aqui apresentadas, contudo, foi possível perceber que a farinha de mandioca também era uma mercadoria desejada pelos mercadores do sul de Angola.

No final do século XVIII, a crise de abastecimento de Benguela passava pela ausência de embarcações que tinham farinha de mandioca em suas arqueações. Essa situação fez com que as autoridades locais se mobilizassem para que o poder colonial pudesse intervir naquela situação. É possível que essa intervenção tenha acontecido com certo sucesso; pois, já nas primeiras décadas do século XIX, a quantidade de escravos africanos procedentes de Benguela aumentou exponencialmente na demografia escrava do Rio de Janeiro. Não se pode dissociar que o abastecimento de mão de obra escrava no Rio de Janeiro passava pela exportação de mercadorias coloniais para a África. Eu não tenho dúvidas de que a farinha de mandioca estava entre essas mercadorias.

As mesmas embarcações que traziam escravos africanos para o Rio de Janeiro precisavam levar contrapartidas econômicas para a África. Não é raro encontrar notícias em jornais do Rio de Janeiro oitocentista dizendo que uma embarcação qualquer estava partindo para a África carregada de “mantimentos”. Nem sempre esses “mantimentos” eram claramente mencionados, infelizmente. Já é possível encontrar na literatura historiográfica, no entanto, quem afirme que a farinha de mandioca ocupa lugar central entre esses mantimentos. Considerando essa possibilidade, as embarcações que levavam esse tipo de mercadoria para a África eram inúmeras. Ainda é preciso mencionar que essas mercadorias não eram apenas vendidas, mas, conseqüentemente, faziam parte de um mecanismo de capitalização para acumular recursos suficientes para se ter acesso aos escravizados que eram negociados nos mercados atlânticos.

Referências

Periódicos

CORREIO CARIOCA, n. 9, 19 jan. 1822. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 6 jul. 1821. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 3 ago. 1821. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 20 mar. 1811. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, n. 83, 16 out. 1811. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Livro de Assentos de Óbitos e Testamentos de Livres. n. 11. Microfilme 1. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu (1777-1798).

ARQUIVO Nacional de Angola. Folio 77. Cod. 442. Benguela, 16 fev. 1799.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro. Inventários: Juízo de Fora. Processo 1.824. Caixa 585. Bento Cabral, 1811.

ARQUIVO Nacional do Rio de Janeiro. Inventários: Juízo de órfãos. José Reginaldo de Mello e Velho. Caixa 1.122. Processo 346. Magé, 1811-1830, p. 14.

PINA MANIQUE, Diogo Inácio de. Representação a Rodrigo de Souza Coutinho para que se incentive a lavoura de mandioca para que possa enviar para o reino alguma farinha. Lisboa: [s.n.], 01/01/1800. 1 f. Cópia. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Localização: II-30,34,016 n. 003.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Aviso dirigido a Francisco da Cunha e Meneses mandando auxiliar a cultura de mandioca e o fabrico de sua farinha, vulgarmente chamada de pau. Mafra: [s.n.], 07/11/1800. 1 p., Orig. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Localização: I-31, 30, 104.

PLAN d'installation générale d'une Fabrication de Sucre mill et mandioca. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. I-32, 13, 005. Rio de Janeiro: [s/n], 10 dez. 1864.

EÇA, Antônio José Calmon de Sousa e. [Ofício ao governador da Bahia sobre o preço da farinha de mandioca]. Jaguaripe: [s.n.], 1770-1781. 6 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483469/mss1483469.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

JAGUARIBE (BA). Câmara Municipal. [Ofício dirigido ao governador da Bahia sobre a extração que fazem os lavradores da goma das farinhas de mandioca com total prejuízo dos povos]. Jaguaripe: [s.n.], 24 set. 1774. 2 f. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483481/mss1483481.pdf.

pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

LEME, José de Almeida. [Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, comunicando já haver transmitido aos moradores ordem para a produção de farinha e remetendo lista das pessoas empenhadas naquele serviço.]. Sorocaba: [s.n.], 9 dez. 1766. 3 doc. (2 p.). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460773/mss1460773.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

Fontes Impressas

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. 3.

BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro a Minas Gerais* (1833-1835). Belo Horizonte: Itatiaia/EdUsp, 1981. p. 51-52.

FERNANDES, Ambrósio Brandão. *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618). 2. ed. integral. Recife: Imprensa Universitária, 1960.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Províncias do Sul). Rio de Janeiro: Biblioteca Histórica Brasileira, 1972.

LAVRADIO, Marquês do. Relatório ao vice-rei Luís de Vasconcelos (1769-1779). *Revista do IHGB*, t. 76, p. 327-328, 1913.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EdUsp 1975.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia/EdUsp, 1980.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Capivara, 2003.

VON TSCHUDI, Jacob Johann. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia/EdUsp, 1980.

Artigos, Teses e Livros

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro* (1502-1700). v. 2. Rio de Janeiro: Andreia Jakobson Estúdio, 2011.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARQUIVO NACIONAL. Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual. *Fontes Arquivísticas*, v. 2. Rio de Janeiro, 1988.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUff 2008.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-Clio/Inepac, 2011.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840*. Tese (Doutorado em História) – Niterói: Uff, 2010.

CANDIDO, Mariana Pinho. Different slave journeys: Enslaved African Seamen on board of Portuguese ships, 1760-1820. *Slavery and Abolition*, v. 31, p. 395-409, Sept. 2010.

CANDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving frontiers: slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850*. Toronto, Canadá: York University, 2006.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 17-78.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara*. Séculos XVII e XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Uff, Niterói, RJ, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riquezas e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-92.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming atlantic slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. Dissertation (Doctorship in Philosophy in History) – UCLA, Los Angeles, 2003.

FLORENTINO, M. G. Morfologias da infância escrava e suas possibilidades, século XVII e XIX. In: FLORENTINO, M. G. *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933.

FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império Português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Batista; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: AN, 1992.
- GOMES, F. S. Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil Escravista. *Revista Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, p. 209-248, jul. 2002.
- GOMES, F. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- GOMES, F. S.; SOARES, Carlos Eugênio L. Dizem as quitandeiras... Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002.
- GOMES, Flavio dos Santos; FARIA, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- KARASCH, Mary. *A vida escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda, 2005.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MILLER, Joseph. A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sobra (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MILLER, Joseph. *Way of death: merchant capitalism and the Engolan slave trade (1730-1830)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- PEREIRA, Waldick. *A mudança da vila: História Iguaçuana*. Nova Iguaçu: IHGNI, 1970.
- PEREIRA, Waldick. *Barão do Tinguá*: Francisco Pinto Duarte. Nova Iguaçu: IHGNI, 1981.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consócio de Edições, 1996.
- PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. São João de Meriti: IPAHB, 2000.
- PINTO, Leonardo Aguiar Rocha. *Fregueses e freguesias: ação do Estado Português ao longo das vias de comunicação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Stampa, 2007.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SILVA, Rosa Cruz e. Benguela e o Brasil no final do século XVIII: relações comerciais e políticas. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sobra (orgs.). *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio L. *A capoeira escrava e outras tradições no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial (1850-1890)*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

SOARES, Carlos Eugênio L. *Zungui: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Aperj, 1998.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 61-83, jan./jun. 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. O vinho e a farinha, “zonas de sombra” na economia atlântica no século XVII. In: SOUSA, Fernando de (coord.). *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Lisboa: Cepes/ Afrontamento, 2008. p. 215-232.

SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF 2011.

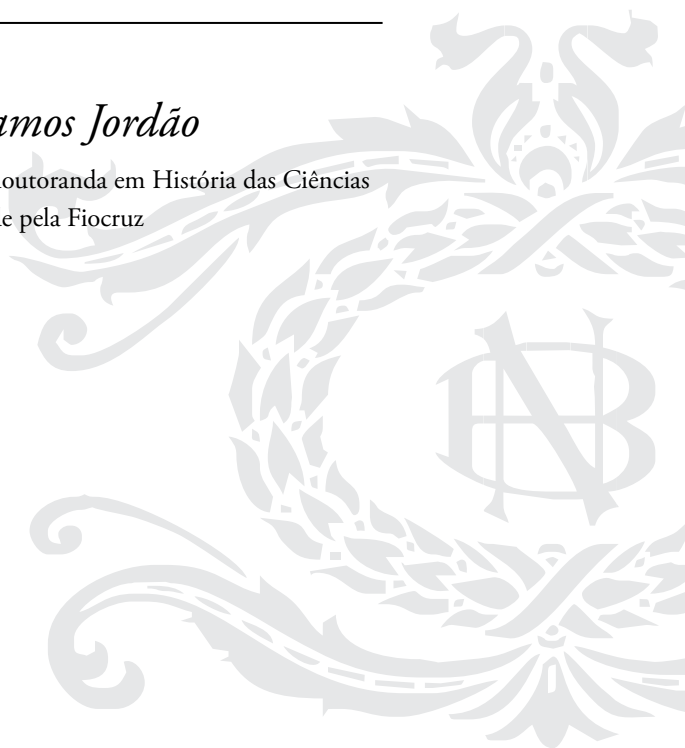
SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

(Sobre)Vivendo nos trópicos:
percepções sobre saúde e doença nas
cartas do bibliotecário Luís Joaquim
dos Santos Marrocos (1811-1821)

Lia Ramos Jordão

Técnica em Pesquisa da FBN; doutoranda em História das Ciências
e da Saúde pela Fiocruz





Resumo

O objetivo deste artigo é analisar percepções sobre saúde e doença presentes no acervo epistolar do bibliotecário luso Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escrito entre 1811 e 1821, na corte do Rio de Janeiro, buscando compreender como foi sua adaptação à vida nessa cidade, a partir de uma abordagem sociocultural da história das doenças, como indicado por Armus (2002) e Cueto (2020). Procuraremos mostrar como o bibliotecário mobilizava os saberes médicos, os diagnósticos e tratamentos próprios de seu tempo, valorizando a autoridade médica e recorrendo a variadas práticas de cura. Marrocos revela a convivência e conciliação entre diversos paradigmas que conformavam as artes de curar, trazendo elementos das teorias miasmáticas, ambientalistas e do higienismo, e da teoria humoral, de viés hipocrático, dispensando atenção ao clima e meio ambiente, saneamento e qualidade da água, e dos alimentos e regimes de vida.

Palavras-chave: História das doenças. Artes de curar. Período Joanino. Luís dos Santos Marrocos.

Abstract

This article analyzes perceptions about health and disease present in the epistolary collection of Portuguese librarian Luís Joaquim dos Santos Marrocos, this collection was written between the years of 1811 and 1821, at Rio de Janeiro, in order to understand how he settled himself at this city, based in a sociocultural approach to history of diseases, as indicated by Armus (2002) and Cueto (2020). We will try to show how the librarian mobilized medical knowledge, diagnoses and treatments typical of his time, valuing medical authority and resorting to various curing practices. Marrocos reveals the coexistence and conciliation between different paradigms that shaped the healing arts, bringing elements from miasmatic, environmental and hygienism theories, and from the humoral theory, based on the Hippocratic tradition, rejecting attention to climate and environment, sanitation and water quality, and food and life habits.

Keywords: History of disease. Healing arts. Joanine period (1808-1821). Luís dos Santos Marrocos.



Introdução¹

Meu objetivo neste artigo é analisar percepções sobre saúde e doença presentes no acervo epistolar do bibliotecário luso Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1781-1838), escrito entre 1811 e 1821, na corte do Rio de Janeiro (MARROCOS, 1939).

Apesar de esses temas estarem presentes na maioria das cartas de Marrocos, a correspondência não foi pesquisada especificamente à luz da história e da historiografia da saúde, que durante muito tempo privilegiou, em suas análises, o pensamento da medicina expresso na produção médica formal, destacando-se tratados, manuais e os mais variados documentos administrativos (ABREU, 2011).

Falar sobre saúde e doença a partir de cartas particulares de uma pessoa sem formação teórica ou prática na área coloca a reflexão aqui proposta em uma vertente mais recente da historiografia da saúde que reconhece o paciente como sujeito histórico relevante no processo de preservação da saúde, da ocorrência das enfermidades e das práticas de cura correspondentes (ARMUS, 2002; CUETO, 2020). Desta forma, a intenção é fazer uma abordagem sociocultural da saúde e das doenças no período em questão e entender como a experiência da saúde e da doença era vivenciada pelas pessoas comuns, propondo um entendimento desses aspectos para além da sua dimensão biológica. A proposta toma como parâmetro também a tradição da micro-história, que a partir de elementos narrativos bem circunscritos, neste caso, relativos a um personagem específico, contribui para a compreensão de visões de mundo, da vida e do cotidiano em uma escala mais ampla (GINZBURG, 1989). Em relação ao período em questão, a utilização das cartas como fonte documental se justifica, conforme Witter, segundo o qual

as doenças [antes do século XX] eram vividas [...] de forma coletiva, incluindo no espaço de sofrimento do enfermo todos aqueles que com ele se relacionavam. [...] [P]ercebemos o quanto era profunda e cotidiana a presença das inquietações com as dores e moléstias, a necessidade de tratá-las ou de evitá-las, bem como o sofrimento gerado por elas. Esse aspecto é ainda mais patente em fontes diretas, isto é, produzidas pelos próprios doentes e seus familiares, como cartas e testamentos [...]. (WITTER, 2006, p. 16).

Como veremos, a correspondência de Marrocos é exemplar nesse sentido. Nelas, o bibliotecário expressa preocupação cotidiana com a conservação da

1. Este artigo é uma reformulação do trabalho de conclusão da disciplina “História e Historiografia da Saúde”, ministrada pelos professores doutores Marcos Cueto e Gabriel Lopes no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, no primeiro semestre de 2020.

sua vitalidade, as angústias em relação à saúde dos familiares agora distantes em Lisboa, da família constituída no Brasil e do seu círculo de relacionamentos, inclusive dos membros da família real.

Por meio deste registro íntimo e subjetivo, intento compreender como um funcionário público imigrado de Lisboa, subitamente apartado da família, vive a experiência cotidiana de adaptação à vida na corte do Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao seu estado de saúde – e, posteriormente, da esposa e prole –, e analisar suas formulações sobre as próprias enfermidades e aquelas que assolavam a população da cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, procuraremos mostrar como o bibliotecário mobilizava os paradigmas médicos, os diagnósticos e tratamentos próprios de seu tempo, valorizando, por um lado, a autoridade médica mas também recorrendo a variadas práticas de cura.

Marrocos, em consonância com a medicina do período, revela a convivência e conciliação entre diversos paradigmas que conformavam as artes de curar, trazendo elementos das teorias miasmáticas, ambientalistas e do higienismo, e da teoria humoral, de viés hipocrático, dispensando atenção ao clima e ao meio ambiente, ao saneamento e à qualidade da água e dos alimentos e hábitos de vida. Esse quadro permitia a adoção de “remédios” de várias naturezas, fossem de origem vegetal ou animal, químicos ou cirúrgicos. Além de, evidentemente, não excluir os remédios espirituais, senão para curar, pelo menos para garantir a salvação (REIS, 2019, p. 83).

As preocupações relativas às condições específicas de saúde e doenças nos climas quentes dos trópicos, existentes desde a expansão marítima, também são constantes, embora o termo “medicina tropical” e a formação deste campo dos estudos médicos só viessem à baila na segunda metade dos oitocentos (BENCHIMOL, 1999; BENCHIMOL; SILVA, 2008). Por fim, veremos que a sua percepção sobre a qualidade da vida na cidade do Rio de Janeiro se apresenta fortemente negativa em sua chegada, mas vai sendo reformulada através dos anos, culminando em uma longa exposição de motivos para que sua família viesse viver com ele em terras brasileiras, revelando o longo e dramático processo de adaptação pessoal que acompanha a transformação da cidade colonial em capital do Reino Unido de Portugal e Algarves, até as vésperas da independência (KURY, 2012, p. 108).

A trajetória do conjunto epistolar

O conjunto de 185 cartas do bibliotecário endereçadas a seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos, foi redigido entre 1811, começando no curso da viagem transatlântica, e março de 1821, às vésperas da independência do Brasil. Francisco era funcionário da Biblioteca Real da Ajuda, motivo provável pelo qual as cartas foram cuidadosamente guardadas e seu conteúdo sobrevivesse até

os dias de hoje. Foi necessário mais de um século para que as cartas ficassem mais conhecidas do público pesquisador, o que ocorreu sobretudo a partir da sua publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LVI, do ano de 1934, com impressão datada de 1939. A iniciativa partiu do então diretor Rodolfo Garcia, editor desta publicação seriada, que ressaltou, em seu artigo de apresentação do volume, a necessidade de se lançar “mais luzes e mais documentos” a respeito do período “da transição da fase colonial, que findava, para a do Império independente, que ia em pouco iniciar-se, toda uma década da moderna história do Brasil” (GARCIA, 1939, p. 5). A partir delas, é possível construir a sua trajetória de adaptação ao Rio de Janeiro, dos pontos de vista íntimo e pessoal, como profissional e como homem público.

Antes da sua publicação impressa, esse acervo foi citado apenas, ainda segundo Garcia, no clássico *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, de Manuel de Oliveira Lima, que consultou as cartas originais, guardadas na Biblioteca da Ajuda em Lisboa (GARCIA, 1939, p. 5). A cópia dos manuscritos foi oferecida à Biblioteca Nacional pelo escritor e historiador Luís Edmundo, que provavelmente as encontrou em suas pesquisas nos arquivos portugueses para a elaboração de seus diversos estudos publicados sobre o Rio de Janeiro. Hoje, o acervo é conhecido sobretudo por meio do trabalho de historiadores que abordaram temas relacionados à história intelectual e do livro, à história do estabelecimento da Biblioteca Nacional no Brasil e à política do período (CONCEIÇÃO; MEIRELES, 2015; FONTES, 2015), destacando-se, neste âmbito, as sociabilidades palacianas, as quais Marrocos guardava o privilégio de acompanhar muito de perto. Devido a essa proximidade, Garcia julgou relevante alertar o leitor dos *Anais* para uma condição inerente às cartas: ao mesmo tempo que traziam relatos de seu próprio testemunho ou de “pessoas fidedignas”, por serem cartas de cunho particular, também exprimiam sem muito pudor as suas próprias paixões, devendo ser interpretadas com atenção especial pelos historiadores (BRÖNSTRUP, 2015, p. 102).

O fato é que as cartas revelam sobretudo uma vida cotidiana composta por rotinas, percalços, expectativas, angústias e valores que conformam a sua existência no exílio (CONCEIÇÃO; MEIRELES, 2015, p. 117-118). E, das 185 cartas, cerca de 80% fazem alusão, de forma breve ou mais aprofundada, à saúde, seja sua própria, dos familiares ou de terceiros, mostrando que era, para ele, um tema cotidiano e compartilhado.

O personagem: trajetória profissional e redes de sociabilidade

O português Luís Joaquim dos Santos Marrocos estudou em Coimbra e começou a trabalhar na Biblioteca Real em Lisboa em 1802, seguindo os passos de seu pai (GARCIA, 1939, p. 6). Em 1811, coube a ele, àquela altura

celibatário convicto, perto de completar 30 anos de idade, acompanhar o traslado da segunda leva do acervo daquela Biblioteca para o Rio de Janeiro. Chegando ao Brasil, Marrocos auxiliou os bibliotecários régios padre Joaquim Damaso e frei Gregório Viégas no “arranjo” dos cerca de 60 mil volumes da Biblioteca nas catacumbas da Ordem Terceira do Carmo, edifício onde funcionava também um hospital. (MARROCOS, 1939, p. 123). Logo constatou-se que o local era pequeno, “acanhado” e pouco ventilado, inadequado para abrigar o maior acervo bibliográfico das Américas. O príncipe regente não demorou para decidir pela desativação do Hospital dos Terceiros: em 1813, providenciou a transferência dos últimos pacientes para o Recolhimento do Parto, deixando o espaço exclusivo para a sua Livraria, a qual visitava com frequência através dos passadiços que ligavam os edifícios que abrigavam a administração do Estado, a residência real e a Capela, nos arredores da praça do Comércio (SCHWARCZ, 2002, p. 274-275; MALERBA, 2000, p. 195).

Ao longo desses anos, Marrocos trabalhou muito porque julgava “a ociosidade o oposto do seu gênio”² (MARROCOS, 1939, p. 98): zelou pela organização, preservação e pelo aumento do acervo da Real Biblioteca por meio de aquisições e doações, traduziu obras estrangeiras para a língua portuguesa, colaborou na edição de livros, acumulou cargos públicos e funções administrativas, entre elas o cuidado dos Manuscritos da Coroa.

Posteriormente, atuou como oficial na Secretaria dos Negócios do Reino. Se, nos primeiros anos, por vezes se queixava dos proventos recebidos e do pouco reconhecimento por seu trabalho como funcionário público – “no meio de roda a muita atividade, ainda não recebi prêmio algum”, resmungava (MARROCOS, 1939, p. 124) –, aos poucos, ascendeu social e profissionalmente, construindo uma rede de relações que passava pela estrutura de Estado, pelo clero e também por comerciantes e profissionais liberais.

Além das atividades como funcionário estatal, atuava como procurador e mensageiro, geria recursos de terceiros e intermediava transações comerciais particulares ultramarinas. Mantinha relação direta e afetuosa com dom João, a quem orgulhava-se de beijar a mão diariamente no gabinete de trabalho. Acompanhava de perto as mais diversas negociações políticas, conflitos e disputas de poder e comentava com o pai as decisões políticas e administrativas do Império. Àquele, do outro lado do Atlântico, enviava notícias oficiais, ao mesmo tempo em que lhe confiava “fofocas” palacianas, ou, nas palavras de Rodolfo Garcia, “mexericos noticiosos” (GARCIA, 1939, p. 17), sem medir as palavras, às quais o pai aparentemente retribuía à altura. Sobre algumas delas, pedia segredo, outras, mandava divulgar. Participava do cotidiano da administração do Império Português e, apesar de ter prosperado, vivia ansioso por

2. Para maior fluidez na leitura, optei pela atualização da ortografia e escrita por extenso das abreviações constantes no original.

mais reconhecimento por seus préstimos, fosse através de ganhos pecuniários ou pelo prestígio das mercês, que precisava disputar também com os súditos nativos (MALERBA, 2000; MARROCOS, 1939, p. 53).

Em 1814, o bibliotecário desiste da condição de celibatário e se casa com Anna Maria de S. Thiago Souza, filha de um bem-sucedido comerciante português com uma brasileira, cuja família incluía médicos, militares e funcionários do Estado. Segundo ele, em carta de tom bastante informal endereçada à irmã, a noiva “só tem o único defeito de ser Carioca” (MARROCOS, 1939, p. 213). Além de contribuir para consolidar a sua rede de relacionamentos na elite da corte, o matrimônio claramente contribui para suavizar suas queixas em relação ao país, à saúde e para elevar consideravelmente seu padrão de vida, visto que passa a viver em uma casa confortável com farta criadagem, “sem a menor despesa” (MARROCOS, 1939, p. 218). A constituição de uma família confere nova perspectiva para sua permanência no Brasil. Se, nos primeiros anos, Marrocos manifestava frequentemente o desejo de retornar à terra natal, essa intenção vai se turvando até se esvaír de todo. Nos últimos anos, indica que está muito bem estabelecido financeiramente, com o acúmulo de cargos públicos.

A correspondência cessa em março de 1821, um mês antes do retorno da família real para Portugal. Pelo conteúdo da última carta, percebe-se que o motivo da interrupção é pessoal e tem ares de rompimento. O bibliotecário se queixa da falta de retorno do pai desde meados do ano anterior e se refere a algum problema relativo a despesas não honradas pelo pai em Lisboa. Se houve contatos posteriores, não se tem notícia.

Chegada a independência, com família constituída, Marrocos permanece no Brasil e adere ao novo regime. Com a partida do bibliotecário dirigente Joaquim Damaso, que retorna seguindo dom João VI, Marrocos continua como prefeito da agora renomeada Biblioteca Imperial e Pública da Corte, cargo que acumula com o da Secretaria de Negócios, desta vez, do Império. Ele ainda estará na gestão da Biblioteca quando houver a assinatura do Tratado de Paz e Amizade de 1825, que garantiu a permanência da Biblioteca na nova nação mediante pagamento de polpuda indenização. Depois do seu desligamento da Biblioteca, permanece com o cargo de oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império até seu falecimento em 1838 (GARCIA, 1939, p. 16).

O pensamento médico luso-brasileiro e a saúde no Novo Mundo: desafios da cidade colonial

Na virada do século XVIII para o XIX, o mundo luso-brasileiro já havia incorporado de forma significativa o ideário ilustrado que orientava as práticas científicas (ABREU, 2011, p. 40). Na perspectiva da medicina, coexistiam e se mesclavam diversas teorias que embasavam as artes de curar aplicadas no

reino (CRESPO, 1990, p. 53-86). No debate médico, registra-se o movimento de aproximar teoria e a experimentação clínica, sobretudo a partir da reforma universitária de Coimbra (1772), que trouxe certa adesão ao estudo da anatomia e a princípios mecanicistas em relação ao funcionamento do corpo humano (ABREU, 2011, p. 73). Entretanto, no processo de desenvolvimento da medicina, persistiam a visão deste mesmo corpo como um microcosmo (ABREU, 2011, p. 93), os preceitos galeno-hipocráticos e a teoria humoral (LIMA, 1995; ABREU, 2011, p. 101), e sobressaíam as teorias miasmático-ambientalistas a nortear os diagnósticos e os tratamentos. As novidades científicas chegavam e, com algumas tensões e disputas, eram em larga medida conciliadas com as tradições mais antigas, produzindo um movimento que será definido como o neo-hipocratismo (ABREU, 2011, p. 154; KURY, 2008, p. 157). Desde o último quartel do século XVIII, a Coroa portuguesa promove tentativas de regularizar e fiscalizar as atividades médicas, curativas e farmacêuticas, como, por exemplo, por meio da criação da Junta do Protomedicato em 1782, que funcionaria até 1809 (CRESPO, p. 26, 1990; ABREU, 2011, p. 141; FONSECA, 2008, p. 33-34), depois substituída pela Fisicatura-Mor (PIMENTA, 2019, p. 90). Havia, de fato, um crescente prestígio e legitimação da figura do médico e do cirurgião formados, mas atuavam também os padres, barbeiros sangradores e, evidentemente, curandeiros e charlatães, que eram procurados pela população das diversas classes sociais. Os médicos do Reino eram escassos e pouco acessíveis para a população em geral, ou até mesmo dispensáveis para grande parte da população. Na América portuguesa, a transferência da corte para o Rio de Janeiro provocou a vinda dos profissionais que atuavam em Portugal e a abertura dos primeiros cursos de formação médico-cirúrgica no Brasil, em 1813 (PIMENTA, 2019, p. 90-92).

As autoridades portuguesas, desde o último quartel do século XVIII, esforçavam-se pela promoção da “saúde do povo”, com vistas à redução da mortalidade em geral e da incidência das epidemias, o maior receio de todos. Desta forma, surge a noção de medicina preventiva, trazendo políticas públicas de higiene, de vacinação e melhorias das condições gerais de vida da população, alimentação e moradia, por exemplo. A doença era considerada um fenômeno multifatorial. Para seu surgimento, contribuíam diversos aspectos, como o clima, as estações do ano, a qualidade do ar, da água, dos alimentos, dietas e hábitos de higiene, além das vestimentas e das habitações. Mais do que identificar e tratar a doença em si, a medicina abordava o corpo doente em sua integralidade (ABREU, 2011, p. 141-146; CRESPO, 1990, p. 216-256).

Todos os conceitos que norteariam a medicina do período, somados à observação da própria realidade, geravam uma preocupação específica relativa à manutenção da saúde e o combate às doenças no Novo Mundo. Manifestações de doenças seriam imediatamente associadas ao clima tropical de altas temperaturas e umidade, e às populações que os habitavam, com destaque,

evidentemente, para os africanos escravizados, muitas vezes considerados portadores de moléstias específicas. Além disso, essa expansão por territórios de natureza “exótica”, antes inexplorados pelos europeus, possibilitava o conhecimento de outros recursos farmacológicos, a partir do acesso a outras floras, ao mesmo tempo em que representava a escassez de outros.

A circulação de pessoas entre a Europa e as colônias aumenta gradativamente e, no caso do Império português, a transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro é um episódio emblemático. Luís dos Santos Marrocos foi uma das cerca de 15 mil pessoas que vieram de Portugal para o Rio de Janeiro em um curtíssimo espaço de tempo, a partir de 1808, fazendo a população livre da cidade se multiplicar rapidamente, gerando uma necessidade de reacomodação urgente (MALERBA, 2000). Não era só o número de pessoas que mudava mas também o perfil delas: era preciso adequar a cidade à presença da família real, aos nobres, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros, torná-la mais salubre, mediante promoção da circulação de bons ares e escoamento das águas, respondendo às exigências ditadas por uma concepção de saúde pautada pelo ambientalismo e higienismo (KURY, 2012, p. 85-86).

As doenças e suas causas: clima, miasmas, humores e regimes de vida

Para um homem ilustrado do começo do século XIX, a ameaça de moléstias e a morte, ou o receio dela, faziam parte do cotidiano. As expectativas de Marrocos não são diferentes e suas “mil aflições” começam na expectativa de sobreviver à longa e terrível viagem transatlântica. Como se não bastasse o medo do naufrágio, a travessia acontecia em péssimas condições sanitárias e alimentares:

Ao oitavo dia de viagem já era corrupta e podre a água de ração, de maneira que se lançam fora os bichos para poder beber-se: tem se lançado ao mar muitos barris de carne salgada podre [...]. Não há botica suficiente para os doentes, pois não consta mais do que de meia dúzia de ervas, sendo aqui as moléstias em abundância; não há galinhas nem carnes frescas para eles. (MARROCOS, 1939, p. 29-30).

O pavor de morrer no oceano, o que impediria o cumprimento dos rituais funerais e o sepultamento em local apropriado, era comum aos que se aventuravam pelo Atlântico (REIS, 2019, p. 107). Já a expectativa sobre como reagirá à mudança completa de ambiente é ainda maior. “De noite não posso dormir mais que uma hora, porque o resta fica-me para eu pensar nos lances presentes e futuros da minha vida” (MARROCOS, 1939, p. 29). O fato é que ele aporta razoavelmente incólume: sem qualquer dilema aparente para incorporar o sistema

escravista, compra “um negro por 93\$600” (MARROCOS, 1939, p. 35), se instala em uma “confortável residência”, inicia os trabalhos na Biblioteca Real e, assim, seu processo de adaptação à vida nos trópicos.

Marrocos também compartilha dos paradigmas vigentes a respeito da origem e causa de doenças típicas dos trópicos, às quais ele se refere como “moléstias do País” (MARROCOS, 1939, p. 44). Desta forma, contribuem para o mau estado da saúde coletiva: o clima (quente ou frio, úmido ou seco), a qualidade do ar, sujeito aos miasmas e aos maus humores de diversas origens.

O bibliotecário, em conformidade com as doutrinas médicas já mencionadas, é convicto de que o clima da cidade tem larga interferência na sua saúde, conforme aponta já nos primeiros meses de residência: “Eu tenho curtido um grande defluxo procedido do ar infernal desta terra, e tenho sofrido uma grande hemorragia de sangue pelo nariz: por cuja causa estou temendo os grandes calores do verão, porque me hão de afligir muito” (MARROCOS, 1939, p. 34). Nota-se que a preocupação com a temperatura aparece primeiro em carta datada de julho, auge do tímido inverno carioca. A inevitável mudança de estação significava de antemão a certeza de que alguma moléstia de determinada natureza teria que ser enfrentada. Já em Portugal, “os invernos são mais benignos” (MARROCOS, 1939, p. 206). Este entendimento era bastante comum, visto que uma parte grande das enfermidades, em Portugal, era considerada sazonal e associada a estações específicas (CRESPO, 1990, p. 119-145).

O sobressalto era permanente, visto que algo poderia acontecer de uma hora para outra, devido ao clima. Em abril de 1816, ele relata que

a presente mudança de estação tem sido funesta pelas moléstias que têm atacado geralmente aos habitantes, especialmente mortes repentinas, e danação de pessoas, o que horroriza pelos repetidos acontecimentos destes, chegando a tal excesso que num só dia morreram no Hospital 7 homens danados. (MARROCOS, 1939, p. 273).

É a única referência à raiva humana em suas cartas e, por ser uma doença fatal, a referência à morte de vários no hospital provavelmente indica o isolamento mediante internação como procedimento habitual no caso desta enfermidade.

Em fevereiro de 1812, demonstra-se preocupação específica com as mortes entre os portugueses natos, na sua visão, mais suscetíveis, posto que menos aclimatados:

[E]stá claramente decidido que este Clima é mais pestífero do que o de Cacheu, Caconda, Moçambique, e todos os mais da Costa de Leste; pois aqui há notícias de que ali já não há as epidemias e carneiradas antigas: aqui anda sempre o S. Viático por casa dos enfermos, de dia e de noite; as Igrejas continuamente estão dando sinais de defuntos: e há pouco eu soube que só na Igreja de Misericórdia desta

Cidade se enterraram no ano de 1811 para cima de 300 pessoas, *naturais de Lisboa!* (MARROCOS, 1939, p. 60, grifo do autor).

Embora Marrocos considerasse o verão bastante nocivo à sua saúde, “devido à sua constituição” (MARROCOS, 1939, p. 369), a estação fria também tinha seus problemas, pela excessiva umidade: “começando há pouco o inverno nesta parte do Brasil, tem já feito estragos horríveis, em moléstias que por suas complicações, parecem novas e desconhecidas, como afirmam os da profissão” (MARROCOS, 1939, p. 199). Ou seja, mesmo que as doenças fossem as mesmas que ocorriam na Europa, apresentavam outros sintomas, outro prognóstico ou evolução podendo ser mais graves no clima tropical do que normalmente eram na Europa.

Sua impressão sobre a cidade tropical, nos primeiros anos, era a de que seria praticamente impossível ser saudável nessas terras: “Aqui é o que se ouve: e quando se encontra qualquer pessoa, não se pergunta *se tem saúde*, mas sim *de que se queixa?*” (MARROCOS, 1939, p. 70). Não poupa papel e tinta para informar detalhadamente sobre a condição dos enfermos e falecidos entre as pessoas públicas, fossem funcionários do governo, da família real e até mesmo o físico-mor do reino, Manoel Vieira, que, diante de um repentino ataque, temendo o pior, mandou chamar um confessor às pressas (MARROCOS, 1939, p. 70).

Mesmo passados muitos anos, o calor continua sendo um fator importante na definição das doenças, conforme relata em 1818:

eu, depois que no dia 6 de fevereiro fui atacado por uma febre biliosa, [...] tenho passado sofrivelmente: a exceção dos incômodos que geralmente se padecem, procedidos do *intensíssimo calor desta quadra, que de ordinário é a origem do maior número de moléstias atuais*, tendo em modo de epidemias levado muita gente à sepultura. Deus queira refrescar o tempo, para promover e vigorizar a saúde geral; e quanto a mim, conhecendo perfeitamente quanto este clima me é assaz avesso e fatal, pois que sempre me traz mais ou menos doente, e me faz sofrer a cada ano, pelo menos, duas moléstias graves, e de ir de cabeça abaixo. (MARROCOS, 1939, p. 320, grifos nossos).

A influência do clima era, portanto, fundamental: em novembro de 1812, estando “aqui no tempo de maior calor, que tem me incomodado em excesso, em razão de me sobrevir uma disenteria há 9 dias, que tem me debilitado muito: tenho tomado alguns remédios e hoje de tarde espero sair pela primeira vez” (MARROCOS, 1939, p. 109). Meses antes, a preocupação era com o inverno que, embora não rigoroso, era demasiadamente úmido e “mui desagradável pela sua irregularidade, grassando muito as moléstias dos olhos” (MARROCOS, 1939, p. 80). Anos depois, em 1817, embora mais adaptado, ainda

manifesta preocupação geral com as estações: “temo sempre os efeitos, que em mim produz o tempo calmoso e seco, ainda que verdadeiramente aqui não se observa completa secura, por ser este Clima muito úmido, e o mesmo calor é úmido, princípio fatal para todo o vivente” (MARROCOS, 1939, p. 303). Ou: “neste infernal Clima, onde qualquer dorzinha é mortal!” (MARROCOS, 1939, p. 60).

Esse fator se conjuga de forma estreita com as teorias miasmáticas, que prevalecerão com relativo consenso durante todo o século XIX, até que a revolução da microbiologia pasteuriana se impusesse (BENCHIMOL, 2003, p. 42-43). Segundo o bibliotecário “[nesta terra há] sempre uma contínua epidemia de moléstias pelos vapores crassos e corruptos do terreno” (MARROCOS, 1939, p. 60). No verão de 1814, quando a cidade sofre com uma longa estiagem, os ares se tornam uma ameaça ainda maior à saúde do povo:

A presente estação tem sido tão seca e estéril, que todos lamentamos e tememos grandes males. [...] Os Médicos têm prevenido por todas as casas haverem prontos archotes, e outras composições de alcatrão, para se incendiarem na primeira ocasião de chuva, por causa da péssima exalação dos vapores da terra, que então se desenvolverem: pois que sempre são nocivos. (MARROCOS, 1939, p. 187).

O bibliotecário demonstrava constantemente o medo com as epidemias, que de fato eram, em relação à saúde do povo, a maior preocupação (CRESPO, 1990, p. 146):

são aqui tantas as epidemias, que S.A.R. se viu obrigado a retirar-se para a sua Chácara de S. Cristóvão, donde manda perguntar cada dia à Cidade quantas pessoas morrem, o que é sempre em grande número [...] Queira V.M.ce refletir que tal é a terra! Quando vou fora, encontro a cada passo ou o Sacramento, ou algum enterro, e os sinos das Igrejas não cessam de dar sinais para estes dois fins. (MARROCOS, 1939, p. 66).

Além da influência dos miasmas, Marrocos alegava que para as epidemias contribuíam os “humores pestíferos da negraria e escravatura, que aqui chega da Costa de Leste, contando-se cada ano desembarcarem neste porto 22\$000 pretos para cima” (MARROCOS, 1939, p. 60). Acreditava-se que os negros desenvolvessem moléstias próprias, ou por sua constituição física ou importadas do seu ambiente original, e contribuíam para a propagação dessas doenças na cidade.

Por sua vez, o estado de higiene das vias públicas era considerado terrível: é a “Cidade de pouca extensão, e mui semelhante aí ao Sítio de Alfama ou fazendo-lhe muito favor, ao Bairro Alto nos seus distritos mais porcos e imundos” (MARROCOS, 1939, p. 38). O Rio de Janeiro, portanto, terra úmida, calorenta, abafada, com grande concentração populacional, segundo ele, era

a terra das enfermidades epidêmicas. Durante uma febre contagiosa de 1812, conta: “Vejo morrer no dia às dúzias! Tem sido tal o contágio, que em poucas semanas têm morrido mais de mil pessoas” (MARROCOS, 1939, p. 69).

Outro fator relevante para a conservação da saúde é o “regime de viver” (ABREU, 2011, p. 182), que significava levar uma vida regrada e dentro da moralidade, observando-se fatores como a alimentação, o sono, os exercícios, buscando equilíbrio e evitando os excessos, aí inclusos a vida sexual e as paixões exacerbadas. Não por acaso, Marrocos critica alguns de seus conhecidos, como explica no caso da longa e, por fim, fatal enfermidade do conde de Galveas, com direito à sutil insinuação a respeito de sua orientação sexual. Segundo ele, apesar de casado, o conde tem um vício que faz ele “desconhecer” a própria esposa e “nutre a sua fraqueza com brejeiros e sevandijas. Por causa deste vício, em que está mui debochado, tem padecido de muitos ataques, que o paralisam totalmente, mas ele confessa que não pode *passar sem a sua diária!*” (MARROCOS, 1939, p. 78). Também tece comentários críticos sobre o infante dom Miguel, cuja tísica é atribuída aos “excessos da sua viveza” (MARROCOS, 1939, p. 148).

Marrocos, certo de que a sua postura individual correta lhe dá “a fortuna de ir escapando” (MARROCOS, 1939, p. 77), acaba justificando em parte a sua decisão de contrair matrimônio com esse tipo de argumento:

Vim para esta Corte, e mudando de Clima, mudei também de resolução. Porque havendo experimentado muitas alternativas à minha vida; sofrido tantos desgostos, traz comigo uma experiência penosa, trabalhosa, solitária, e sempre arriscada, e tendo procurado, para suavizar e diminuir estes males, todos os meios que a minha razão e filosofia me podem granjear: estes se me têm tornado infrutuosos [...], indo a decair cada vez mais em desarranjos, moléstias e incômodos [...]; não me convém seguir o mesmo sistema, vivendo como misantropo, e vindo algum dia a precipitar-me em vícios [...]. (MARROCOS, 1939, p. 178).

O casamento é em larga medida um ponto de virada na trajetória de adaptação de Marrocos à nova terra. E com ele, chegam novas preocupações.

A saúde na vida privada: entre a família e os escravos domésticos

Como vimos, a saúde era um elemento constante de apreensão no cotidiano de Marrocos, o que certamente não era exclusividade dele. No começo do século XIX, uma doença qualquer poderia levar a um desfecho trágico. Acompanhamos alguns de seus dilemas quando solteiro, mas, uma vez constituindo família, novos elementos se agregam à narrativa: as doenças eram vividas coletivamente. Em relatos por vezes dramáticos, Marrocos revela a vivência familiar das enfermidades:

Há tempos que eu e quase todos desta Casa temos padecido mais ou menos nesta estação de epidemias, que têm grassado por toda a Cidade [...]. Anna foi a primeira contagiada, que caiu e eu o segundo, ela levantou-se e eu fiquei na cama 17 dias, depois dela, em razão das febres que continuaram por aquele tempo: de sorte que, sendo o Médico chamado para uma doente, aumentou-se-lhe aqui em casa o nº a cinco, comigo que fui o mais agravado, ainda me conservo em uso de remédios, para convalescença. Dou graças a Deus de me não falecer ninguém daquela epidemia, [...] por que em todas as casas provou o contágio, e em muitas delas levou pessoas à sepultura. Os Facultativos e os Párocos concordam em chamar a esta moléstia *Catarro Maligno* [...]. (MARROCOS, 1939, p. 287).

Embora confessasse torcer para que não houvesse “aumento na família” (MARROCOS, 1939, p. 247), a natureza se impõe e o casal tem três filhos. O primeiro, um menino “muito bonito”, apesar do “feliz parto”, falece do “mal de embigo” ou “mal de sete dias” (MARROCOS, 1939, p. 287), hoje reconhecido como tétano neonatal, uma infecção bacteriana que se instala por meio do corte do cordão umbilical do bebê, causa muito comum de mortalidade de recém-nascidos à época, visto que, diante da inexistência da microbiologia, não havia conhecimento pleno de sua etiologia e terapêutica eficaz para tratá-la ou para preveni-la.

A perda do filho, aparentemente, é encarada com razoável naturalidade. A mortalidade infantil era bastante alta e era comum que os pais se preparassem para a possibilidade de a criança não superar a primeira infância. Ademais, a crença na vida eterna dos “anjinhos” conferia à morte outro significado, mais positivo (REIS, 2019, p. 95-96). Tendo recebido o sacramento do batismo às pressas no sétimo dia de vida, diante dos sintomas da doença sabidamente fatal, “foi para o Céu” quatro dias depois, sendo sepultado, conforme costume, no Convento do Carmo (MARROCOS, 1939, p. 287).

Nos anos seguintes, Anna dá à luz duas meninas. O pai nutre grande afeto por elas e se diverte com seu crescimento, definindo-se como um “velho basbaque” diante delas. Seus relatos revelam algumas das principais preocupações relativas à saúde e desenvolvimento das crianças. A primeira é sempre o parto, evento que desperta os temores da esposa, não sem razão, visto que a mortalidade materna era significativa. Uma vez superado esse evento perigoso, que ele se limita a informar sem oferecer nenhum detalhe, a amamentação é uma questão.

Marrocos relata posturas diferentes em relação ao aleitamento de cada uma das meninas. A primeira filha, para sua surpresa e satisfação, é amamentada pela própria esposa, o que não era comum para as mães de sua extração social, as quais costumavam recorrer a amas de leite, sobretudo as escravas. O próprio Marrocos reconhece:

Há 6 dias que Anna teve o seu sucesso muito feliz, de que se está restabelecendo [...], e a menina se acha muito boa, nutrindo-se do leite da Mãe, que não quer que negra a crie, como aqui é costume. Eu estimo isso muito; pois me parece mais natural e decente que a criação dela seja feita pela Mãe, do que pelas negras que me causam nojo e asco. (MARROCOS, 1939, p. 320).

Embora tenha sido uma experiência bem-sucedida, aparentemente o casal achou a empreitada muito sacrificante ou, então, apenas reviram a opinião em relação ao sistema de aleitamento comum das classes mais abastadas (ALENCASTRO, 2019, p. 52-53) que outrora questionavam. Na gestação da segunda filha, diferente da primeira, ele toma a decisão – talvez unilateral – de entregar a tarefa a uma escrava:

Anna se acha já mui próxima a ter o seu sucesso, para eu ter mais quem me haja de distrair de muitas melancolias. Como não julguei conveniente que ela criasse mais filho nenhum, pelos incômodos que experimenta, como se viu com esta primeira, comprei de antemão uma preta com leite para servir de ama pelo preço de 179\$200 rs, e mandei buscar ao hospital dos Expostos um menino enjeitado para minha casa, a fim de ir conservando o leite da preta, até que se verifique o parto de Anna. (MARROCOS, 1939, p. 369).

A prática do aleitamento das crianças da elite pelas amas de leite podia tomar várias formas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, sendo executada por mulheres quase sempre pretas, podendo ser livres, libertas ou, mais comumente, escravas (MARTINS, 2012). No caso da família Marrocos, a empreitada envolveu vários elementos: além da compra da escrava – distinguindo-se do aluguel, também bastante comum, era necessário manter a lactação dela até o parto da esposa e, para tal, em vez do filho da escrava, cujo destino desconhecemos, o pai traz um menino “enjeitado” (MARTINS, 2012, p. 156).

A mudança de postura entre uma gestação e outra mostra como o casal incorpora a prática comum à elite da corte, tornando-se cada vez mais ambientados social e culturalmente. Ele mesmo, nas cartas finais, atenta para a sua inserção cada vez maior nos modos da elite, compatível com a sua posição social: descrevendo ao pai em detalhes a sua condição financeira e seus bens, com destaque para o número de escravos e suas ótimas qualidades, conclui: “Neste estado vivo tranquilo, cuidando em me reformar de todas as coisas precisas, e de elevar a nossa decência a um grau equivalente à nossa situação, não entrando nisto nunca o luxo nem a impostura” (MARROCOS, 1939, p. 379-380).

Em várias ocasiões, Marrocos relata as dificuldades da saúde e uma ameaça constante eram as febres, que eram percebidas como a doença em si e não simplesmente como um conjunto de sintomas. De acordo com Freitas,

[D]esde a antiguidade até o estabelecimento da microbiologia no final do século XIX, as febres correspondiam a um conjunto amplo e difuso de manifestações patológicas e podiam ser entendidas tanto como sintoma de alguma enfermidade quanto como enfermidade em si. O calor, hoje característica definidora da febre e medido com precisão pelo termômetro, não passava de sintoma marginal e de menor importância para muitos praticantes da medicina. Esses estavam mais atentos ao pulso, ao vigor observado no paciente, às dores que relatavam sentir, às secreções que expeliam, associados à sua história de vida, hábitos alimentares, atividades diárias e a uma intrincada série de outros fatores. (FREITAS, 2020, p. 725).

Com diversas origens, sintomas e etiologias, as febres são temidas em função da gravidade e imprevisibilidade do bom termo, tornando esses eventos dramáticos. As cartas são uma rara fonte de pesquisa a respeito do enfrentamento cotidiano da ameaça dessas doenças no mundo familiar privado (FREITAS, 2020, p. 727). Em 1818, o próprio Marrocos explica: “quando estas febres atacam a qualquer indivíduo, ou prostram-no inteiramente, que o levam logo à sepultura, ou deixam-no em tal estado, que nunca mais sabe o que é saúde” (MARROCOS, 1939, p. 333).

Em outro momento, mostra-se resignação diante da possibilidade de perder a filha mais velha de uma dessas febres: “minha filha está com pouca esperança de resistir, porque [à febre] se lhe juntou a força dos dentes e por causa dela padecem todos aqui um incômodo incrível: paciência, irá para o irmão, que foi adiante” (MARROCOS, 1939, p. 345). Vê-se que muitas vezes a sensação de impotência diante da morte era grande. Felizmente, o prognóstico não se confirma:

Há tempos que esta Casa se tem figurado um Hospital com febres catarrais e sarampo, que não pouco trabalho têm dado, sofrendo a família toda [...]. Minha filha esteve quase morrendo com três repetições da catarral [...] o meu moleque antigo também esteve a findar com respeitável sarampo, que o pôs na figura de um bicho medonho. Mas graças a Deus, já vou vendo o fruto de nossos cuidados, serenando a tempestade e o restabelecimento dos doentes, e por fim seremos, eu e Anna, os mais queixosos, por cair sobre nós a maior carga de trabalho e desvelo no seu tratamento, que nos deixou bem fatigados. (MARROCOS, 1939, p. 347).

Neste trecho, chama a atenção também a incorporação do seu escravo no relato de uma onda de enfermidades familiar. Não é a única vez em que isso ocorre, mostrando como a vida dos senhores e dos escravizados domésticos urbanos se misturava na esfera privada (ALENCASTRO, 2019, p. 13). Em outro momento, Marrocos relata a doença de seu “moleque muito fiel” junto com as doenças da família, bem como faz questão de mostrar seu empenho em curá-lo, administrando remédios ou garantindo seu repouso. Tratar os escravos

era importante não só por obrigação moral ou religiosa, embora eventualmente os afetos pudessem também pesar nessa dedicação, mas também pelo valor investido (WITTER, 2006).

Em outubro de 1812, ainda solteiro, ele relata a primeira doença relacionada ao seu escravo:

Eu vivo sem novidade, [...] e agora mais mortificado por ter o meu Preto mui doente a purgar péssimos humores, que trouxe de Cabinda, o que a todos sucede: se ele me morre, faz-me falta pelo grande auxílio que por sua habilidade eu tinha, além da perda pecuniária que não será tão pequena. (MARROCOS, 1939, p. 104).

Vê-se que Marrocos entende essa enfermidade como originária da África. Em outro momento, o escravo apresenta uma febre considerada típica dos climas quentes:

O meu moleque acha-se muito doente com uma febre contínua que lhe chamam intermitente, e que reina agora muito: há 3 dias não dá acordo de si, de sorte que se lhe deitam os caldos e remédios com violência pela boca abaixo; e eu desconfio que haja ali proximidade de bexigas, porque ainda as não teve. Tenho sentido estes golpes quanto não posso expressar, não só pelas muitas circunstâncias de falta de saúde, mas pelo total desamparo e soledade em que vivo, obrigando-me a minha precisão a exercitar os serviços domésticos, para que sou inábil, a benefício do meu mesmo moleque [...]. (MARROCOS, 1939, p. 195).

Já casado, lamenta ter perdido “dois negros, ambos para as bexigas, que apesar de serem ainda novos, já me faziam interesse: não há remédio senão consolar-me com esses golpes” (MARROCOS, 1939, p. 282).

Se as bexigas eram uma preocupação em relação aos seus escravos, ele tentou garantir que o não o seria para suas filhas. A vacina contra a varíola, recém-chegada ao Brasil, é dada por insistência do pai, confiante da segurança e dos benefícios, visto que “tem sido aqui esta moléstia mui fatal a grandes e pequenos” (MARROCOS, 1939, p. 332): “no dia 6 deste mês consegui vaciná-la, vencendo as teimas e temores da Mãe, e pelo que se observa aproveitou bem a vacina em todas as quatro incisões que se lhe fizeram nos braços” (MARROCOS, 1939, p. 343). É interessante confirmar que Marrocos estava aberto às inovações no campo da medicina. Ele mesmo aponta a importância da difusão dessa prática:

S. Alteza a princesa da Beira foi muito feliz na segunda tentativa que se fez sobre a vacina, não tendo esta pegado na primeira, e saíram-se só três bexigas. Este bom resultado vai aí a publicar-se, para animar a todos a seguirem este exemplo, na verdade de todo o benefício por sua prodigiosa descoberta. (MARROCOS, 1939, p. 395).

Entre médicos, cirurgiões, barbeiros e padres: diagnósticos e as artes de curar

Embora desde a segunda metade do século XVIII a Coroa portuguesa estivesse implementando políticas de regulamentação da saúde pública, atuavam no campo das artes de curar, concomitantemente, médicos (ou físicos), cirurgiões, barbeiros, sangradores, curandeiros e, até mesmo, padres. No Rio de Janeiro, a escassez de médicos formados era notória e a população, numerosa e heterogênea. Em função da sua rede de sociabilidade e suas condições financeiras, provavelmente o bibliotecário tinha acesso a todos os recursos de medicina disponíveis, com acesso, inclusive, aos físicos e cirurgiões formados que assistiam membros da família real e a corte. Em uma de suas primeiras cartas, ele conta que já recebia visitas, entre elas, do então cirurgião da Câmara, Antonio João (MARROCOS, 1939, p. 34).

Como já foi ressaltado, as formulações do bibliotecário a respeito da saúde, sua e coletiva, dos escravizados domésticos e da família real incorporam aspectos que se coadunam com toda a miscelânea de teorias e paradigmas que conformam a prática médica do período em que vive. Apesar de leigo em medicina, Marrocos era bem-informado – vale lembrar que tinha à sua disposição a maior biblioteca das Américas. Além disso, participava de projetos editoriais e, entre 1815 e 1816, segundo seu próprio relato, traduz para a língua portuguesa, a pedido da Coroa, dois tratados de medicina:

[E]stou incumbido da tradução francesa de um *Tratado de Polícia de Saúde para os Exércitos e Armadas, que há de vir a servir como um Corpo de Instruções e Regulamentos* [...]: depois de a corrigir pelo alto, uma cópia em limpo para S.A.R. ver, e depois de há de ser mandada examinar por este Sapientíssimo Corpo Médico – Político, para se lhe fazerem as alterações e mudanças na forma de aplicações, segundo nossos usos. Ouço dizer que há de ser remetida à Impressão Régia de Lisboa, para ser impressa por conta do Estado. (MARROCOS, 1939, p. 256, grifo nosso).

Esta é uma obra de M.F.E. Foderé, publicada em 1813. Na sequência, ele traduz também *Tratado da Ginastica Medicinal extraído do Tratado d'Higiene Aplicada à Terapêutica por J.G.B. Barbier*, de 1811. Segundo Rodolfo Garcia, as suas versões não são impressas (GARCIA, 1939, p. 8). De qualquer forma, nota-se o esforço da Coroa em fazer circular em todo o reino obras bastante recentes de medicina voltadas para o tema da higiene e saúde pública, incorporando os saberes desenvolvidos em outros países da Europa.

Evidentemente, não cabe aqui fechar um diagnóstico psicológico do indivíduo, embora seja possível dizer que era um “melancólico”, ou, como ele se

qualifica, um hipocondríaco³, termo que utiliza para designar sua ansiedade por notícias da família deixada em Lisboa (MARROCOS, 1939, p. 86). Suas maiores queixas individuais são as dores de cabeça, associadas a variados sintomas e as terríveis hemorroidas, que muito o aborreciam (GARCIA, 1939, p. 11).

Os tratamentos eram administrados em domicílio e os medicamentos, custeados particularmente. Frequentemente, queixa-se das despesas com botica e curativos, mas não mede esforços para obter o que houvesse de melhor em recursos terapêuticos. O médico, cuja profissionalização ganha fôlego no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, parece ser o profissional mais confiável, sendo o mais mencionado. Em algumas circunstâncias, entretanto, Marrocos se surpreende. Ao relatar uma doença grave do marquês de Vagos, cujas “pernas são duas fontes de matérias e maus humores em grande abundância, [...], sendo desenganado de todos os Médicos da Câmara, tem achado alívio de um Médico Carcunda, de boa nota” (MARROCOS, 1939, p. 138-139). Seria aquele conhecido de fato por esta alcunha ou uma forma de menosprezar a posição do profissional?

Logo em seu primeiro ano no Brasil, ele conta:

Tenho passado com uma tosse infernal, que me incomoda muito, e alguma impressão me faz ao peito: por cuja causa estou em uso de alguns remédios, para atalhar o pior; mas sempre trabalhando. Obrigam-me os Médicos a tomar vinho quinado em jejum, e a não beber a água desta terra sem a mistura de Genebra, e bem cedo principio com mezinhas. (MARROCOS, 1939, p. 36).

Em uma de suas crises da cabeça, ele conta que está “gastando em demasia. Custa-me cada copinho mui pequeno de jaleia de substância 1:920 réis, e cada garrafa de vinho de Champagne 2:500 r.s.” (MARROCOS, 1939, p. 63).

Dois episódios marcantes na sua vida, relatados em minúcias, apresentam detalhadamente os tratamentos empregados: o primeiro dele foi para seus “ataques de cabeça”, que Marrocos considerou tão bem-sucedido que chamou de “metamorfose”.

O responsável não foi um médico, mas um Padre. Entre as várias tentativas de tratamento, da aplicação de “éter vitriólico em panos na cabeça” (MARROCOS, 1939, p. 59) ao uso de turbantes de lã para fazer “suar em bica” e que o faz andar pela casa “feito Mouro” (MARROCOS, 1939, p. 101), passando pelo uso do café e dos cataplasmas nos pés (MARROCOS, 1939, p. 69), eis que em carta bem mais longa do que o habitual, Marrocos relata que,

3. Marrocos relata ataques de hipocondria, mas a princípio não parece se referir aos medos excessivos de doença, mas sim à melancolia, tratados como sinônimos no século XIX (PINTO, 1832, sem paginação).

havendo padecido tanto da minha dor de cabeça, e sendo o dia de S. Lourenço para mim o maior tormento, resolvi-me procurar 2ª vez o Padre Teixeira, de casa da Duquesa de Cadaval, e sujeitar-me ao seu curativo. Havendo sido a minha cabeça nas mãos dele vítima de jeitos e trejeitos por suas apalpadelas, me insinuou o Pe. do modo que eu havia de praticar nos meus ataques, com vai escrito no papelinho adjunto, n.ºs 1º, 2º e 4º nos primeiros dias consecutivos, entrei a evacuar sangue pela via posterior, e nunca mais até hoje fui atacado da dor de cabeça, que tenho no melhor desembaraço possível.

Depois de tantos anos de padecimento, calcule V. Mce. qual será a minha alegria e satisfação, vendo-me livre daquele flagelo com o maior acerto e felicidade! É um gosto e suavidade entreter o tempo com aquele bom Pe. que, sem deixar de ser jovial, lhe transluz uma grande caridade em seus curativos. (MARROCOS, 1939, p. 166).

Nota-se que o padre, provavelmente, não tinha formação de médico, mas trabalhava com práticas de cura, o que era muito comum. Marrocos identifica que suas moléstias da cabeça, “ainda que nascendo de outros princípios” (MARROCOS, 1939, p. 149), são comuns à sua irmã, e à sua mãe (MARROCOS, 1939, p. 399). O sucesso do tratamento motiva o bibliotecário a transcrever a receita completa ao pai, provavelmente julgando-a útil. O tratamento sistematiza várias causas para as crises:

Remédios, que me aplicou o Pr. Teixeira, de Casa da Duquesa de Cadaval, para a minha dor de cabeça.

1º para um ataque repentino:

Meter os calcanhares em uma bacia de água quente com o maior calor, que possa suportar, tendo-os na dita água o tempo, que seja possível: fazer esfregar os calcanhares por outra pessoa e com grande força, que quase os magoe. Repetir este trabalho por três vezes, e depois de os abafar, meter-se na cama, e fazer diligência para dormir.

2º supondo a dor procedida de hemorroidas:

Um frango inteiro sufocado, com o sangue, penas e tudo, posto ao lume em uma panela a cozer com meia canada de água: depois de cozido e bem delido, coar a dita água, quando estiver em porção de um quartilho, espremer o mesmo frango n'um pano forte; e dividindo a dita água ou caldo em duas porções iguais para dois dias, se tomará uma ajuda com uma porção morna, juntando-se-lhe uma colher de açúcar refinado e outra dita de banha de flor de laranja.

3º supondo a dor de enxaqueca:

Deu-me um espírito de certa preparação de cânfora com o que se molhará o dedo, e se esfregará a testa, fontes e nuca, em forma de fomentação, e descansando a cabeça depois de abafada. Este espírito também serve para a dor de dentes, e para avivar a vista.

4º supondo a dor de falta de circulação:

Deu-me outro espírito, a que chama essencial, por ser composto de essenciais metais: em uma xícara deitam-se duas colheres de sopa de água fria, e uma colher de chá do dito espírito: isto bebe-se ao recolher. Repete-se por 4 noites, e descansa-se duas. (MARROCOS, 1939, p. 167-168).

Depois de um tempo livre dessas dores, ele acaba convencido de que são crises periódicas com as quais terá que conviver, sempre se lamentando. Nada disso se compara, entretanto, à doença que desenvolve em 1817, visto que deixa sequelas. O relato é longo e, mais uma vez, dramático:

Nos princípios de Dezembro fui atacado de uma febre biliosa complicada com paralisia⁴ parcial, por outro nome, Hemiplegia. Havia mais de um mês que já curtia de pé uma febre, que era contínua com fastio de morte, mas agravando-se esta pouco a pouco, cheguei à margem da sepultura. Fiquei leso e insensível do lado esquerdo do corpo, e surdo do ouvido esquerdo totalmente, e com muito pouca vista do olho do mesmo lado. Os primeiros sete dias foram assaz tormentosos de ânsias e aflições de tal auge, que fui advertido pelo Médico a Sacramentar-me pelas 10 horas da noite, pois estava mui próximo a delírio e tresvario: mas felizmente ao oitavo dia entrou a moléstia a declinar, e a ceder aos remédios. O espaço de 17 horas, com poucos intervalos de minutos, gastei em vomitar matérias biliosas, que a todos fez expectativa, e ainda mais veio esta a ser, aguentando meu corpo um purgante, que durou nove dias sucessivos com as noites, e chego a afirmar que os seus efeitos ainda duram. Fiquei no último abatimento, mas graças a Deus, fiquei limpo do veneno que em mim se formou, e que seria a origem de minha morte, se não houvesse força e providência para atalhar o seu progresso. (MARROCOS, 1939, p. 290).

Também neste relato, Marrocos é minucioso nos detalhes do tratamento e da reabilitação, que eram feitos em múltiplas frentes:

No princípio de Janeiro levantei-me da cama, mesmo por causa do intenso calor da estação, e comecei a tomar tônicos e cáusticos, por causa do ouvido e do olho; na nuca levei cinco cáusticos, na fonte e à roda do ouvido levei muitos, os quais eram só de dez minutos, por não causar inflamação, mas só formar estímulo nas partes afetadas; sofri muitas fricções de espírito de vinho, vinagre aromático, e outros, além do martírio de conservar uma bola de cânfora dentro do ouvido, e presentemente de algodão umedecido em óleo canforado; mas tudo tem sido frustrado por que dele fiquei e estou surdo, e me parece que dele não ouvirei mais. Quase no meado de Janeiro principiei a tomar os banhos do mar, no que tenho

4. No original, parlezia. Como não encontrei referência a esta palavra nos dicionários da época, considerei que significasse paralisia.

achado grande incômodo, pela dificuldade no andar, mas tenho achado grande proveito, por me terem dado mais vigor no joelho, ombro e cotovelo; e este se tem aumentado gradualmente com os passeios de manhã cedo e de tarde quase à noite [...]. Tem diminuído as perturbações e vagados da cabeça, consequência do abatimento, mas não tenho deixado de ser mortificado de dores de cabeça que agora correm o período de seis dias com pouca diferença, e tem tomado o caráter de cessões. Os remédios, que atualmente estou tomando, vem a ser: ora cozimento de raiz de Valeriana, e flor de Arnica; ora cozimento de folhas de laranjeira, e folhas de malva; misturado um e outro com quina, da qual me mandaram por especialidade um bom presente da mais preciosa: e havendo já d'antes tomado a quina d'"Huxon, como tônico ativíssimo. Ainda estou assistido de Médico, que me obriga a tomar 40 a 50 banhos, e me afirma que não poderei achar melhoras do ouvido e olho, se não de 20 para cima. [...] [T]emo amanhã outra repetição; que as paralisias nesta terra são de esperar. [...] Tenho padecido muito e gasto muito dinheiro com o meu curativo, que foi um golpe muito profundo e sensível no arranjo da minha vida [...]. (MARROCOS, 1939, p. 290-291).

As hemorroidas, que, segundo ele, apresentava sintomas piores nos trópicos (MARROCOS, 1939, p. 282), conforme o receituário anterior, poderia também estar relacionada à dor de cabeça ou a outras enfermidades, recebia abordagem múltipla:

fui incomodado cruelmente por uma inflamação na região hemorroidal que veio acompanhada de um tumor no mesmo lugar, que me impedia de sentar-me e ter o corpo direito; seguindo-se depois uma debilidade do estômago a qual ainda até hoje se não extinguiu de todo, sendo essa a origem de indigestões sucessivas e diárias, por pouco que seja o meu alimento; todas estas moléstias são endêmicas neste país e, por essa causa, fui obrigado a ficar de cama por espaço de sete dias e a cuidar do meu restabelecimento com mais seriedade, conservando-me ainda hoje no uso de chá de quássia com pequena porção de vinho chalibeado. (MARROCOS, 1939, p. 357).

Por fim, o tratamento habitual era feito por meio das sangrias. Marrocos conta ter “sofrido três sangrias baixas, de cada vez com seis sanguessugas, e custando-me cada uma destas a 960 rs, de cujas sangrias saiu sangue negro, e da grossura de um melado” (MARROCOS, 1939, p. 442), prática que não era executada pelos médicos, mas por barbeiros sangradores. Várias outras condições e sintomas, como a constipação, defluxão, moléstias do ouvido, dores de cabeça, requeriam a aplicação de cáusticos. Curiosamente, o nome ou a qualificação dos profissionais que faziam esses tipos de procedimento não são mencionados. Para a tosse persistente, fazia uso de gotas de “álcali volátil” (MARROCOS, 1939, p. 205), ou amoníaco, o que mostra a administração de

remédios químicos. Este, especificamente, era bastante recomendado para curar embriaguez (CHERNOVIZ, 1890, p. 137-138), mal do qual aparentemente Marrocos não sofria, dado que se considerava, como vimos, um homem “sem vícios” (MARROCOS, 1939, p. 178).

O que é interessante ver nesses tratamentos é o ecletismo e a conjunção de diversas abordagens. Os sintomas eram parte de um quadro geral, que abarcava o organismo inteiro, tal como na teoria humoral, que pautava as suas ações preventivas: “sendo-me necessário, em razão do meu temperamento sanguíneo-bilioso, tomar vomitórios de seis em seis meses, ou pelo menos, de ano a ano” (MARROCOS, 1939, p. 425).

Era preciso equilibrar os humores do corpo, como sangue, bile, suor. Nesta abordagem global, contribuíam a aplicação do calor e frio, a ingestão dos corretos alimentos, além de outras medicações, em sua maioria derivada de vegetais. Uma das principais é a quina, uma planta medicinal utilizada para diversas enfermidades, sobretudo para o que se chamava de febres intermitentes. Seria um dos medicamentos oferecidos pela flora da América tropical, promissora para o resto do mundo e vista pela Coroa portuguesa como um produto de grande potencial de exportação. Ainda em 1799, por exemplo, a Tipografia do Arco do Cego publica a memória *Observações sobre a propriedade da quina do Brasil*, de Andrea Comparetti.

Marrocos relata o envio de quina do Brasil pelo governo para Portugal (MARROCOS, 1939, p. 224) e por ele próprio, em 1819, a pedido do pai, de uma remessa de quina de mais de uma arroba (MARROCOS, 1939, p. 404). Mais adiante comenta que enviará, quando oportuno, uma porção de

Quina miúda, finíssima e preciosa no último grau, para se conhecer quanto a Quina Brasília é superior à Peruviana, pela qual tem havido um partido de superstição em ruína da nossa, cuja utilidade está decididamente verificada pelos ensaios, a que se tem procedido, e pela prática geral, em que se acha adotada em todo o Brasil. (MARROCOS, 1939, p. 409)

Nesse período, Marrocos já se mostra bem mais adaptado à vida nos trópicos. A melancolia dos primeiros anos cedeu espaço para uma convivência familiar que o agradava. O pavor de morrer sozinho e infeliz nos trópicos se dissipou e a vida profissional, por sua vez, estava encaminhada. As últimas cartas parecem fechar esse ciclo, especialmente com o sincero convite para que seus pais e irmã viessem se juntar a ele na corte do Rio de Janeiro. Marrocos se empenha nos argumentos, escrevendo uma de suas mais longas cartas. Para o pai, promete conseguir a transferência do trabalho e ordenado. Já a cidade insalubre dava lugar à descrição generosa:

O sítio [...] é magnífico, e talvez o melhor da Cidade, não só por ser lavado de bons ares, mas em uma rua mui larga e asseada, tendo no princípio um formoso Chafariz, e no fim o Passeio Público [...]: temos próximas três Igrejas e duas Capelas, uma praça de Hortalice, e o Matadouro com açougue, além de mil outras comodidades [...] sendo de não menos vantagem a proximidade do mar para limpeza e despejo da Casa, o recreio do nosso quintal para a família, e as comodidades para ter criações em socorro de qualquer moléstia, contando já minha mulher grande número de galinhas... (MARROCOS, 1939, p. 378).

Quanto à preocupação com o bem-estar da mãe, Marrocos, se antes considerava a corte uma cidade em que era impossível ser saudável, argumenta:

espero que [a mãe] venha a gozar consideráveis melhoras com a ginástica da mesma viagem, e continuada respiração de novos ares: o que decididamente é grande refrigério e alívio nas moléstias crônicas [...] e finalmente, acresce que este País é mui favorável para as pessoas idosas que sabem regular-se, vendo-se a cada passo indivíduos de século de idade; e não é por isso de admirar que minha Mãe se veja livre do reumático, que aí tanto a persegue, quando outras moléstias endêmicas só são aqui adquiridas pela irregularidade dos poucos anos. (MARROCOS, 1939, p. 380-381).

Por fim, o argumento para a irmã que ainda não havia se casado e já avançava na idade de fazê-lo: “aqui nesta Corte se lhe facilitam todas as proporções de completar a sua felicidade e o nosso gosto” (MARROCOS, 1939, p. 382).

Considerações finais

Como já foi dito, Marrocos não concretiza o bem traçado plano de trazer sua família à corte e, em menos de dois anos, a troca de cartas se encerra. Esses dez anos de correspondência são elucidativos do processo de adaptação e de reformulação de Marrocos sobre a vida na corte do Rio de Janeiro durante o período joanino e às vésperas de se tornar capital de um novo Império. Os episódios relatados cotidianamente nas cartas revelam o estado de permanente apreensão que causavam as ameaças de moléstias e os desafios do seu enfrentamento. Qualquer processo que hoje sabemos ser infeccioso era um desafio a mais. Embora, empiricamente, os homens conhecessem a noção de contágio e circulação de enfermidades, assim como do poder curativo de algumas substâncias, os microrganismos ainda não eram conhecidos e os recursos terapêuticos existentes, fossem eles cirúrgicos, alimentares ou farmacológicos, pouco efetivos na prática.

O doente era abordado integralmente e recebia tratamentos com múltiplos embasamentos, concomitantemente. Em algumas décadas, a medicina vai passar por etapas importantes que possibilitam novos paradigmas de interpretação das doenças, bem como novas abordagens de tratamentos. Marrocos, entretanto, (sobre)vive na corte do Rio de Janeiro em um momento de transição, elaborando paradigmas e se apropriando dos recursos disponíveis em território, para ele, um tanto estrangeiro. Apesar de se ver desenganado algumas vezes, vive até os 56 anos⁵, ainda em exercício como oficial de negócios do Império, provando-se razoavelmente longo para aqueles tempos. Ao fim e ao cabo, ajudou a construir as bases de uma nova nação independente, em terras que, a princípio, considerou terríveis para se viver.

Referências

- ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 2 (edição de bolso), p. 8-78.
- ARMUS, Diego. La enfermedad en la historiografía de America Latina Moderna. *Asclepio*, v. LIV-2, p. 41-60, 2002.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 10, n. 1, p. 13-83, jan./abr. 2003.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e revolução pasteuriana no Brasil* [on-line]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999. 500 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/6p4jp/pdf/benchimol-9788575413166.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.
- BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 719-762, jul./set. 2008.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular...* 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Entre cartas e livros: a livraria real e a escrita do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no período joanino (1808-1821). *Revista Tempo*, v. 21, n. 38, p. 111-130, 2015.
- CRESPO, Jorge. *História do corpo*. Lisboa: Difel, 1990.
- CUETO, Marcos; SILVA, Matheus Alves Duarte da. Trayectorias y desafíos en la historiografía de la ciencia y de la medicina en América Latina. *Asclepio*, v. 72, n. 2,

5. Rodolfo Garcia afirma que ele falece aos 47 anos, mas a matemática o traiu, pois, se tinha 30 anos em 1811, em 1838, somava 57.

p. 320, 2020. DOI: 10.3989/asclepio.2020.21. Disponível em: <https://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/1032>. Acesso em: 30 out. 2021.

EDLER, Flavio Coelho. A saúde pública no período colonial e joanino. *História Luso-Brasileira*, 2018. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=372. Acesso em: 15 jul. 2020.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A saúde pública no Rio de Janeiro imperial. In: PORTO, Â.; SANGULARD, G.; FONSECA, M. R. F.; COSTA, R. G. R. (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [on-line]*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7f83x/epub/porto-9788575415993.epub>. Acesso em: 28 out. 2021.

FONTES, Simone Aparecida. *Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de um bibliotecário português nos trópicos*. 2015. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FREITAS, Ricardo Cabral de. Ardentes trópicos: febres e saúde pública no Brasil joanino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, jul./set. 2020. p. 723-740.

GARCIA, Rodolfo. Explicação. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LVI (1934), p. 5-25, 1939.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, M. R. C. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio/ago. 2005.

KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: o Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

KURY, Lorelai. Rio de Janeiro joanino: entre o mar e o mangue. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIMA, Silvio Cesar de Souza. Cruz Jobim e as doenças da classe pobre. O corpo escravo e a produção de conhecimento médico na primeira metade do século XIX. *Almanack*, n. 22, p. 250-278, 2019.

LIMA, Tania Andrade de. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. II, n. 3, p. 44-96, 1995-1996.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LVI (1934), p. 28-446, 1939.

MARTINS, Bárbara Canedo R. Reconstruindo a memória de um ofício: as amas de leite no mercado de trabalho urbano no Rio de Janeiro (1820-1880). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 138-167, 2012.

PIMENTA, Tânia Salgado. Médicos e cirurgiões nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 22, p. 88-119, ago. 2019.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. v. 2 (edição de bolso), p. 78-124.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Márquez da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

WITTER, Nikelen A. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). *História Unisinos*, v. 10, n. 1, p. 14-25, 2006.

Preciosidades do Acervo



Projeto Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória

Rosângela Rocha Von Helde

Especialista em Gestão Estratégica e em Qualidade. Bibliotecária, coordenadora do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – Planor/FBN

Silvia Fernandes Pereira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Bibliotecária, coordenadora substituta do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras – Planor/FBN





Resumo

O projeto Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória, organizado pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), desenvolveu-se a partir das necessidades de informações padronizadas na elaboração de notas bibliográficas para catalogação e descrição de livros raros e coleções da memória. Sua criação revela a necessidade de pesquisas bibliográficas exaustivas nessa área ainda pouco explorada, apesar de demandas crescentes. A estrutura alfabética é de fácil compreensão e consulta para qualquer pesquisador em qualquer área do conhecimento. O nosso objetivo é que a publicação se torne uma referência relevante não apenas para a utilização das seções da Fundação Biblioteca Nacional mas também para quem pretende adentrar nesse universo e para as instituições e profissionais que realizam a gestão desses acervos singulares, carentes de técnicas editoriais que os ajudem a compreender, valorizar, preservar e descrever seus bens mais preciosos, que constituem os pilares da memória documental brasileira.

Palavras-chave: Livros raros. Acervos especiais. Glossário.

Abstract

The Illustrated Glossary of Terminology Applied to Rare Books and Memory Collections Project, organized by PLANOR (Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras — National Plan for the Recovery of Rare Works), was developed from the need for standardized information in the preparation of bibliographic notes for cataloging and describing rare books and memory collections. The creation of PLANOR reveals the need for exhaustive bibliographic research in this area that is still little explored, despite of the rising of demands of this. The alphabetical structure is easy to understand and consult for any researcher in any field of knowledge. Our goal is that the publication becomes a relevant reference not only for the use of the sections of the National Library Foundation but also for those who want to enter this sphere, as well as for the institutions and professionals that manage these unique collections, lacking in editorial techniques that help them to understand, value, preserve and describe their most precious possessions, which constitute the pillars of Brazilian documentary memory.

Keywords: Rare books. Special collections. Glossary.



Introdução

Este artigo tem a finalidade de difundir a iniciativa da equipe do Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor), acerca da concepção de um glossário ilustrado, cujo objetivo é servir de instrumento de auxílio no processo de descrição bibliográfica de obras raras e coleções especiais, tanto para gestores de acervo raros e especiais – participantes ou não do Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) –, como pesquisadores e historiadores, quanto para as instituições participantes da Asociación de Estados Iberoamericanos para el Desarrollo de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica (Abinia)¹, órgão internacional que indiretamente contribuiu para a idealização da publicação.

A Abinia é o resultado da associação de governos ibero-americanos para o desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais ibero-americanas. Entre seus objetivos específicos estava a elaboração de um catálogo coletivo de livros raros dos séculos XVI ao XIX depositadas nos acervos das bibliotecas nacionais dos países membros. A Biblioteca Nacional, por meio da Seção de Obras Raras e do Planor, trabalhou como coparticipante no projeto do Catálogo “Novum Regestrum”, que seria gerenciado pela Biblioteca Nacional de Espanha. Apesar de o projeto não ter sido concretizado, por motivos alheios ao nosso conhecimento, serviu de ponto de partida para que buscássemos pesquisar e relacionar informações e fontes sobre a bibliografia material de livros raros e acervos de memória.

O projeto

O projeto de um *Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervo de memória*, surgiu no âmbito das atividades profissionais da equipe do Planor em conjunto com a equipe da Seção de Obras Raras (Seora) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) durante o desenvolvimento do projeto do Catálogo Coletivo “Novum Regestrum”. Diante das dúvidas e inconsistências surgidas durante o processo de descrição do acervo da Dora e por meio das atividades de atendimento e assessoria às instituições brasileiras curadoras de acervos raros e de memória, a equipe do Planor percebeu a necessidade da elaboração e publicação de uma obra de referência, que servisse de ferramenta para a descrição física dos acervos e atendesse às necessidades de padronização, análise de conteúdos e dos termos que os representassem, o que possibilitaria a recuperação da informação desejada de maneira eficiente. O projeto de um glossário, também é corroborado pelo cumprimento de uma das atribuições

1. <https://www.segib.org/>.

regimentais do Planor, que está registrada no artigo 46 da Portaria MinC 74, de 3 de agosto de 2018:

[...] IV – difundir e promover, junto às instituições de guarda de acervos, ações de normalização bibliográfica, de acordo com normas e padrões nacionais e internacionais, no âmbito da Biblioteconomia de Acervos Raros implementadas pela Fundação Biblioteca Nacional; [...].

O desejo da equipe do Planor com a publicação do glossário é contribuir com a biblioteconomia de livros raros e coleções especiais, assim como somar esforços a outras equipes de pesquisa, incentivando a elaboração de outras publicações.

Metodologia

Durante o desenvolvimento do glossário, a equipe do Planor articulou algumas ações essenciais para organizar e consolidar as fontes e informações coletadas, como pesquisas, busca de conhecimentos multidisciplinares, capacitação técnica, levantamento bibliográfico, parcerias com profissionais dos acervos especializados da própria Biblioteca Nacional e de instituições afins, e apoio na revisão da publicação pelas coordenadoras do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL) e da Coordenação de Acervo Especial (CAE), para finalmente apresentar o produto final à Coordenação de Pesquisa e Editoração da Biblioteca Nacional para revisão, editoração, diagramação e publicação. Todas essas ações com objetivo de oferecer uma publicação que esteja em consonância com as expectativas e necessidades dos profissionais das áreas de documentação.

Vale ressaltar que as imagens utilizadas na ilustração de cada verbete, são oriundas do acervo da própria Biblioteca Nacional, a maioria das obras já está digitalizada e disponível na Biblioteca Nacional Digital. É evidente que os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento de pesquisas e produções técnico-científicas, no caso da BNDigital, além de facultar o acesso rápido e gratuito à informação e contribuir com a perpetuação da memória nacional, pois preserva os originais.



A encadernação imperial é um tipo de encadernação armoriada (ou brasonada) de uso muito difundido no Segundo Reinado. Ela se distingue pelas armas do Império em dourado, no centro das capas. (MÁRSICO, 2010) [Acervo FBN]. DAUX, André Adolphe. *Novo método mnemo tecnico da língua franceza*. 5. ed. Paris: Vva. J.P. Aillaud Guilaard, 1871. [2] f, iv, 240 p.; 22 cm.

In ep[istola] s[an]c[t]i iheronimi ad paulinu[m] p[re]sbit[er]u[m]
de omib[us] diuine historie libris. ca. p[ri]mu[m].

Pater ambrosius tua
mihi munuscula p[re]f-
rens. venit simul et
suauissimas l[ite]ras: q[ua] a
p[ri]ncipio. amicitia. h[ab]e-
dem. p[ro]bare iam h[ab]et:
et verens amicitie no-
ua p[re]ferebant. V[er]a eni[m] illa necessitudo e[st].
et xpi glunno coplata: q[ui] non vilitas rei
familiaris. non p[ri]ma tantu[m] corporu[m]. non
subdola. a palpas adulaco: s[ed] dei timor. et
diuina. scriptura. studiu[m] salutis. Legi
in veterib[us] historiis. quosda[m] lustrasse. p[ro]-
nas. nouos ad h[ab]ere p[ro]p[ri]as. mana r[ati]ssile. ut
eos quos ex libris nouerat: coram q[ui] vide-
rent. Sic pythagoras memphiticis vates:
sic plato egypti. a. archita tarentinu[m]. e. am-
q[ui]s o[ra]t[or]e. que quondam magna grena
dicebant. latuissimie pagant: ut qui
atrens magister erat. a. pores. cuiusq[ue] do-
ctrinas academie gignat[ur]a p[ro]fonabant.
hic p[er]grinus atq[ue] discip[ulus]. males aliena
verecunde discere. q[ui] sua impudenter ingeret.
Demq[ue] cum l[ite]ras quasi toto orbe fugientes
p[er]leq[ue] capuis a pirans et venudanis. ty-
rino crudelissim[us] parit[ur] ductus capitul[us]
vinetus. a. seruus. tam q[ui] philosophu[m]. ma-
ior emente se h[ab]et. Ad tyru[m] h[ab]uit. lacteo elo-
quene fonte manant[ur]. de vltimis hispanie
gathariq[ue] humo. quosda[m] venisse nobiles
legimus: a. quos ad oreplaco[rum] sui roma
non traxerat: vniu[er]s[us] hominis fama p[er]duxit.
Habuit illa etas maudinu[m] omib[us] seculis.
celebrandu[m]. miraculu[m]. ut vrbem tantam
ingressi. aliud extra vrbem quererent. Appol-
lonius siue ille magus ut vulgus loquit[ur].
siue p[ro]ph[eta]. ut pythagore tradit. intravit p[er]
l[ite]ras. p[er]transiit cau[er]u[m]. alb[us] anos. setbas.
massageras. epulensima[m] indie regna p[er]-
necant: et ad extremu[m] lantuno p[ro]fuso
amnetissim[us] puenit ad bragmanas. ve-
hyaream in throno sedente aureo. a. de ta-
ali fonte potante. inter paucos discip[ulos].
de nana de morbo. ac de curia dier[um]. a. h[ab]e-
ru[m] audire doctore. Inde p[er] elamita. babi-
lomos. chaldeos. medos. assyrios. parthos.

syros. pheneas. arabes. palestinos. reusur-
ad alexandria. prexit ad ethiopia: ut gi-
gnosop[ro]ph[et]as. a. famosissima solis mensas
videret in sablo. Inuenit ille vir vbiq[ue] q[uo]d
disceret: a. semper p[ro]ficiens. semp[er] se melior
fieret. Scripsit super hoc plenissime octo
voluminibus. philostratus.

Quid loquar de seculi hominib[us]. cum
ap[osto]lus paulus. vas electio[n]is. a. ma-
gister gentiu[m]. qui de oscia. tantu[m] in se[cul]o spi-
ritus loquebat[ur]. dice[re]. an ex p[ri]menni querens
quis qui in me loquit[ur] x[rist]us: post damascu[m]
arabiamq[ue] lustrat. ascendit iherosolimam
ut videt petru[m]. a. mansit apud eu[m] dieb[us] quide-
ci. Hoc eni[m] mistro ebdomachus a. ogdo-
dis. futuris gentiu[m] p[re]dicato: instructus est.
hursusq[ue] post annos quor[um]dam assump[er]o
barnaba et tyro. exp[er]uit cu[m] ap[osto]lis eu[angel]i-
stis: ne forte in vacuu[m] curreret aut cucurrisset.
Habet nescio quid latens energie. vme
votis actus: a. in aures discip[ul]i de auctori
ore r[ati]ssile. formis sonat. Vnde a. electio[n]is
cu[m] rochi exularet. a. lege[re]t illa demostenis
oio qua aduersus eu[m] habuerat: miram[en]to
eucto atq[ue] laudando: suspiras ait. Quid si
ip[s]am audirens bestia. sua v[er]ba resonante[re].

Nec hoc dico. q[ui] sit aliquid in
me t[em]p[or]e. q[uo]d vel possis a me audire vel
velis discere: sed quo ardore tuus a discendi
studiu[m]. etiam absq[ue] nobis p[er] se. p[ro]bat[ur] debe-
at. Ingeniu[m] docile. a. sine doctore laudabi-
le est. Non quid inuenias: s[ed] quid queras
co[n]sideramus. O[mn]is cetera ad formandu[m]
factis: etiam si antieus a. plaste cessent ma-
nus: tamen v[er]itate toni est quicq[ue] de potest.
Paulus ap[osto]lus ad pedes gramathelis. lege-
moyse et p[ro]phetas didicisse se gloriatur: ut ar-
matu[s] sp[irit]u h[ab]ito. postea docere co[n]ficeret.
Anna eni[m] nostre milicie non carnalia s[un]t.
sed potentia deo. ad destructionem inuicis
num[er]u[m] a. cogitaco[n]es destruente[re]. a. o[mn]es al-
titudinem extollente[re] se. aduersus scias dei:
et captiuantes o[mn]es intellectu ad obedien-
dum x[rist]o: a. pan[em] subingrere o[mn]es mole[n]ti-
entias. Chimereus enib[us] ab infanta facis
bris eruditi: et hortantur ad studi[u]m lectio[n]is:
ne negligat q[ui]s q[uo]d data sit ei p[er] impossico[n]em
manus p[re]sbit[er]ij. Cyro p[er]cipitur int[er] cetera



Texto em duas colunas em preto, vermelho e azul. BÍBLIA. Latim. Mo-
gúncia. 1462. Incip[it] epe'a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbit[er]u[m]:
de omib[us] diuine historie libris. In: civitate Maguntij [Alemanha]: per
Johanne[n] Fust et Petru[m] Schoiffher..., [14 ago.] 1462.

ANGELI POLITIANI EPISTOLARVM LIB. PR

Angelus Politianus Petro Medici suo. S. D.



GISTI MECVM Sæpenumero M
me Petre Medices, ut colligerem mea
las, & in uolumen redactas publicare
gi, ne non in oïbus obsequeretur tibi, c
in uno, spes omnes, opesq; meæ sitæ, N
legi tamen uniuerfas, id enim laborio
byllæ folia. Non scripseram uidelicet
ut i unum corpus referretur, sed ad ut
sentem duntaxat, oblati argumentis,
fictis. Ita nec exempla mihi retinui, nisi quarundam, puto mir
rum, quæ diu iam cū blattis & tinea rixabatur. Verū tamen,
uoluminis efficerem, nonnullas etiam missas ad me, sed a docti
xat, inserui, quæ marcentē quasi stomachum lectoris excitare
tem omnino stilus epistolæ mearum, ipse sibi dispar, Quo n
tum quoq; scio reprehendar. Nam nec eadem mihi semper u
nec idem cuiq; uel personæ, uel materiæ cōgruebat. Non deer
quid dicant, ubi tam uarias epistolas legerint (si qui modo lege
rum me Miscellanea, non epistolas composuisse. Sed inter diu
niones, & præcipientium de epistolis, & epistolas scribentium, sper
pfecto, nec ubi mihi patrocinium deesset. Occurreret aliquis for
Ciceronianas esse neget, huic ego dicā (nec sine auctore tamen
stolari stilo silendū prorsus esse de Cicerone. Rursus alius hoc
culpabit, quod æmuler Ciceronē, sed respondebo, nihil mihi
gis in uotis, q̄ ut uel umbram Ciceronis assequar. Optaret alius
torem Plinium sapere, quod huius & maturitas, & disciplina la
Ego cōtra totū illud aspernari me dicā Plinii sæculum, Sed & t

Capitular ornamentada. POLIZIANO, Angelo. *Omnia Opera Angeli Politiani, et alia quaedam lec[?] tu digna, quorum nomina in sequenti indice uidere licet.* [Venetiis, Itālia: in aedibus Aldi Romarii, mense Julio, 1498].

ΟΜΗΡΟΥ ΙΛΙΑΣ.

HOMERI ILIAS.

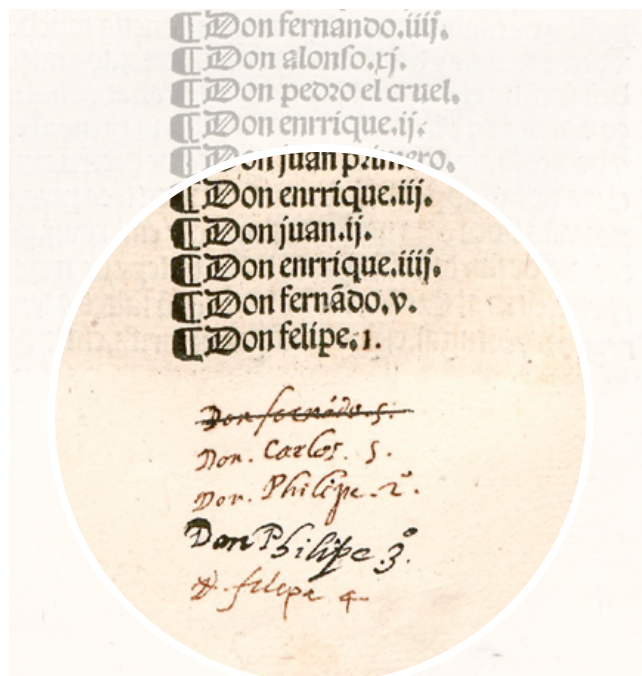


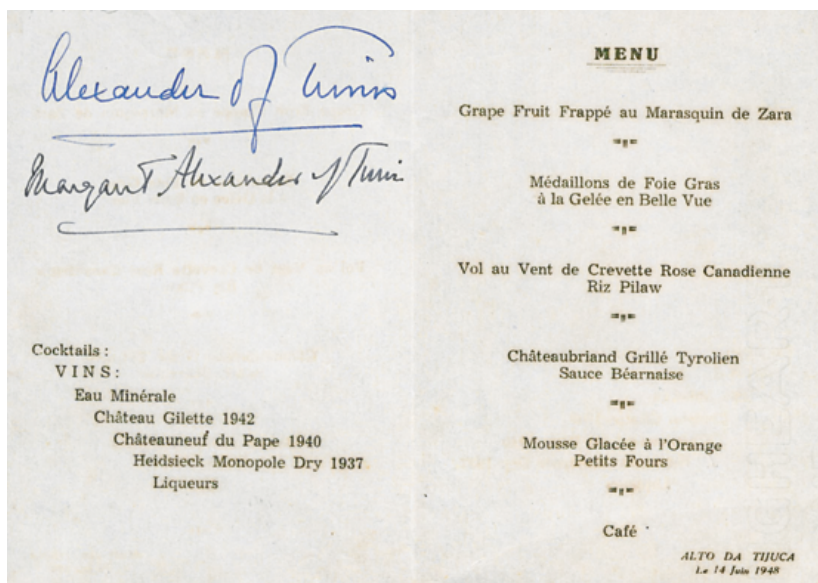
Marca tipográfica de Aldo Manuzio. HOMERO.
...*Homeri Ilias; Ulyssea*. Venetis [Itália]: Aldus, 1504.
2 v.; 8° (16 cm).

Carimbo “Da Real Bibliotheca”. HRABANUS, Maurus. *Magnentii Rabani Mauri De Laudibus sanctae crucis epus, eruditione versu prosaq̃ mirificum Cum antoquitate Auctoris Annis Abhinc ropr octingentis abba primum Fuldensis, Archiepiscopi postea moguntini] um poutate scriptionis mamorable que figvr̃is sive imaginibvs XXVII. multa fidei christianae mysteria, multi mystici numeri, angelorum virtutum, VII. denorum Spiritus Sancti, VIII. beatitudinum, IV. Elementorum, IV. temporum, IV. Evangelistarum et agni, mensium, ventorum, V. librorum Moysis, nominis Adam, Alleluia et amen, aliarumque rerum vis et dignitas in formam crucis redacta, subtiliter et ingeniose explicantur [Cum praefatione Iacobs Wimpfelingius]. Augustae Vindelicorum [Augsburg]: typographeo Praetoriano, 1605. [11] f., II-LIXf., XIIIlf.; il.; 32 cm.*

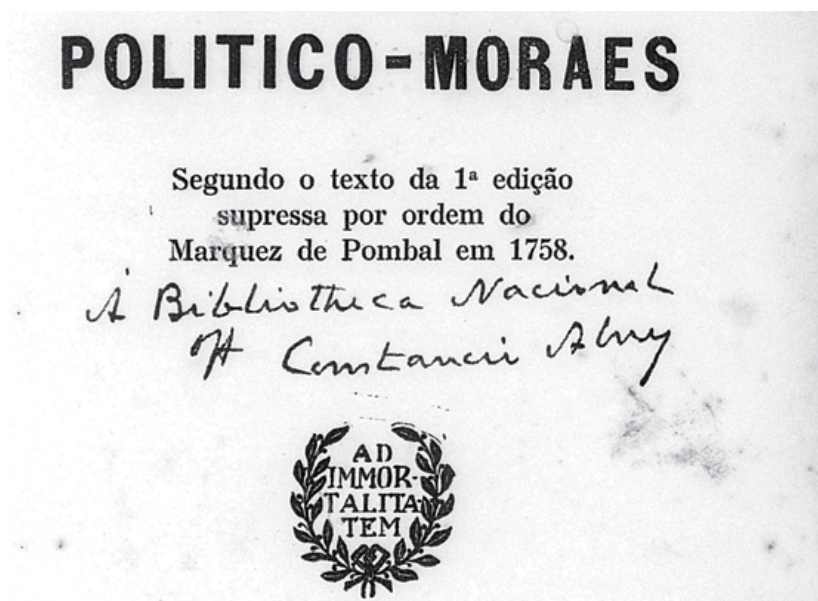


Anotações manuscritas à tinta. *SUMA de geographia q[ue] trata de todas las partidas [et] prouincias del mundo: en especial delas indias [et] trata largamente del arte del marear: juntamente con la espera en roma[n]ce: con el regimie[n]to del sol [et] del norte. Nueuamente hecha Sevilla [España]: [s.n.], 1519. [75] f., il., diagrs, 29 cm (fol).*





Autógrafo. [AUTÓGRAFO de Alexandre e Margaret de Túnis sobre o menu do banquete oferecido no Alto da Tijuca, em 14 de junho de 1948]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948. 2 p. Autógrafo. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss140384/mss140384.jpg. Acesso em: 26 abr. 2023.



Dedicatória. NUNES, Feliciano Joaquim de Sousa. *Discursos politico-moraes segundo o texto da 1ª edição supressa por ordem do marquez de Pombal em 1758*. Rio de Janeiro: Offic. Industrial Graph., 1931. 247 p., 19 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1469006/or1469006.pdf. Acesso em: 22 abr. 2023.



Ex-libris "Didacus Barboza Machado Abas S. Adriani de Server".
BOCH, Jean. *Descriptio publicae gratulatio, spectaculorum et lundorum
in adventi serenini. principis Ernesti, archiducis Austriae...*, Antuerpiae
[Belgica]: Ex Officina Plantiniana, 1595.

Desenvolvimento do projeto

A estrutura do glossário foi pensada com o objetivo de facilitar a consulta e o manuseio, possibilitando aos profissionais a busca e recuperação da informação de maneira clara e objetiva, a fim de motivar um universo de possibilidades, como a pesquisa histórica e a construção de critérios de raridade, mas principalmente o tratamento técnico e a construção de notas bibliográficas com as características intrínsecas e extrínsecas de exemplares, que por dificuldades diversas se encontravam inacessíveis.

As características intrínsecas são aquelas que nascem com o exemplar, como por exemplo: encadernações, tipo do papel, característica da mancha tipográfica (ex.: texto em duas colunas ou compacto), idiomas do texto, glosa, cores da tinta usada nos textos (vermelho, azul, preto), capitulares (historiada, ornamentada, antropomórfica, zoomórfica), licenças, dedicatórias impressas, reclamos, colofão, marcas do tipógrafo/impressor, vinhetas, características da encadernação, *super libris*, filigrana, informações acerca dos cortes, das folhas de guarda, gravuras, ilustrações, exemplares numerados, etc. Para melhor compreensão, vejam os exemplos nas imagens de 1 a 6 do caderno de imagens coloridas desta edição dos *Anais da Biblioteca Nacional*.

As características extrínsecas são aquelas inseridas no exemplar ao longo de sua trajetória, como carimbos, etiquetas (de bibliotecas, editores, encadernadores, livrarias), adesivos, ex-líbris, *ex-donos*, dedicatórias, autógrafos, anotações manuscritas, marcas de leitura, marcas de censura, ilustrações manuscritas, marcas de fogo, etc. Alguns exemplos estão nas imagens 7 a 11 do caderno de imagens coloridas desta edição.

Existem várias instituições que, por motivos diversos, mantêm coleções em todo ou em parte sem o devido tratamento. Por isso, não temos a real dimensão do patrimônio bibliográfico nacional, especialmente no âmbito das obras raras e coleções especiais. É importante ressaltar que documentos não tratados, devidamente acondicionados e disponibilizados, podem simplesmente deixar de existir, já que não constituem objetos passíveis de iniciativas e políticas de preservação e reconhecimento administrativo e cultural. Invisíveis e inacessíveis, deixam de valorizar a coleção e de oferecer importância à instituição de guarda, além de impedir que a sociedade e os pesquisadores tenham conhecimento de sua existência, de sua origem, e que possam produzir novos saberes e gerar contribuições.

A gestão de acervos que subsidiam livros raros e acervos de memória pressupõe que a representação descritiva do objeto vá além dos dados catalográficos e de classificação por assuntos; ela deve abarcar a materialidade do objeto. A bibliografia material é uma ciência que remonta ao século XVIII, mas que nunca foi tão contemporânea. A necessidade de fontes de informações cada vez mais pormenorizadas e consistentes e a preocupação em individualizar o exemplar em comparação com outros existentes são questões além dos aspectos técnicos

de identificação e representação documental, elas surpreendem no âmbito de políticas de segurança patrimonial.

Segundo Varry (2011), o termo “bibliografia material” foi sugerido em 1966 por Roger Laufer no *Australian Journal of French Studies* como equivalente à expressão inglesa bibliografia física, introduzida em 1965 no periódico *The Library*, por Lloyd Hibbert, para renovar uma ciência auxiliar desenvolvida no mundo anglo-saxônico desde o final do século XIX. No *Manuel de bibliographie*, Malclès escreve:

Nos países anglo-saxônicos e principalmente na Grã-Bretanha, a palavra bibliografia mantém o sentido especial da ciência do livro. O bibliógrafo não é apenas um colecionador de títulos ou um avaliador de textos, mas um perito cuja tarefa envolve aplicar os seus conhecimentos sobre a história da impressão, e de técnicas relacionadas com o estudo de livros, estabelecer autenticidade, especificar a data e o local de impressão, enfim examinar todos os detalhes, lançar luz sobre as origens materiais de uma obra. Isto são, na sua maioria, livros antigos. Em mais do que um caso, a bibliografia ainda engloba a história do livro e até história literária. (MALCLÈS, 1963, p. 7, tradução nossa).

O processo de catalogação em nível máximo de detalhamentos é fundamental para instituições possuidoras de acervo raro ou especial, pois, além de possuir as características fundamentais da catalogação: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência (MEY; SILVEIRA, 2009), servem também de ferramenta de segurança quando da necessidade de comprovação de propriedade patrimonial em caso de sinistros e, neste sentido, a descrição bibliográfica é fundamental e pode tornar único o exemplar, assim como serve de medida de valoração de uma obra ou coleção. Ainda para o processo de catalogação, Sundström e Silva (2018), afirmam que:

A catalogação de obras raras requer detalhes de descrição mais específicos para identificar características singulares e inerentes desses documentos, assim, o registro bibliográfico desse tipo de documento é mais exaustivo. Esse fato ocorre porque esses documentos apresentam informações importantes do seu processo de fabricação, do contexto histórico, social e político no qual foram produzidos, e podem conter informações intrínsecas e extrínsecas que os individualizam e que possibilitam compreender as diversas maneiras nas quais foram utilizados. (SUNDSTRÖM; SILVA, 2018, p. 118).

Para o processo de descrição bibliográfica, Pinheiro (2015) diz que:

A personalização do exemplar é, portanto, um fundamento que consolida, como “informações mínimas”, tudo o que é necessário para descrever um item e alcançá-lo;

e essa descrição, no caso de livros, se expressa através do inventário de coleções e da catalogação item a item, página a página, arrolando tanto suas características tipográficas quanto intervenções de mão alheia – caracteres tipográficos, disposições textuais, vinhetas, anotações manuscritas, marcas de leitura e de propriedade – tudo o que diz respeito à anatomia do livro. (PINHEIRO, 2015, p. 36-37).

As ações que são adotadas no processo de identificação e catalogação de itens raros ou preciosos, quando bem alicerçadas, podem elevar o status de uma instituição dentro do seu âmbito de atuação, tornando relevante e essencial para a alta administração a manutenção e preservação da coleção, bem como dos profissionais que atuam junto ao acervo.

Estruturação dos verbetes

A pesquisa bibliográfica apontou a ligação entre vários campos do conhecimento, como a história do livro, das bibliotecas, da bibliografia material, da catalogação, de especificidades relacionadas às coleções especiais, da literatura, das letras, das artes, da linguística, da filologia, entre outros. A forma de apresentação pensada para o glossário é a tradicional, ou seja, em ordem alfabética, com a inclusão de índice e bibliografia consultada, planejada para facilitar o manuseio e o acesso à informação.

Como forma de exemplificar a estrutura idealizada para o glossário, apresentamos a seguir alguns modelos selecionados para compor a publicação.

Carimbo – objeto confeccionado em metal, madeira ou borracha, utilizado para marcar documentos de origem particular ou institucional. A marca que produz, revela-se instrumento de preservação e segurança, pois identifica e legitima seu possuidor.

Carimbo seco – (relevô seco ou chancela) marca realizada sobre pressão por meio de um equipamento de uso manual utilizado para o desenvolvimento de alto relevô em superfícies de diversos tipos de papel.



Carimbo de madeira. Imagem cedida pela servidora Thais Helena de Almeida Slaibi (FBN/Laboratório de Restauração).

Carimbo seco. JANUÁRIA. [Um castelo]. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 desenho, grafite, pb, 12,5 x 20 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon538568/icon538568.jpg.



Carimbo úmido – marca realizada sobre pressão com a utilização de tinta específica.

Carimbo úmido (*Carimbo da Real Bibliotheca*). PACIOLI, Luca. *Divina proportione*: opera a tutti gl'ingegrii perspicaci e curiosi necessaria oue ciascum studioso di philosophia, prospectiva pictura sculptura, architectura, musica, e altre mathematice, suavissima, sottile, e admirabile doctrina consequira, e delectarasse; co[m] varie questione de secretissima scientia. Venetiis [Itália]: A. Paganus Paganinus, 1509. [6], 35 [i.e.33], 27, [27], lxi [i.e.Lix], [1]f, il., diags, 29 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or815303/or815303_jpg_item1/index.htm.



Considerações finais

O *Glossário ilustrado de terminologia aplicada a livros raros e acervos de memória*, organizado pela equipe do Planor, não tem a pretensão de se constituir em um glossário exaustivo, pois, quando se trata de livros raros e do próprio campo do conhecimento universal, há sempre algo novo a ser descoberto e acrescentado. Esperamos com esta iniciativa incentivar a produção de novas pesquisas e documentação. É imprescindível ressaltar a importância do trabalho de cooperação interdisciplinar nas ações de identificação, descrição e divulgação dos acervos raros e de memória. Gostaríamos de ressaltar a importância das iniciativas que trazem contribuições para o coletivo.

Esperamos que essa publicação contribua com o maior número de profissionais e instituições no entendimento, na valorização, na preservação e na descrição de seus itens mais preciosos, que se constituem nos pilares da memória documental brasileira.

Referências

[AUTÓGRAFO de Alexandre e Margaret de Túnis sobre o menu do banquete oferecido no Alto da Tijuca, em 14 de junho de 1948]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1948. 2 p., Autógrafo. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss140384/mss140384.jpg. Acesso em: 12 maio 2021.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, n. XX Enancib, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>. Acesso em: 2 nov. 2019.

BIBLIA. Latim. 1462. *Incip[it] ep'e'a sci iheronimi ad paulinnu[m] p[re]sbiteru[m]: de omibz divine historie libris, t.2*. Maguntij [Mogúncia, Alemanha]: per Johanne[n] Fust et Petru[m] Schoiffher..., [14 ago.] 1462. 2 v., 42 cm. (fol.). Disponível em: <http://>

objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813930/or813930.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

BOCH, Jean. *Descriptio publicae gratulatio, spectaculorum et lundorum in adventu serenissimi principis Ernesti, archiducis Austriae...*, Antuerpiae [Bélgica]: Ex Officina Plantiniana, 1595.

HOMERO. ...*Homeri Ilias; Ulyssea*. Venetis [Itália]: Aldus, 1504. 2 v.; 8^o (16 cm).

HRABANUS, Maurus. *Magnentii Rabani Mavri De Lavdibvs sanctae crucis epvs, eruditione versv prosaq̃mirificum Cvmantoqvitate Avctoris Annis Abhinc ropr octingentis abba primum Fuldensis, Archiepiscopi postea moguntini] um pouitate scriptionis mamorable que figvrís sive imaginibvs XXVII. multa fidei christianae mysteria, multi mystici numeri, angelorum virtutum, VII. denorum Spiritus Sancti, VIII. beatitudinum, IV. Elementorum, IV. temporum anni, IV. Evangelistarum et agni, mensium, ventorum, V. librorum Moysis, nominis Adam, Alleluia et amen, aliarumque rerum vis et dignitas in formam crucis redacta, subtiliter et ingeniose explicantvr [Cum praefatione Iacobs Wimpfelingius]*. Augustae Vindelicorum [Augsburg]: typographe Praetoriano, 1605. [11] f., II-LIXf., XIIIIf.; il.; 32 cm.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Instrução de Serviço/FBN n. 3/2016 de 17 de agosto de 2016*. Rio de Janeiro, 2016. 4 f.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras*. 2018. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/planor.html>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BOLETIM INFORMATIVO DO PLANOR. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 17, n. 19, 2017/1. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/boletim.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

JANUÁRIA. *[Um castelo]*. [S.l.: s.n.], [18--]. 1 desenho, grafite, pb, 12,5 x 20 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon538568/icon538568.jpg. Acesso em: 20 jul. 2016.

MALCLÈS. *Manuel de bibliographie*. Paris: PUF, 1963. p. 7, nota 3, L.-N.

MÁRSICO, Cida. *O surgimento da encadernação e da douração*. Rio de Janeiro: FBN, 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/surgimento-encadernacao-douracao>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

NUNES, Feliciano Joaquim de Sousa. *Discursos politico-moraes segundo o texto da 1ª edição supressa por ordem do marquez de Pombal em 1758*. Rio de Janeiro: Offic. Industrial Graph., 1931. 247 p., 19 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1469006/or1469006.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

PACIOLI, Luca. *Divina proportione*: opera a tutti glingegrii perspicaci e curiosi necessaria oue ciascum studioso di philosophia, prospectiva pictura sculptura, architectura, musica, e altre mathematice, suavissima, sottile, e admirabile doctrina consequira, e delectarasse ; co[m] varie questione de secretissima scientia. Venetiis

[Itália]: A. Paganus Paganinus, 1509. [6], 35 [i.e.33], 27, [27], lxi [i.e.Lix], [1]f, il., diags, 29 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or815303/or815303_jpg_item1/index.html. Acesso em: 17 ago. 2019.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (orgs.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/colecao-memoria-da-fcl-n9.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SUMA de geographia q[ue] trata de todas las partidas [et] prouincias del mundo: en especial delas indias [et] trata largame[n]te del arte del marear: juntame[n]te con la espera en roma[n]ce: con el regimie[n]to del sol [et] del norte. Nueuamente hecha Sevilla [Espanha]: [s.n.], 1519. [75] f., il., diags, 29 cm (fol). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or813684/or813684.pdf. Acesso em: 2 ago. 2022.

SUNDSTRÖM, Admeire da S. S.; SILVA, Hugo O. P. Catalogação de obras raras: análise das perspectivas bibliográfica e bibliológica. *Revista Conhecimento em Ação*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/14580>. Acesso em: 19 jan. 2021.

VARRY, Dominique. La bibliographie matérielle: renaissance d'une discipline. In: *Cinquant ans d'histoire du livre*. Villeurbanne: Presses de L'enssib, 2014. (Partie 3: Le livre comme objet matériel). Disponível em: <https://books.openedition.org/pressesensib/2483>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Composição em Adobe Garamond
Capa em papel cartão supremo Duo Design 300 g/m²
Miolo em papel Off-set 90 g/m²



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA
CULTURA

